

CORREIO BRAZILIENSE

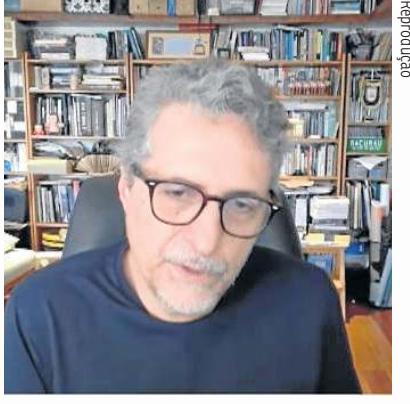
BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2026

NÚMERO 22.958 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

JANEIRO
 branco

O desafio da saúde mental

Autoridades e especialistas participam hoje, no Auditório do Correio, do CB.Debate/Janeiro Branco: diálogos sobre a saúde mental no Brasil. O evento começa às 9h, com entrada gratuita, e vai abordar temas como adoecimento psíquico e modelos de assistência. PÁGINA 15 E VISÃO DO CORREIO, 10

Entrevista
Kleber Mendonça Filho


Reprodução

"Dois milhões de espectadores é extraordinário"

 SIBELE NEGROMONTE
 GIOVANNA KUNZ

 Exclusivo ao Correio, o diretor de *O Agente secreto* celebra o sucesso de público do filme, que concorre a prêmios no Oscar (EUA), Bafta (R. Unido) e César (França). O cineasta viaja pelo mundo para divulgar o longa e diz estar otimista para mais premiações — já foi laureado no Globo De Ouro.

PÁGINA 22

Direito & Justiça
Mais proteção gera protesto

Restrições na plataforma de jogos Roblox provocaram uma onda de reclamações dos usuários nas redes sociais. As mudanças, no entanto, ampliam as medidas de segurança e tornam o ambiente mais seguro para as crianças.


GDF amplia acolhimento

Ao CB.Poder, a secretária de Desenvolvimento Social, Ana Paula Marra, falou sobre a criação do Hotel Social de Taguatinga, para atender a pessoas em situação de rua na cidade e em Ceilândia.

PÁGINA 17

S. Paulo vence Fla, que terá Paquetá

Tricolor paulista ganha por 2 x 1, de virada, no Morumbi, na abertura do Brasileiro. Reforço rubro-negro chega hoje ao Rio.

PÁGINA 19

Piloto que levou jovem à UTI tem quatro denúncias por agressões



Acusado de espancar um adolescente de 16 anos que está em coma num hospital de Águas Claras, Pedro Arthur Turra Basso, 19 anos, é investigado agora em mais três inquéritos por violência física. Desde 23 de janeiro, quando foi preso — e liberado após pagar fiança — por bater na vítima que está em estado grave, Pedro foi denunciado em outros casos. Na terça, um rapaz afirmou ter sido atacado com socos e um "mata-leão" pelo piloto de automobilismo. Ontem, uma jovem acusou Turra de obrigar a beber vodka numa festa. Em outro boletim de ocorrência, um homem de 50 anos prestou queixa por ter sido agredido (foto) após uma suposta briga de trânsito. Os casos estão sendo apurados pelas 38ª DP (Vicente Pires) e 21ª (Taguatinga Sul). A defesa do acusado não se manifestou.

PÁGINA 14



Síndico assassinou corretora em Goiás

Após mais de 40 dias de mistério, o desaparecimento de Daiane Alves de Souza, 43 anos, terminou de forma trágica. O corpo dela foi encontrado numa área de mata, em Caldas Novas. A polícia prendeu Cléber Rosa de Oliveira (D), 49, como o autor do crime. Administrador de um prédio, Cléber e um filho são acusados de matar a mulher por causa de divergências pela gestão de imóveis no condomínio. PÁGINA 6



Raio volta a assustar

A poucos metros da Praça do Cruzeiro, onde um raio atingiu 89 pessoas, no domingo, durante a manifestação organizada pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), outro relâmpago foi registrado perto do Palácio do Buriti, ontem, no início da noite.

PÁGINA 15

Influencers pró-Master serão alvo de investigação

Por determinação do ministro Dias Toffoli, a Polícia Federal abrirá inquérito para apurar um suposto plano para criticar o Banco Central por ter liquidado o Master, em novembro de 2025. Alguns influenciadores digitais teriam sido contratados para a campanha. A denúncia partiu de pessoas que foram contactadas para a campanha — e recusaram.

PÁGINA 2

Com Caiado, PSD move peças no xadrez eleitoral

Além do governador goiano, partido de centro tem filiados três pré-candidatos ao Planalto — os outros são Eduardo Leite e Ratinho Jr. Meta é atacar a polarização Lula-família Bolsonaro.

PÁGINA 5. NAS ENTRELINHAS, 3, E BRASÍLIA-DF, 4

Copom mantém Selic em 15% pela quinta vez

PÁGINA 7



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 • (61) 99256.3846



PODER

PF vai apurar ataques virtuais ao Banco Central

Toffoli autoriza inquérito sobre suposta ação orquestrada de influenciadores contra a autoridade monetária após liquidação do Master

» LUANA PATRIOLINO
» RAFAELA GONÇALVES

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar a atuação de influenciadores digitais em um suposto ataque orquestrado ao Banco Central, por meio das redes sociais, após a autoridade monetária decretar a liquidação extrajudicial do Banco Master. O processo foi autorizado pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso.

As suspeitas surgiram após influenciadores de direita denunciarem terem sido abordados com propostas financeiras para gravar vídeos com críticas ao BC. O objetivo seria atacar a liquidação do Master e colocar em xeque a credibilidade da autoridade monetária. A partir disso, a PF produziu um relatório preliminar e o entregou a Toffoli.

A apuração iniciou-se após a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) identificar um volume atípico de publicações nas redes sociais relacionadas ao processo de liquidação, em novembro do ano passado. Os influenciadores Rony Gabriel e Juliana Moreira Leite afirmaram ter recebido propostas para postar em seus perfis discursos em defesa da instituição de Daniel Vorcaro.

A PF fez uma análise preliminar das postagens e identificou possíveis crimes. Ao Supremo, justificou que a abertura do inquérito é para apurar se houve uma ação orquestrada — e paga — contra o Banco Central. A apuração está sendo conduzida pela Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor) e tramita sob sigilo no âmbito da corporação. Com isso, os investigadores poderão tomar depoimentos e analisar mais profundamente o material colhido.

A defesa de Vorcaro negou o acerto com influenciadores e informou que ele "não tem qualquer relação com a contratação ou difusão de fake news, tampouco com campanhas digitais de difamação contra autoridade pública".

"Vorcaro já requereu a abertura de investigação específica para apurar origem, autoria e responsabilidade pela produção e circulação dessas notícias falsas

Antonio Augusto/STF



Dias Toffoli é relator do caso Master no Supremo: investigação da Polícia Federal também vai tramitar sob a competência da Corte

e ofensivas, justamente para afastar insinuações indevidas e permitir o esclarecimento completo dos fatos", diz a nota dos advogados do banqueiro. "A defesa permanece colaborando com as autoridades competentes e segue à disposição para contribuir com o avanço das apurações relacionadas a este e aos demais aspectos."

Prejuízos

Os custos associados à quebra do Master já ultrapassam R\$ 50 bilhões, segundo estimativas iniciais. O valor total das perdas ainda é incerto, à medida que autoridades e instituições financeiras apuram os prejuízos provocados ao Banco de Brasília (BRB), fundos de pensão e empresas que mantinham

investimentos na instituição. Somente os recursos que devem ser resarcidos aos clientes pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) estão estimados em R\$ 46,9 bilhões, sendo R\$ 40,6 bilhões referentes ao Master e outros bancos do conglomerado e R\$ 6,3 bilhões relacionados ao Will Bank.

Uma investigação independente ainda apura os prejuízos causados ao BRB pelo Master. O Banco Central determinou que a instituição estatal provisoriamente R\$ 2,6 bilhões para cobrir perdas com a compra de carteiras de crédito fraudulentas avaliadas em R\$ 12,2 bilhões. Até a liquidação do Master, o BRB já havia recuperado cerca de R\$ 10 bilhões e ainda avalia a necessidade de aporte adicional. O Ministério Público de seis

estados investiga aplicações de fundos de previdência estaduais e municipais em títulos do Master. Dados do Ministério da Previdência Social indicam que, entre outubro de 2023 e dezembro de 2024, institutos de aposentadoria aplicaram mais de R\$ 1,8 bilhão em letras financeiras do banco, sem cobertura do FGC.

Um dos casos envolve o Rioprevidência, fundo de servidores do Rio de Janeiro, que aplicou cerca de R\$ 970 milhões nos papéis do Master. Em 23 de janeiro, a Polícia Federal fez operação de busca e apreensão em endereços ligados a executivos da autarquia.

No Amapá, a Amprev investiu R\$ 400 milhões em letras financeiras do Master, e o Ministério Público estadual analisa a

compatibilidade das aplicações com a política de investimentos do órgão. No Amazonas, o Amazonprev também está sob investigação por possíveis irregularidades nos investimentos.

Diversas empresas privadas e estatais também registraram aplicações no conglomerado financeiro. A Cedae (RJ) adquiriu R\$ 220 milhões em letras financeiras do Master; a Emae detém R\$ 140 milhões em CDBs emitidos pelo Letsbank; a Oncoclinicas possui R\$ 433 milhões em CDBs do Master e busca retomar a participação de 15% de Vorcaro na empresa para compensar perdas; e o fundo XP Private Equity I aplicou R\$ 73,5 milhões em CDBs do Master, sem uso de capital próprio da XP Asset Management.

» Código de conduta

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, marcou uma reunião para o próximo dia 12 com os outros 10 magistrados da Corte na qual pretende discutir a criação de um código de conduta voltado aos integrantes de tribunais superiores. Ele também quer dialogar sobre a crise e os desdobramentos do caso Master. Fachin tenta convencer o relator, Dias Toffoli, a retornar o inquérito para a primeira instância. A estratégia é vista como uma solução menos desgastante no momento. Toffoli tem sido questionado pelos recuos em decisões e por interferência na autonomia da Polícia Federal na investigação. Além disso, críticos têm apontado a suposta ligação da família do ministro com Daniel Vorcaro, dono do Master.

» Riscos de governança

O caso do Master com o BRB expõe os riscos de um ambiente bancário altamente competitivo que pode estimular práticas de governança mais frágeis, avalia a Fitch Ratings em relatório sobre o setor financeiro em economias emergentes. Para a agência de classificação de risco, a corrida por escala e participação de mercado pode empurrar instituições menores a assumir riscos além do adequado, enfraquecendo controles internos. A Fitch destaca que bancos de pequeno porte, sobretudo os que crescem de forma acelerada, costumam subestimar riscos operacionais e operar com estruturas de treinamento e supervisão aquém do necessário.

Planalto tenta se descolar do escândalo

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Em meio às investigações sobre fraudes do Banco Master, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, procurou descolar o governo de envolvimento no caso. Ela argumentou que o escândalo foi revelado e está sendo apurado na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E destacou haver "muitos mais governos de oposição" ligados ao imbróglio.

"A oposição tem que explicar os envolvimentos dos seus governos com essa questão. O governo do Distrito Federal, o governo do Rio de Janeiro, que estão envolvidos com os fundos de pensão em relação ao Master", disparou a ministra, durante café da manhã com jornalistas, ontem, no Palácio do Planalto. "A oposição também tem de explicar por que Fabiano Zettel, cunhado do Vorcaro (Daniel Vorcaro, dono do Master), foi o maior doador individual da campanha do Bolsonaro e do Tarcísio. Parece-me que tem

muito mais explicações para a oposição dar do que o governo. Quem tinha relação com o Master eram eles, isso está claro", acrescentou.

Questionada sobre a reunião de Lula com Vorcaro, em dezembro de 2024, argumentou que o chefe do Executivo "recebe muita gente, recebe muitos donos de bancos, muita gente do mercado financeiro". A orientação do governo é para atuar na estrita técnica e legalidade na apuração dos fatos. Tanto que foi no nosso governo que o dono do Master foi preso, foi no nosso governo que foi feita a liquidação e é no nosso governo que está sendo feita a investigação rigorosa pela PF", disse.

Ministério

Gleisi também negou que a saída do ex-ministro Ricardo Lewandowski da pasta da Justiça e Segurança Pública tenha sido provocada pelo envolvimento do escritório de advocacia da família do magistrado com o Master. Ressaltou que

Lewandowski prestou consultoria ao banco antes de assumir o posto no governo e, conforme sustentou, ele informou Lula sobre contratos que tinha na iniciativa privada. "Quando o presidente convidou o ministro, ele tinha contrato de consultoria com o Master. Ele informou ao presidente e adotou todas as medidas necessárias para assumir o cargo, se afastou, saiu da consultoria, se afastou do escritório

de advocacia, como manda a lei", argumentou.

Inicialmente, Gleisi afirmou que "nós sabíamos que ele prestava serviços ao Master". Depois, corrigiu-se e disse que o ex-ministro relatou ao presidente as suas atividades privadas.

"Ele avisou que prestava atividades privadas e teria de se afastar. Não sei se ele falou exatamente do Master, mas falou de atividades privadas. Ele deve ter comentado, mas isso não é um impedimento. Vamos lembrar que isso não afetou em nada a fiscalização e a apuração dos fatos", declarou.

A ministra frisou que a Polícia Federal, sob o comando de Lewandowski, foi responsável pela investigação do caso. "A relação que o governo tem é a fiscalização rigorosa da que aconteceu e da apuração e responsabilização. Em nenhum momento o governo titubeou sobre isso", afirmou. (Com Agência Estado)



Gleisi disse que a oposição tem de explicar seu envolvimento no caso

A orientação do governo é para atuar na estrita técnica e legalidade na apuração dos fatos. Tanto que foi no nosso governo que o dono do Master foi preso, foi no nosso governo que foi feita a liquidação e é no nosso governo que está sendo feita a investigação rigorosa pela PF"

Gleisi Hoffmann, ministra da Secretaria de Relações Institucionais

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luiazedo.df@abr.com.br

**Caiado, Leite ou Ratinho: qual será a cara do candidato da terceira via?**

A filiação do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, ao PSD de Gilberto Kassab introduziu um fato novo no tabuleiro eleitoral de 2026. Ao deixar o União Brasil por falta de legenda para disputar a Presidência, Caiado reforçou a disposição do PSD de apresentar uma candidatura própria ao Planalto, colocando o partido no centro do debate sobre a chamada "terceira via", em oposição tanto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quanto ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Com isso, o PSD passa a reunir três governadores presidenciáveis que estão no segundo mandato, ou seja, que não podem concorrer à reeleição: Caiado; Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul; Ratinho Junior, do Paraná, cujos perfis políticos e trajetórias eleitorais são bastante distintos.

A entrada de Caiado sinaliza a tentativa mais consistente, até agora, de organizar uma alternativa de centro-direita à polarização que domina a política brasileira desde 2018. Trata-se de uma articulação com eixo no Sul e no Centro-Oeste, regiões onde Lula enfrenta maiores dificuldades eleitorais e onde se concentram setores estratégicos como o agronegócio, o empresariado exportador e parte expressiva da classe média urbana descontente com o governo. O problema central dessa construção é a resiliência da base bolsonarista popular, ainda fortemente identificada com Jair Bolsonaro e potencialmente transferível ao filho Flávio Bolsonaro. Soma-se a isso um risco histórico conhecido: a ambiguidade do próprio PSD, partido que tradicionalmente tem "um pé em cada canoa" e evita apostas irreversíveis.

Não é por acaso que o fantasma da "cristianização" ronda o futuro candidato da terceira via. Em 1950, o PSD lançou Cristiano Machado à Presidência, mas parte significativa de sua base migrou informalmente para Getúlio Vargas, esvaziando o próprio candidato. Desde então, o termo passou a designar candidaturas que existem formalmente, mas são abandonadas na prática. A pergunta que se impõe é se o PSD, desta vez, está disposto a sustentar até o fim um nome próprio ou se manterá sua ambiguidade existencial: tem uma ala no governo e outra na oposição.

Entre os três pré-candidatos, Caiado representa a direita tradicional organizada. Médico, ex-deputado e senador, governador reeleito de Goiás, ele construiu sua imagem como liderança do agronegócio, defensor da lei e da ordem e crítico contundente do lulismo. Seu discurso é claro, ideológico e coerente com uma agenda conservadora nos costumes e liberal na economia. Ele dialoga bem com produtores rurais, setores empresariais e parte do eleitorado bolsonarista que busca uma alternativa menos radical. O problema é seu alcance nacional limitado: fora do Centro-Oeste, Caiado ainda é pouco conhecido e carrega resistência em setores urbanos e no Nordeste. Seu perfil agrega densidade ideológica, mas também tende a estreitar suas alianças.

Risco de fragmentação

Eduardo Leite, por sua vez, encarna a nova direita reformista e democrática. Jovem, urbano, liberal nos costumes e defensor explícito das instituições democráticas, o governador do Rio Grande do Sul dialoga com o eleitorado de centro, com setores progressistas moderados e com parcelas da classe média que rejeitam tanto o bolsonarismo quanto o petismo. Leite tem boa aceitação no debate público, trânsito internacional e discurso afinado com pautas contemporâneas, como sustentabilidade e diversidade. Seu principal desafio é a baixa penetração fora dos grandes centros e a dificuldade de conquistar eleitores populares, especialmente em regiões onde o conservadorismo social é mais forte. Além disso, sua base eleitoral no Sul é sólida, mas não decisiva em uma eleição nacional.

Já Ratinho Junior surge como o perfil mais pragmático e, eleitoralmente, tem a preferência de Kassab. Governador de um estado economicamente forte, com alto índice de aprovação e gestão bem avaliada, Ratinho tem a vantagem de um estilo discreto, pouco ideológico e focado em resultados administrativos. Ele dialoga com empresários, com o agronegócio e com setores do Centro-Oeste, sem provocar rejeições intensas. Seu nome é visto como o mais competitivo internamente justamente por essa capacidade de agregar apoios e reduzir resistências. Em contrapartida, carece de uma narrativa nacional clara e de identidade política forte, essenciais em uma disputa polarizada.

O desafio do PSD será transformar essa diversidade em força real e evitar a fragmentação. A promessa de que os derrotados apoiarão o escolhido é importante, mas insuficiente diante da história do partido. Sem um compromisso inequívoco com a candidatura que emergir, o risco de cristianização permanece. A terceira via só ganhará consistência se o PSD conseguir fazer aquilo que historicamente evitou: escolher, sustentar e apostar até o fim. Tradicionalmente, Kassab libera as bases regionais do partido para apoiar quem quiser no primeiro turno e tenta unificar o partido no segundo turno, para apoiar quem tem mais chances de vencer.

Entre Caiado, Leite e Ratinho, a decisão não será apenas sobre quem tem mais votos potenciais, o que pode se aferir com pesquisas, mas sobre o projeto de centro-direita que o partido quer representar: o conservadorismo organizado (Caiado), o social-liberalismo democrático (Leite) ou o pragmatismo gestor (Ratinho). Se essa escolha não for clara, a terceira via corre o risco de ser abduzida pela polarização e desaparecer na urna.

ELEIÇÕES

"Todos têm de entrar em campo", pressiona Gleisi

Ministra frisa que Haddad deve ser candidato, mas o titular da Fazenda resiste

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, defendeu que o titular da Fazenda, Fernando Haddad, concorra nas eleições deste ano. Cotado para disputar uma cadeira no Senado pelo PT de São Paulo, o ministro ainda não tomou uma decisão, embora já tenha anunciado que deixará o cargo no mês que vem.

Segundo ele, que entregará o comando da Fazenda para o secretário-executivo Dario Durigan, a descompatibilização terá o objetivo de "ajudar" na campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em declarações ontem, porém, Gleisi enfatizou que "não temos direito de deixar a extrema-direita voltar ao poder no país". "Eu acho que todos têm de entrar em campo, todos (os ministros) têm que vestir a camisa (da reeleição de Lula). Por isso, defendo que todos os nossos melhores quadros disputem as eleições, inclusive o ministro Haddad", destacou ela, um das porta-vozes de Lula, durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto.

A ministra, por sinal, deixará o posto em março para concorrer a uma vaga no Senado pelo Paraná. O lugar será ocupado por Olavo Noleto, presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), grupo conhecido como Conselhão.

Segurança na pauta

» DANANDRA ROCHA

Em reunião do Colégio de Líderes, a Câmara deu início à organização dos trabalhos do ano legislativo. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), indicou que terão prioridade o acordo Mercosul-União Europeia, cuja intenção é dar tramitação acelerada assim que chegar ao Congresso; e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, a ser debatida nas próximas semanas, com previsão de votação depois do carnaval.

Relator da PEC, Mendonça Filho (União-PE) afirmou que a estratégia definida prevê uma roda de apresentações do substitutivo do texto, apresentado em dezembro, a todas as bancadas antes da deliberação final.

"O presidente Hugo reafirmou a prioridade para a pauta da segurança pública, e naturalmente esse tema vai ser deliberado agora no início dos trabalhos legislativos, a partir de fevereiro", disse.

De acordo com Mendonça Filho, as apresentações às bancadas devem ocorrer na primeira e na segunda semanas de fevereiro, com a expectativa de apreciação da matéria na comissão especial logo após o carnaval, seguida de votação no plenário da Câmara, na semana dos dias 23 ou 24. O relator ressaltou que o texto ainda "pode sofrer alterações" e informou que terá uma reunião de trabalho com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, nos próximos dias, para alinhar pontos da proposta. O parlamentar afirmou ter sugerido que o projeto de lei antifacções seja analisado apenas após a votação da PEC.

Segundo Mendonça Filho, mas como a CPI do Banco Master e pedidos de outras CPIs defendidos pela oposição não foram tratados na reunião.

A pauta da próxima semana também foi definida no Colégio de Líderes. "Votaremos a MP Gás do Povo e o PL que cria o Instituto Federal do Sertão Paraibano, além de outras matérias de consenso. Ainda iremos fazer a instalação e eleição das Comissões Permanentes", afirmou Motta, nas redes sociais.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Fernando Haddad tem dito que quer participar do comando da campanha à reeleição do presidente Lula

Na conversa com jornalistas, Gleisi também comentou sobre a orientação do presidente Lula de que seus ministros deixem as pastas para se candidatar em seus respectivos estados.

"O presidente Lula tem clareza dessa responsabilidade que ele tem (em não deixar a volta da extrema-direita). Por isso, eu acho que, numa situação de enfretamento e em que está em risco um projeto de manter a nossa democracia, todos têm que entrar em campo (se candidatar), todos têm que vestir a camisa e fazer aquilo que melhor sabem fazer

na disputa eleitoral", pontuou. A expectativa é de que ao menos 20 dos 38 ministros entrem na corrida eleitoral.

Escala 6x1

Também de acordo com Gleisi, o fim da escala 6x1 será uma das prioridades do governo federal ao longo do ano. Segundo ela, o Executivo avalia alternativas para encerrar esse projeto no Congresso.

Embora haja uma Proposta de Emenda à Constituição sobre o tema, o governo estuda enviar um projeto próprio para unificar todas

as propostas existentes, o que pode ocorrer após o carnaval. "Nós esperamos que esse debate aconteça, e seja aprovado ainda no primeiro semestre", projetou.

A intenção é compartilhada pelo ministro Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência. "Eu espero que isso possa ser pautado, aprovado e promulgado pelo presidente Lula neste primeiro semestre, para que os trabalhadores brasileiros tenham paz, tenham descanso e possam ter tempo com a sua família para lazer, para cuidado, que é o básico para qualquer um", disse o ministro.

ESPERANÇA

Leis que melhoram a vida e promovem um futuro melhor para o Distrito Federal.

Câmara Legislativa. O que transforma cada novo ano é o trabalho que fazemos todos os dias.

A Câmara Legislativa atua o ano inteiro criando leis que fortalecem a convivência, protegem direitos, ampliam o acesso à saúde, incentivam o desenvolvimento econômico, combatem o preconceito e ajudam a construir um futuro melhor para todos.

Porque cada novo ano só melhora quando todos trabalham pelos mesmos objetivos. É isso o que a Câmara Legislativa faz todos os dias.

CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Messias na área

O governo não planeja demorar para enviar ao Senado a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Gleisi acredita, inclusive, que é possível aprovar antes das eleições. "É muito ruim o STF ficar sem um ministro".

"Follow the money"

Ao dizer que o ex-banqueiro Daniel Vorcaro foi preso na gestão de Ricardo Lewandowski, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, Gleisi ensaiou o tom que Lula adotará na campanha, caso o tema venha à baila. A ordem no governo é se ater aos fatos e seguir o caminho do dinheiro.

Palavra cumprida

PSD e PL fizeram valer um acordo do ano passado e trocaram comissões permanentes. A de Agricultura passará para a presidência do PSD e a de Minas e Energia, para o PL. Em 2025, as legendas travaram uma disputa pela Comissão de Minas e Energia (CME). À época, o partido de Kassab fechou questão e ficou com a comissão, mas negocou com o PL para que, em 2026, a CME ficasse com os bolsonaristas.

Briga de paternidade

Parlamentares dos mais diversos campos políticos apostam que o tema da segurança pública vai dominar o debate eleitoral de 2026. Os da esquerda nem esperaram o ano legislativo para começar a apresentar projetos sobre o assunto. Nos bastidores, o que se diz é que esquerda e direita vão brigar pelo controle das pautas de segurança no Congresso.

Governo apostava em racha nos partidos de centro

Nesse momento em que traça a estratégia para cada estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixa claro que investirá na fratura das forças de centro que tentam quebrar a polarização neste ano eleitoral. O PSD de Gilberto Kassab, por exemplo, é tido na base como novo MDB, que pode até ter candidato ao Planalto, mas não conseguirá unir a legenda em torno de um nome. Ainda que tenha três ases na mão — Ratinho Júnior, Eduardo Leite e, agora, Ronaldo Caiado —, a aposta é de que o PSD vai rachado para as eleições de outubro.

Veja bem/ E não está no projeto do governo dispensar os ministros do partido de Kassab. A ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, respondeu assim, quando perguntada como ficam os ministros diante da ideia de o PSD lançar candidato ao Planalto: "Fica como está. A gente já teve acordo com o PSD em vários estados na eleição de 2022. O PSD não é um partido de unidade nacional. É um partido que se movimenta pelos interesses regionais federados e nós vamos saber lidar com isso", afirmou.



CURTIDAS

Volta às aulas/ Reinou a calmaria na primeira reunião de líderes da Câmara dos Deputados este ano, depois do longo recesso parlamentar. Tudo por causa da ausência dos dois líderes da oposição — Gustavo Gayer (PL-GO) e Cabo Gilberto (PL-PB). Eles planejavam pedir ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que faça um apelo ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para marcar a sessão de análise dos vetos o mais rápido possível. Como não compareceram, a necessidade de reunir logo o Congresso nem foi mencionada.

Turbinado/ O maior evento de energia do país, o ROG.e, promete movimentar o Rio de Janeiro praticamente às vésperas da eleição. Com 93% de ocupação dos espaços no Riocentro, o evento organizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) reunirá os principais líderes e especialistas do mercado global de energia. São esperadas 75 mil pessoas, entre 21 e 24 de setembro.

Anota aí/ Na próxima terça-feira, a Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM) vai inaugurar o ano legislativo com um jantar em sua sede. As presenças dos governadores Romeu Zema (Novo-MG) e Jorginho Mello (PL-SC) estão confirmadas.



O presidente (do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin) tem reiterado a importância desse código (de conduta para os magistrados). Mas enfrenta resistências dentro do próprio colegiado. Só a pressão democrática da sociedade pode quebrá-las"

Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ)

PODER

PSD ocupa espaço de Tarcísio

Com a entrada de Caiado, partido tenta captar, nas próximas eleições, votos da direita não bolsonarista e do centro que rejeita Lula

» WAL LIMA

Peso político

A filiação do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, ao PSD, mexeu com o tabuleiro da corrida presidencial. Apesar de o partido não ter decidido quem lançará como candidato para concorrer contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), os dois nomes colocados até agora, a ideia é percorrer a trilha que Tarcísio de Freitas (Republicanos) deixou aberta. Isso porque, o governador paulista — que agora tentará a reeleição — tinha tudo para agrupar os votos da direita não bolsonarista e de parte do centro que rejeita o PT por conta do perfil de moderação. É esse espaço que o representante do PSD pretende ocupar, sendo Caiado ou os governadores Ratinho Jr. (PR) e Eduardo Leite (RS), ambos pré-candidatos ao Palácio do Planalto.

Para Murilo Medeiros, cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) e assessor legislativo no Senado, a filiação de Caiado ao PSD simboliza mais do que o abandono da federação União Progressista (composta pelo PP e pelo União Brasil). Ele considera que é parte de um movimento engenhoso de reorganização da centro-direita.

"O PSD passa a disputar diretamente o eleitor conservador moderado: com estrutura partidária, palanques estaduais e lideranças executivas em evidência. É uma engenharia política que busca furar a bolha da dicotomia lulismo-bolsonarismo. É um repositionamento que impõe pressão a Flávio Bolsonaro na disputa pelo eleitor de direita e, também, faz um contraponto ao governo Lula. Com Caiado, o PSD reforça seu discurso de segurança pública e se aproxima ainda mais do eleitorado que vê o atual governo com desconfiança", analisa.



Kassab com Eduardo Leite, Caiado e Ratinho Jr. Um deles será o nome do partido na disputa presidencial

ex-presidente Jair Bolsonaro. Ratinho Jr. compareceu somente à de 6 de abril de 2025, enquanto Eduardo Leite jamais participou.

Na coletiva de imprensa que reuniu os três governadores do PSD, mais o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), ontem, em São Paulo, Caiado fez questão de reforçar que não há ruptura entre os campos da centro-direita e da direita bolsonarista. E insistiu na multiplicidade de candidaturas no primeiro turno, algo que há tempos defende.

"Uma candidatura única no primeiro turno é o que Lula quer. Não estamos fazendo o gosto do Lula, estamos querendo ganhar a eleição. No segundo turno, todos estaremos com aquele que enfrentar o PT. Isso é óbvio", afirmou. O governador de Goiás esteve com Flávio Bolsonaro antes do senador viajar para Israel para traçarem o panorama eleitoral.

Fumaça branca

Caiado também destacou que a decisão sobre a candidatura caberá ao comando do partido. "O PSD vai tomar uma decisão interna, ouvindo quem o presidente Kassab acha que deve ouvir naquele momento, e vai indicar quem de nós deverá ser o candidato", afirmou, brincando que agora resta "esperar a fumacinha branca" — tal como na escolha dos papas — para saber quem será o escolhido.

Ao justificar a saída do União Brasil e a escolha pelo PSD, Caiado afirmou que optou por um partido que não trabalha com candidaturas individuais e que oferece liberdade política nos estados. "Aquele que for indicado terá o apoio dos demais. O problema não é só ganhar a eleição. É saber como governar o país diante desse colapso de governabilidade

instalado pelo Lula", criticou.

Nos bastidores, a expectativa é de que Ratinho Jr. e Eduardo Leite tentem candidaturas ao Senado, respectivamente, pelo Paraná e pelo Rio Grande do Sul, ampliando a bancada do PSD no Congresso.

A decisão sobre quem o PSD lançará à Presidência da República será tomada por um "grupo de notáveis" dentro do PSD. Chefiado por Kassab, reúne personagens políticos de peso, como Jorge Borhausen (ex-senador e ex-ministro da Educação no governo de Fernando Collor); a diretora-presidente da Comunidades, Regina Esteves; Andrea Matarazzo (ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso); e o ex-deputado federal Guilherme Afif Domingos.



Uma candidatura única no primeiro turno é o que Lula quer. Nós não estamos fazendo o gosto do Lula, estamos querendo ganhar a eleição. No segundo turno, todos estaremos com aquele que enfrentar o PT. Isso é óbvio"

Governador Ronaldo Caiado (GO)



Fomos deputados federais juntos e sua presença no PSD, hoje, fortalece nosso partido. Mais importante, a sua disposição em ser candidato a presidente da República, ao lado de Eduardo Leite e do Ratinho Jr., fortalece nossa democracia"

Gilberto Kassab, presidente do PSD, antes da desistência de Tarcísio e da entrada de Caiado no partido



JANEIRO *beranco*

DIÁLOGOS SOBRE A SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Mediadoras:

Carmen Souza
editora de Opinião do Correio Braziliense



Sibele Negromonte
subeditora da Revista do Correio



Convidados Confirmados:

Coronel Ana Paula Habka
comandante geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)



Fernanda Falcomer
subsecretária de Saúde Mental do Distrito Federal



Ana Luísa Coelho
psicóloga, psicanalista, doutora e pós-doutora em Psicologia Clínica e servidora pública federal



Leandro Freitas Oliveira
pós-doutorado e doutor em Neurociências pela Unifesp



Lucas Benevides
médico psiquiatra da rede Verse e professor do UniCEUB



Carla Fragomeni
psicóloga e instrutora de Mindfulness na Sociedade Vipassana de Meditação



Helena Moura
psiquiatra e professora de Medicina da UnB



Marcos Medeiros
psicopedagogo da rede Verse



Mariana Nogueira
professora e pesquisadora no Núcleo de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas da Fiocruz



É HOJE!

a partir das 9h

auditório do Correio Braziliense
SIG Qd. 02 Lote. 340

**TRANSMISSÃO
AO VIVO**



Patrocínio:



Realização:

**CORREIO
BRAZILIENSE**

Produção:



SAÚDE

Cannabis medicinal tem nova regra de uso

Anvisa altera a regulamentação para aplicação, prescrição, produção, pesquisa e comercialização da substância. Pacientes terão acesso aos medicamentos em três formatos: oral, inalatório e dermatológico

» RAFAELA BOMFIM*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, um conjunto de resoluções que altera a regulamentação da cannabis medicinal no Brasil, ampliando o acesso a terapias, autorizando o cultivo controlado por pessoas jurídicas e atualizando critérios técnicos para produção, prescrição, publicidade e formas de uso (veja no quadro que muda). A medida também autoriza a venda do fitofármaco canabidiol em farmácias de manipulação, mediante prescrição individual, e estabelece novas bases para pesquisa científica e atuação de associações de pacientes.

Uma das principais mudanças diz respeito ao acesso a medicamentos com concentração de tetrahidrocannabinol acima de 0,2%. Até então, esses produtos eram restritos a pacientes em cuidados paliativos ou com condições irreversíveis ou terminais. Com a nova norma, o uso passa a ser permitido, também, para pessoas com doenças debilitantes graves, desde que haja indicação médica. Segundo a Anvisa, a exigência de prescrição permanece como critério central para o acesso.

A resolução também amplia as vias de administração autorizadas. Além das formas oral (com a adição também da versão sublingual) e inalatória, passa a ser permitido o uso dermatológico, conforme evidências científicas colhidas pela Anvisa — que atualizou o termo "via nasal" por "via inalatória".

Outra mudança está na manipulação de produtos à base de cannabis, que passa a ser autorizada em farmácias, desde que vinculada a uma prescrição individualizada. As resoluções também tratam do cultivo da cannabis medicinal, até então proibido para a indústria, o que obrigava empresas e instituições a importar a planta ou seus

Uma esperança a mais de qualidade de vida

Ampliação do uso de medicamentos à base de cannabis

■ A decisão da Anvisa amplia a prescrição desses produtos. O fitofármaco canabidiol poderá ser vendido em farmácias de manipulação, o que amplia o acesso dos pacientes aos tratamentos.

Novas formas de comercialização

■ A nova regra permite a comercialização de fármacos para uso bucal, sublingual e dermatológico. Antes, apenas os de uso oral e inalatório podiam ser registrados na agência.



Ampliação do perfil de pacientes para uso de THC acima de 0,2%

■ A norma altera as regras para remédios à base de cannabis com concentração de THC acima de 0,2%. Antes, o uso era restrito a pacientes em cuidados paliativos ou com doenças irreversíveis/terminais. Agora, pessoas com doenças debilitantes graves também passam a ter acesso a esses produtos.

Cultivo de cannabis com THC acima de 0,2%

■ Como era: o cultivo era permitido apenas em casos com autorização judicial, sem parâmetros técnicos homogêneos e sem integração ao sistema de vigilância sanitária.
■ Como fica: a produção passa a ser autorizada para pessoas jurídicas, com limite de até 0,3% de THC. Os locais deverão passar por inspeção prévia e adotar medidas rigorosas de segurança, com barreiras físicas e vigilância 24 horas por dia.

Acesso a medicamentos com THC acima de 0,2%

■ Como era: apenas pacientes em cuidados paliativos ou com condições clínicas irreversíveis/terminais podiam utilizar remédios à base de cannabis com esta concentração.
■ Como fica: amplia o uso para pacientes com doenças debilitantes graves, permitindo maior acesso a terapias com maior teor da substância.

Vias de administração

■ Como era: a regulamentação permitia apenas as vias oral e nasal, conforme a RDC nº 327, de 2019.
■ Como fica: amplia as vias autorizadas com base em evidências científicas analisadas na Análise de Impacto Regulatório. Passam a ser incluídas as vias dermatológica, sublingual e bucal. A via dermatológica reduz a exposição sistêmica, enquanto as sublingual e bucal evitam o metabolismo de primeira passagem pelo fígado e podem aumentar a biodisponibilidade. O termo "via nasal" será substituído por "via inalatória".

Manipulação

■ Passa a ser permitida mediante prescrição individualizada.
Publicidade
■ Como era: estava proibida.
■ Como fica: permitida exclusivamente para médicos, restrita às informações de rotulagem e ao folheto informativo aprovado pela Anvisa.

Valdo Virgo/CB/D.A Press



O aumento da segurança jurídica é fundamental, especialmente para os pacientes vinculados às associações. A norma reconhece institucionalmente um modelo que já existia, mas que operava sem regulamentação clara"

Mônica Barcelos,
diretora-executiva da Associação Brasileira do Pito do Pango

extratos. A autorização não se estende à população em geral nem ao uso recreativo, que permanece proibido.

Pela nova regra, o cultivo passa a ser permitido para pessoas jurídicas — empresas, universidades e associações de pacientes —, com limite de até 0,3% de THC. A produção deverá seguir critérios rigorosos de segurança, incluindo inspeção prévia da autoridade sanitária, barreiras físicas de proteção e vigilância 24 horas por dia. Os insumos utilizados deverão estar previamente regulamentados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

Com a nova regulamentação, a cannabis passa a integrar, oficialmente, a lista de substâncias sob controle especial no Brasil, ao lado de entorpecentes, psicotrópicos e precursores químicos. Para Mônica Barcelos, diretora-executiva da Associação Brasileira do Pito do Pango (Abrapango), o

principal impacto imediato é a segurança jurídica. "O aumento da segurança jurídica é fundamental, especialmente para os pacientes vinculados às associações. A norma reconhece institucionalmente um modelo que já existia, mas que operava sem regulamentação clara", explicou.

Segundo ela, a regra sobre medicamentos com maior teor de THC mantém o que já está previsto. "Pacientes que precisam de concentrações mais elevadas de THC sempre dependeram de prescrição médica. Isso não muda. Havia indicação profissional, o acesso continua garantido", disse. Sobre as novas formas de uso, Mônica avalia que a decisão formaliza práticas clínicas já adotadas. "A autorização das vias bucal, sublingual e dermatológica reconhece condutas que apresentavam efeitos clínicos comprovados", frisou.

Apesar dos avanços, o acesso

ainda é apontado como desafio. "A dificuldade continua sendo chegar a quem precisa, seja por falta de informação, seja pelos custos do tratamento, principalmente entre populações em situação de vulnerabilidade", lamentou.

A cannabis medicinal vem sendo aplicada para o alívio de dores crônicas, como neuropatias, fibromialgia e artrite (ajuda a reduzir a inflamação e a percepção da dor) e dores oncológicas (auxilia pacientes com câncer que não respondem bem a opioides). Também pode ser ministrada no controle de convulsões, uma vez que o canabidiol é amplamente reconhecido por reduzir drasticamente a frequência de crises em formas graves de epilepsia refratária — como as síndromes de Dravet e Lennox-Gastaut, especialmente em crianças.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

VIOLÊNCIA

Síndico confessa assassinato de corretora

» ANA CAROLINA ALVES
» DARCIANNE DIOGO

Cléber Rosa de Oliveira, de 49 anos, confessou ontem o assassinato de Daiane Alves de Souza, de 43, em Caldas Novas (GO). A corretora de imóveis foi vista pela última vez em 17 de dezembro de 2025, quando desceu ao subsolo do prédio onde morava. De acordo com a investigação, ela e Cléber tinham histórico de briga e denúncias que envolviam perseguição, interrupções de energia e agressão.

A confissão do homicídio foi logo depois da operação em que os policiais civis de Goiás prenderam Cléber e seu filho, Maykon Douglas de Oliveira — que responderá pelos crimes de ocultação de cadáver, obstrução da investigação e destruição de provas. O síndico deverá responder pelo crime de feminicídio.

Daiane ficou desaparecida por 43 dias. Seu corpo foi encontrado em avançado estado de decomposição em uma mata a aproximadamente 15 km do centro de Caldas Novas.

Segundo os investigadores, Cléber confessou que, depois de atraí-la para a garagem, voltaram a discutir. Foi quando ele decidiu matá-la. Com a ajuda de Maycon, colocou o corpo da corretora na caçamba de uma picape e o jogou em um matagal.

A família de Daiane só conseguiu registrar o desaparecimento

Policia Civil do Goiás



Policiais levam Cléber preso. Ele e Daiane tinham profunda animosidade e conseguiram atraí-la para que fosse morta

por volta das 16h de 18 de dezembro. A polícia destacou a importância da perícia digital, que analisou vídeos gravados pela corretora.

Daiane gravou e mandou dois vídeos a uma amiga relatando a falta de energia no prédio. A terceira gravação, no entanto, não foi enviada, o que indicou aos policiais que este seria o momento

em que ela foi assassinada. As imagens de câmeras de segurança mostraram, ainda, um intervalo de cerca de oito minutos sem circulação de terceiros no subsolo, considerado decisivo para o homicídio praticado por Cléber.

Em entrevista a uma rede de tevê, Nilse Alves, mãe de Daiane, disse estar vivendo "uma

sensação de alívio, de revolta e de dor", depois de saber da prisão de Cléber e do filho, e de que o corpo da corretora tinha sido encontrado. "A gente não queria acreditar que esse cara era capaz de fazer isso. Um cara covarde, que se vestiu de síndico, dono do prédio, onde mandava e desmandava", criticou Nilse.

» Pesquisa: dorme-se pouco nas capitais

O Ministério da Saúde divulgou, ontem, os resultados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel 2025), com dados sobre a prevalência de diabetes e hipertensão no país, e dados sobre hábitos alimentares e de prática de exercícios. Pela primeira vez, o estudo traça, também, um panorama do sono dos brasileiros. Os resultados mostram que 20,2% dos moradores das capitais dormem menos de seis horas por noite (21,3% entre mulheres e 18,9% entre homens). A frequência de duração curta de sono é maior aos 65 anos ou mais (23,1%) e é bem alta entre mulheres sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (29%). Um em cada cinco adultos (18 anos ou mais) da capital paulista (20,9%) dorme menos de seis horas por noite. A taxa é semelhante em cidades como Aracaju (20,9%), Fortaleza (20,6%), João Pessoa (20,2%) e Manaus (21%). Maceió lidera a lista, com 24,8%, e Campo Grande apresenta a menor taxa, 14,8%.

Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 29 de janeiro de 2026

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dab.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



Bolsas
Na quarta-feira
1,52%
São Paulo

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
178.859 184.691
23/1 26/1 27/1 28/1

Dólar
Na quarta-feira
R\$ 5,206
(Estável)

Salário mínimo
Últimos
22/janeiro 5,284
23/janeiro 5,286
26/janeiro 5,279
27/janeiro 5,206

Euro
Comercial, venda
na quarta-feira
R\$ 6,218

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
14,84%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Agosto/2025 -0,11
Setembro/2025 0,48
Outubro/2025 0,09
Novembro/2025 0,18
Dezembro/2025 0,33

POLÍTICA MONETÁRIA

BC e FED mantêm juros com sinalização de queda

Bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos decidem manter inalteradas as respectivas taxas básicas por causa do cenário de incertezas da economia mundial, mas indicam que o ciclo de alta deve começar a ser revertido nas próximas reuniões

» RAPHAEL PATI



O BC deveria ter iniciado o ciclo de redução dos juros há muito tempo. Ao manter a Selic em nível insustentável, o Copom prejudica a economia, aprofundando a desaceleração do crescimento. É indispensável que a flexibilização da política monetária comece já na próxima reunião"

Ricardo Alban,
presidente da CNI

Na primeira "superquarta" do ano, a cautela ainda foi a palavra de ordem. Em dia marcado por decisões de juros tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, o ambiente de incertezas na economia e na geopolítica, sobretudo em relação às ameaças do presidente norte-americano Donald Trump de conquistar novos territórios, fizeram com que ambos os bancos centrais decidissem manter inalterados os principais instrumentos da política monetária.

No Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu manter pela 5ª vez consecutiva a taxa Selic em 15% ao ano, o que representa o maior patamar dos juros desde 2006. O nível da taxa nominal permanece inalterado desde a reunião de junho, após o Copom elevar os juros em mais de 3 pontos percentuais em menos de seis meses, em meio a temores mais fortes do mercado sobre o cenário fiscal interno e os conflitos geopolíticos.

No comunicado publicado após a reunião, os diretores apontam que o cenário ainda é marcado por uma "elevada incerteza", que exige uma cautela maior na condução da política monetária. "O Comitê avalia que a estratégia em curso tem se mostrado adequada para assegurar a convergência da inflação à meta. Em ambiente de inflação menor e transmissão da política monetária mais evidentes, a estratégia envolve calibração do nível de juros", destaca.

Apesar da manutenção do tom duro em relação ao futuro, o Copom sinalizou, pela primeira vez — e de maneira mais enfática — que pode iniciar o processo de corte dos juros na próxima reunião, se confirmadas as expectativas dos diretores em relação ao cenário atual. A indicação feita pelo BC corrobora a maior parte das expectativas do mercado financeiro, que previa o início da queda da Selic em março. O comitê reforça, ainda, que manterá uma "restrição adequada" para levar à frente o objetivo de trazer a inflação à meta.

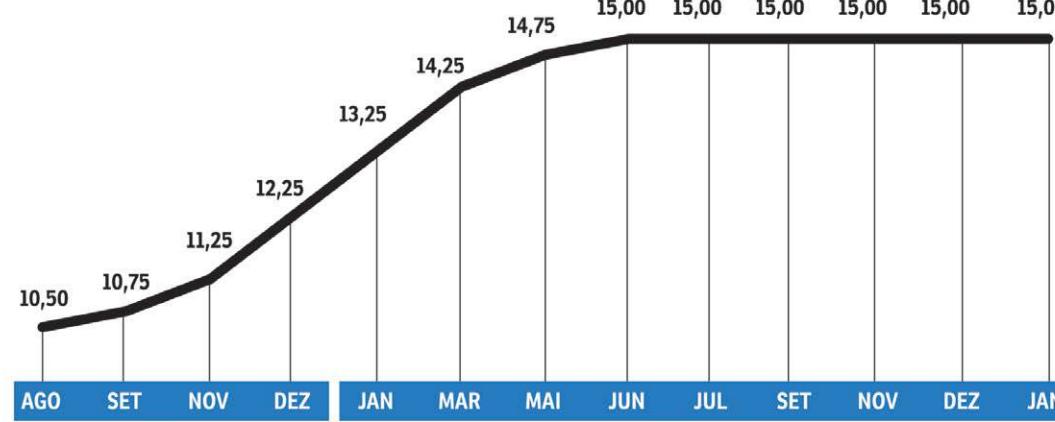
Ainda no comunicado divulgado ontem, o comitê destaca que a conjuntura e a política econômica nos Estados Unidos mantém o ambiente externo conturbado e as incertezas com relação às condições financeiras de outros países. Além disso, no cenário doméstico, os indicadores seguem apresentando uma trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica, o que já era esperado pelo BC com as taxas de juros mais altas. Mesmo assim, os diretores avançam que os riscos para a inflação — tanto de alta quanto de baixa — ainda permanecem elevados.

Platô de juros

Taxa Selic segue no patamar elevado de 15% ao ano — o maior em quase 20 anos —, mas o Copom sinaliza uma possível queda em março.



TAXA BÁSICA DE JUROS — HISTÓRICO (EM %)



Juros 'insustentáveis'

Após a decisão do Copom, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) expressou novamente preocupação com a manutenção da taxa básica de juros atual. Na visão da entidade, a cautela, defendida pelo BC, "ignora" a trajetória de queda da inflação e os danos que a Selic a 15% causam à população. "O Banco Central deveria ter iniciado o ciclo de redução dos juros há muito tempo. Ao manter a Selic em nível insustentável, o Copom prejudica a economia, aprofundando a desaceleração do crescimento. É indispensável que a flexibilização da política monetária comece já na próxima reunião", defende o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Uma projeção feita pela própria entidade destaca que, no patamar atual, a taxa de juros real — que desconta a inflação corrente e está em 10,5% — está 5,5% acima da chamada taxa de juros neutra, que não estimula nem desestimula o crescimento econômico. Diante disso, a CNI acredita que a Selic deveria estar próxima de 10,3% ao ano, ao considerar a inflação acumulada dos últimos 12 meses.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, a manutenção da taxa atual tende a prolongar os efeitos adversos na economia, com restrição a investimentos, custo de crédito e produção mais elevados, além da perda da competitividade da indústria

brasileira. "É necessário uma política monetária mais equilibrada, que consiga conciliar o controle da inflação com o estímulo ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento da competitividade da indústria nacional", comentou.

Sobre o comunicado do Copom, o economista chefe do Banco Daycoval, Rafael Cardoso, explica que houve poucas mudanças em relação ao último documento. Diante disso, a sinalização de uma possível queda na próxima reunião foi uma das poucas mudanças no texto divulgado ontem. "Essa sinalização veio acompanhada de termos em que ele (Copom) fala que vai ser sereno, tanto no ritmo quanto na magnitude, dando uma ideia de algum certo

conservadorismo", considera.

Cardoso avalia que ficou surpreso com a decisão do BC de incluir uma sinalização no comunicado sobre a abertura para um corte na taxa atual, um passo além daquele que a gente imaginava que seria dado. "O principal argumento do Banco Central de que a inflação corrente cedeu diz muito mais respeito ao passado do que ao futuro. Então, dado que o diagnóstico permaneceu de lá pra cá, a gente acha que o Banco Central deu um passo um pouco maior do que aquele que a gente imaginava", acrescenta o especialista.

Já o doutor em economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Benito Salomão destaca que a taxa real, que desconta a inflação, está muito acima do que seria ideal para a atividade econômica, e que o BC já poderia ter reduzido os juros nesta reunião. "Eu sou da opinião de que é possível produzir essa convergência (da inflação à meta) com credibilidade e reputação, com um grau de contração da política monetária mais baixa", pontua.

Ameaças no EUA

Nos Estados Unidos, o Comitê de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve (Fed) — o banco central do país — decidiu manter a taxa atual na banda de 3,5% a 3,75%. O presidente do Fed, Jerome Powell, disse que o setor imobiliário continua fraco, apesar de outros indicadores sinalizarem um crescimento mais "sólido" da atividade econômica. "O consumo tem se mostrado resiliente e o investimento fixo empresarial continuou crescendo", avaliou.

Além disso, a decisão do Fed é considerada uma resposta à pressão do presidente Donald Trump sobre os juros, que já chegou a fazer críticas mais severas ao chairman do banco central norte-americano. Recentemente, Powell quebrou o silêncio e disse estar sendo vítima de uma "perseguição judicial" do chefe do Executivo e classificou a investigação aberta contra ele próprio como "sem precedentes".

» Presidente da Caixa em NY

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, representa o banco em uma série de eventos em Nova York com investidores e agentes do mercado financeiro. Hoje, Vieira participa como painelista do LatAm Capital Markets Summit 2026, na Bolsa de Valores. O painel discutirá o papel fundamental dos bancos na mobilização de capital para fortalecer a resiliência regional. O LatAm Capital Markets Summit 2026, organizado pela LatinFinance, é um evento anual que reúne investidores e instituições da América Latina e Caribe com financiadores.

» PEDRO JOSE*

A chamada "superquarta" concentrou as atenções dos investidores, atentos às reuniões dos bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos para definir as taxas de juros que vão valer para as próximas semanas. Os mercados refletiram a expectativa pela manutenção das taxas nos dois países. O Ibovespa encerrou a sessão de ontem em alta pelo terceiro pregão consecutivo, com avanço de 1,52% em relação ao dia anterior, e alcançou 184.691 pontos, renovando o recorde de nominal do índice. O movimento ocorreu em meio à atenção do mercado às decisões de política monetária no Brasil e nos Estados Unidos.

O dólar fechou sem variação, cotado a R\$ 5,206, o mesmo valor registrado na véspera. Ao longo do



Ibovespa renova recorde de alta pela terceira vez na semana

de commodities metálicas, que tiveram um aumento expressivo de preços", avalia Lima.

O ouro, por sua vez, fechou em alta e superou, pela primeira vez, a marca de US\$ 5.300 por onça-troy (medida padrão do metal). O metal registrou a sétima sessão consecutiva de valorização, em um cenário de incertezas econômicas e geopolíticas e de expectativa em torno da política monetária dos Estados Unidos.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o contrato do ouro para fevereiro encerrou o dia com alta de 4,35%, cotado a US\$ 5.303,60 por onça-troy.

Durante o pregão, o ativo atingiu a máxima de US\$ 5.323,40.

*Estagiário sob a supervisão de Vinícius Doria

PREVIDÊNCIA SOCIAL

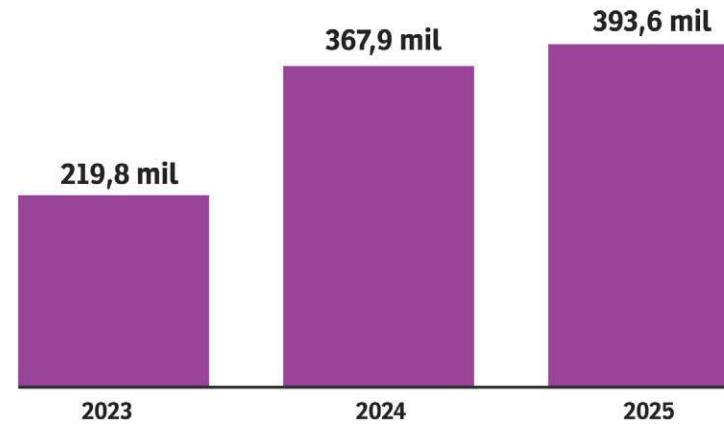
Quando a cabeça trava o corpo

Faltas ao trabalho por distúrbios psicológicos, como depressão e ansiedade, crescem 80% em dois anos e afetam a produtividade

» LETÍCIA CORRÊA*

Afastamentos por transtornos mentais

CRESCIMENTO DE 80% ENTRE 2023 E 2025



SINTOMAS DOS TRANSTORNOS MENTAIS QUE MAIS PROVOCARAM AFASTAMENTO DO TRABALHO

Ansiedade

- Preocupações, tensões ou medos exagerados
- Sensação contínua de que um desastre vai acontecer
- Medo extremo de algum objeto ou de ser humilhado
- Falta de controle sobre pensamentos, imagens ou atitudes
- Pavor após situações difíceis
- Tensão muscular
- Dor no corpo
- Dificuldade de desconectar dos problemas e para dormir
- Alterações no sistema gastrointestinal

Depressão

- Humor deprimido
- Tristeza constante,
- Queda da capacidade de sentir prazer em atividades que davam satisfação no passado
- Falta de energia e sensação de cansaço permanente
- Lentidão nos movimentos e aumento da sonolência
- Modificações no apetite
- Piora da memória, dificuldade de concentração e insegurança na tomada de decisões
- Pensamentos negativos, de culpa e de baixa autoestima

Burnout

- Dorres pelo corpo
- Problemas no estômago ou intestino (gastrointestinais)
- Alterações no funcionamento do coração e circulação sanguínea (cardiovasculares)
- Cansaço
- Desânimo
- Falta de interesse
- Irritabilidade
- Alteração no sono
- Alterações de apetite
- Tristeza profunda
- Exaustão emocional
- Distanciamento das relações pessoais
- Diminuição do sentimento de realização pessoal

COMO SE TRATAR?

Unidades Básicas de Saúde (UBS/Postinhos de Saúde):

- Centros de Atenção Psicossocial (Caps)
- SAMU 192 (emergências)
- UPA 24h (urgências emocionais intensas)
- Centro de Valorização da Vida (CVV) - Ligue 188 (apoio emocional e prevenção do suicídio 24h/dia)
- Psicólogos



Os afastamentos mostram o estágio mais grave do adoecimento. Antes disso, existe um contingente enorme de trabalhadores atuando com sofrimento psíquico, mas sem chegar ao ponto de se afastar formalmente. É nesse intervalo que o médico do trabalho tem papel decisivo"

Francisco Cortes Fernandes,
presidente da Anamt



Fonte: Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), baseado em dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Ministério da Saúde do Brasil; Hospital Einstein

"Os afastamentos mostram o estágio mais grave do adoecimento. Antes disso, existe um contingente enorme de trabalhadores atuando com sofrimento psíquico, mas sem chegar ao ponto de se afastar formalmente. É nesse intervalo que o médico do trabalho tem papel decisivo ao identificar sinais, acolher o trabalhador e contribuir para a prevenção desses afastamentos", avaliou o presidente da Anamt, Francisco Cortes Fernandes.

Ao Correio, ele ressaltou que os dados contemplam afastamentos de trabalho superiores a 15 dias, período em que o trabalhador formal passa a receber benefício previdenciário do INSS. Para os trabalhadores informais, não há dados sobre saúde mental.

Onde que estão esses dados? Os trabalhadores informais no Brasil estão ao redor de 45 milhões, 50 milhões. São estimativas similares aos que estão na formalidade. Faz sentido a gente esperar que tenha, talvez, esse mesmo estoque de doenças nos trabalhadores informais, mas a gente não tem os dados", criticou.

Na avaliação da psicóloga e especialista em gestão com ênfase em comportamento organizacional Denise Milk, quando se fala de trabalhador informal, a saúde mental tende a ficar ainda mais vulnerável. Segundo ela, são

pessoas que, em geral, vivem sob alta instabilidade financeira, ausência de direitos trabalhistas, insegurança previdenciária e pressão constante por renda.

Mulheres

De acordo com o estudo, as mulheres e os adultos de 40 a 49 anos foram os que mais tiraram licença do trabalho para cuidar da cabeça. Na questão de gênero, os dois especialistas consideram a jornada dupla feminina de trabalho como um dos principais motivadores para o desenvolvimento de distúrbios mentais, como

ansiedade, depressão e Burnout.

"Mesmo quando ocupam cargos de liderança ou posições estratégicas, continuam sendo as principais responsáveis pela gestão da casa, dos filhos, dos pais e da vida emocional da família. Além disso, elas são mais cobradas socialmente para dar conta de tudo e, ao mesmo tempo, enfrentam ambientes profissionais que ainda exigem prova constante de competência, resiliência e entrega", argumenta Milk.

Em relação à faixa etária, a psicóloga destaca que a faixa entre 40 e 49 anos costuma concentrar

o pico de responsabilidades da vida adulta. Os profissionais acumulam altas demandas no trabalho, pressão por desempenho, responsabilidades financeiras, liderança de equipes e, ao mesmo tempo, os desafios familiares, como cuidado com filhos.

É, também, uma fase em que muitos já sustentam anos de sobrecarga emocional sem pausas adequadas, com o corpo e a mente começando a sinalizar limites que foram ignorados por muito tempo. "O adoecimento, nesse caso, não surge de forma repentina, ele é o resultado de um processo prolongado de desgaste". O que não significa que os mais jovens estejam imunes. "O que temos observado é um aumento significativo de sintomas de ansiedade, estresse e esgotamento emocional em profissionais mais jovens. A diferença é que, muitas vezes, eles ainda não chegam ao afastamento formal, mas já apresentam sinais importantes de sofrimento psíquico."

Na avaliação do presidente da Anamt, o cenário pode melhorar com a entrada em vigor de uma norma que estabelece diretrizes e requisitos para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e os programas obrigatórios — como o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) nas empresas.

INSS suspende todos os atendimentos

» CAETANO YAMAMOTO*

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) suspendeu até amanhã o atendimento presencial nas agências da Previdência Social. A parada ocorre devido a um processo de modernização dos sistemas previdenciários, conduzido pela Dataprev, responsável pela área de tecnologia da informação do órgão. Os canais digitais também passarão por indisponibilidade temporária. O acesso à plataforma Meu INSS, tanto pelo site quanto pelo aplicativo, e à Central de Atendimento 135 ficarão suspensos até sábado.

De acordo com o INSS, a Dataprev comunicou a paralisação dos atendimentos em 6 de janeiro. Para minimizar transtornos aos cidadãos, o instituto antecipou atendimentos que estavam previstos para o período de 28 a 30 de janeiro. Os segurados que não puderam comparecer às atrações terão o reencarte garantido para os próximos dias.

"Só no último fim de semana, foram antecipados mais de 21 mil atendimentos, entre perícias médicas e avaliações sociais em todo o Brasil. O INSS tem adotado todas as medidas cabíveis e necessárias juntas à Dataprev para garantir a estabilidade e a qualidade dos sistemas que atendem mais de 90 milhões de segurados", informou o órgão.

Em outro comunicado, o INSS

prorrogou até 20 de março o prazo para aposentados e pensionistas contestarem descontos indevidos em seus benefícios. A medida busca assegurar o direito dos segurados diante das recentes instabilidades registradas no sistema Meu INSS.

A contestação é uma etapa obrigatória para que o beneficiário possa, futuramente, aderir ao acordo de devolução dos valores cobrados de forma irregular. O procedimento pode ser feito pelo Meu INSS, pela Central 135 ou presencialmente, nas agências dos Correios.

A advogada previdenciária, Marta Lobo, esclareceu que, a depender do caso, estes descontos indevidos deixam de ser um "mero aborrecimento" e passam a gerar direito a indenização por danos morais.

"Vejo que o desconto reiterado de valores em benefícios previdenciários, que se assemelham à verba alimentar, como se fosse salário, pensão, mesmo que pequeno, pode, sim, causar um prejuízo a essas pessoas. Considerando que a grande parcela dos benefícios está na faixa do salário mínimo, qualquer desconto não é mero aborrecimento", frisou.

Tecnologia

O Dataprev iniciou, ontem, uma etapa essencial do processo de modernização dos sistemas



Suspensão do atendimento presencial nas agências do INSS vai até amanhã, para atualização tecnológica

previdenciários do país. Essa modernização envolve a migração de dados para uma plataforma tecnológica mais atual, que amplia a capacidade de evolução e sustentabilidade das soluções.

Para conclusão dessa operação, haverá uma indisponibilidade programada dos sistemas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o período de paralisação

foi definido por apresentar menor impacto sobre processos críticos, em conformidade com o cronograma de concessão de benefícios e da folha de pagamentos.

"A tecnologia atualmente em uso apresenta limitações para a expansão das soluções previdenciárias, e a adoção da nova plataforma reduzirá riscos de obsolescência tecnológica e ampliará o potencial de inovação", explicou a empresa estatal.

A modernização vai permitir a redução do tempo de processamento da folha de pagamento de benefícios de 96 para 48 horas, o aumento da capacidade de organização e execução de tarefas, e a ampliação dos serviços digitais.

"Essas evoluções permitem que o próprio segurado, que antes

precisava comparecer presencialmente às agências, realize atendimentos por meio do aplicativo Meu INSS, que em 2025 registrou média mensal de 134,3 milhões de acessos, com recursos de personalização conforme o perfil do usuário", informou.

***Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria**



A tecnologia atualmente em uso apresenta limitações para a expansão das soluções previdenciárias, e a adoção da nova plataforma reduzirá riscos de obsolescência tecnológica e ampliará o potencial de inovação"

Dataprev, em nota

ESTADOS UNIDOS

Contagem regressiva para o Irã

Com uma "armada maciça" tomado posição no Golfo Pérsico, Trump volta a ameaçar o regime islâmico com um ataque "muito pior" que os bombardeios de 2025. Teerã condena a "escalada militar" e se diz "pronto" para revidar

Foram algumas poucas semanas de alívio, mas, ontem, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a colocar na alça de mira o regime islâmico do Irã. No dia seguinte à chegada, ao Golfo Pérsico, do porta-aviões USS Abraham Lincoln, com seu grupo de combate, a Casa Branca anunciou que está a caminho da região "uma armada maciça", que estaria em deslocamento "com rapidez, muito poderio, entusiasmo e propósito". A ameaça se segue a garantias, feitas no início do mês para manifestantes de oposição, de que Washington se dispõe a dar apoio aos que lutam para superar o regime dos aiatolás.

"Esperamos que o Irã se sente em breve à mesa para negociar um acordo justo e equitativo para todas as partes", escreveu Trump em sua rede social, a Truth Social. "Armas nucleares não", completou, em referência à acusação, partilhada pelos EUA com outros governos ocidentais e com organismos multilaterais de controle dos armamentos atômicos, de que o regime islâmico estaria a caminho de produzir seus primeiros artefatos.

"O tempo se esgota", acrescentou Trump, mencionando os bombardeios dos EUA contra instalações nucleares iranianas, em junho do ano passado. "O próximo (ataque) será muito pior, não nos obriguem a repeti-lo", advertiu. O presidente fez questão de ressaltar que deslocou para o Golfo Pérsico uma força de escala maior que a empregada há alguns meses, no Mar do Caribe, para pressionar o regime chavista da Venezuela — culminando com a captura do presidente Nicolás Maduro. "Ela está pronta, disposta e capacitada para cumprir sua missão, com rapidez e com violência, se necessário", reforçou.

Protestos

A nova escalada se segue a uma breve distensão vivida após a ameaça de Trump de atacar o regime islâmico em resposta à feroz repressão imposta a uma onda de manifestações que começaram com o protesto contra a disparada da inflação, mas que logo assumiram um viés frontalmente contrário aos aiatolás. O ímpeto dos opositores cedeu, mas ontem mesmo a Agência de Notícias



Cartaz denuncia os "crimes britânicos" contra o Irã, durante manifestação organizada por partidários do regime islâmico, em Teerã



O próximo (ataque)
será muito pior, não
nos obriguem a
repeti-lo"

Donald Trump,
presidente dos EUA



O aiatolá Khamenei: Líder supremo promete "resposta inédita" aos EUA



Conduzir a diplomacia
por meio de ameaças
militares é algo que não
pode ser útil nem eficaz"

Abba Araghchi,
chanceler do Irã

dos Ativistas pelos Direitos Humanos (HRANA), organização sediada nos EUA, confirmou que os distúrbios deixaram ao menos 6.301 mortos, entre eles 5.925 manifestantes. As autoridades de Teerã fizeram um balanço que registra 3.100 mortes, na maioria definidas como "civis inocentes" e integrantes das forças de segurança.

Antes mesmo das novas manifestações de Trump, o governo de Teerã havia reagido com firmeza à notícia da chegada, ao Golfo Pérsico, do USS Abraham Lincoln com

seu grupo de combate — no total, mais de 10 embarcações, entre unidades de ataque, propriamente ditas, e navios de apoio. "Conduzir a diplomacia por meio de ameaças militares é algo que não pode ser útil nem eficaz", afirmou o

chanceler Abbas Araghchi. "Se eles (os EUA) querem que algum processo de negociação tome corpo, devem deixar de lado as ameaças e as exigências excessivas, bem como a apresentação de demandas irracionais."

Paralelamente, a missão permanente do Irã perante as Nações Unidas adverte, em sua conta na rede social X, que o país "responderá como nunca" caso seja atacado. A mensagem retomou as ameaças feitas em resposta ao ultimato de Trump para que fosse contida a violenta repressão aos protestos que se espalharam pelo país nas últimas semanas. Na ocasião, o regime islâmico indicou que bases militares norte-americanas na região seriam consideradas "alvos legítimos".



Agents do ICE em ação em Minneapolis: retirada em andamento

no local a Patrulha de Fronteira, Gregory Bovino, e enviou em seu lugar o "czar das fronteiras", Tom Homan. Depois, anunciou a retirada paulatina dos efetivos do ICE.

Ontem, foram afastados dois agentes que fizeram, ao todo, dez disparos contra o enfermeiro Alex Pretti, após ele ter sido imobilizado no chão. "Eles estão suspensos de suas funções. Trata-se de um protocolo padrão", disse um porta-voz do ICE. A crise da imigração, que projeta sombras no início das articulações e campanhas para as cruciais eleições legislativas de novembro, é acompanhada de perto também pelos aliados tradicionais de Washington no exterior. "O que tenho visto é, obviamente, preocupante", comentou o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer. O chanceler (chefe de governo) da Alemanha, Friedrich Merz, classificou o "nível de violência" política e social nos EUA como "alarmante".

Trump volta a atacar prefeito

» Rock de protesto

Dias depois de ter baixado o tom dos ataques verbais às autoridades democratas de Minneapolis, palco de uma onda de protestos contra o assassinato de cidadãos norte-americanos pela força de choque antimigração, Donald Trump voltou ontem a ameaçar o prefeito Jacob Frey, crítico frontal da política de perseguição e deportação sumária de estrangeiros, implantada pelo presidente em seu novo mandato. Em sua plataforma, a Truth Social, Trump adverteu o adversário de que está "brincando com fogo" ao insistir na resistência contra a ofensiva do governo federal.

Na véspera, Frey havia prometido, uma vez mais, que sua administração "não aplica e não aplicará" as normas federais sobre imigração. "Será que alguém de seu círculo íntimo poderia explicar a ele que essa declaração constitui uma violação gravíssima da lei, e que ele está brincando com fogo?", perguntou o presidente. O prefeito, porém, não parece ter se sentido

intimidado pela ameaça. "O trabalho da nossa polícia é garantir a segurança dos cidadãos, não fazer cumprir as leis federais de imigração", escreveu em sua conta na rede social X.

Minneapolis, principal cida-

do do estado de Minnesota, com

400 mil habitantes, assistiu a uma sucessão de protestos e confrontos desde o início do ano, quando Trump enviou para lá um contingente da força de choque antimigração conhecida pela sigla ICE (que, em inglês, é pronunciada como a palavra "gelo"). Os agentes

tinham como alvo um suposto esquema de fraude envolvendo imigrantes originários da Somália, mas no dia 7 mataram a tiros a cidadã norte-americana Renee Good, a quem acusaram de ameaçá-los com seu carro.

O episódio deu origem a manifestações que culminaram, no último sábado, com o assassinato de um enfermeiro intensivista que participava de um protesto. Alex Pretti foi acusado de ter apontado uma arma para os agentes, mas imagens feitas por testemunhas atestam

VISÃO DO CORREIO

Adoecimento psíquico em alta desafia o Brasil

Em tempos de tecnologias médicas que parecem ter saído de filmes de ficção, há uma ameaça à saúde humana avançando de forma silenciosa, impulsionada por tabus e negligências. O adoecimento psíquico figura entre os grandes desafios globais, impondo, sem distinções, custos humanos e econômicos expressivos. A OMS estima que 15% da população mundial viva com transtornos mentais — número próximo ao dos acometidos por hipertensão arterial — e que só a depressão e a ansiedade, os mais prevalentes, impactem a economia global em cerca de US\$ 1 trilhão todos os anos.

No Brasil, essa realidade se impõe de forma preocupante, como ilustra um levantamento divulgado nesta terça-feira pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt). Em dois anos, de 2023 a 2025, o número de trabalhadores afastados em razão de transtornos mentais cresceu ao menos 79% — de 219,8 mil para 393,6 mil —, faltam os dados do INSS referentes a dezembro do ano passado. Sozinhos, os transtornos ansiosos respondem por 40% dos casos em 2025, contabilizando o equivalente a 430 afastamentos por dia. A média da depressão, no mesmo período, foi de 166.

Há de se ressaltar que o levantamento da Anamt considera apenas as licenças superiores a 15 dias — concedidas em casos de adoecimento mais agravados — para trabalhadores vinculados à Previdência. Estão fora aqueles que tentam se equilibrar sobre as inconstâncias da informalidade, cujos perfis, geralmente, agregam outras vulnerabilidades psíquicas, como raça e gênero. Não é exagero, portanto, afirmar que os desdobramentos do adoecimento psíquico na rotina dos profissionais brasileiros têm proporções muito maiores.

O presidente da associação, Francisco Cortes Fernandes, estima um impacto dobrado. "Os trabalhadores informais

no Brasil estão ao redor de 45 milhões, 50 milhões. São estimativas similares aos que estão na formalidade. Faz sentido a gente esperar que tenha, talvez, esse mesmo estoque de doenças nos trabalhadores informais, mas a gente não tem os dados", disse ao *Correio*. Certo é que, ainda que limitado, o cenário retratado pela Anamt traz dados que devem mobilizar uma reação mais efetiva de gestores públicos e privados, sob o risco de terem suas atividades comprometidas em razão do adoecimento psíquico dos trabalhadores.

Os efeitos para além de carreiras e negócios também despertam preocupação. A geração que sequer chegou ao mundo profissional é a mais diagnosticada com transtornos psíquicos da história. De 2014 a 2024, o atendimento de crianças com 10 a 14 anos no SUS em razão de transtornos de ansiedade aumentou 12 vezes. No caso de adolescentes com 15 a 19 anos, 33.

Um dos caminhos para revertir esse cenário é falar sobre ele, possibilitando intervenções que evitem o surgimento dos transtornos ou incida sobre eles na fase inicial. "É preciso investir em ações preventivas desde a infância, passando pela adolescência, fase adulta e envelhecimento, em todos os ambientes, como escola, trabalho e família", indica a psicóloga Ana Luiza Coelho, uma das autoridades que participam hoje de um debate promovido pelo *Correio* sobre os desafios da saúde mental no Brasil.

Em declaração recente, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, indicou que, em todo o mundo, eles passam por investimentos em pessoas, comunidades e economias, e que nenhum país pode se "dar ao luxo de negligenciar" a atual crise de saúde mental. Ter acesso a suportes preventivos e terapêuticos não pode ser entendido como um privilégio. Como ressalta Ghebreyesus, trata-se de um direito básico e que precisa ser viabilizado por todas as lideranças.

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dab.com.br

Violência de gênero nas escolas

Mais uma jornada escolar tem início. Uma parte das instituições particulares já retomou as aulas, outra parte e unidades públicas voltam agora em fevereiro. Para muitos estudantes, é um retorno normal; já outros são tomados pela angústia, porque o local em que deveriam se sentir seguros é, na verdade, um ambiente hostil, especialmente por causa do bullying, nem sempre combatido efetivamente por estabelecimentos de ensino.

Mas vou me ater aqui a uma forma de agressão apontada na pesquisa "Livres para sonhar: percepções da comunidade escolar sobre violências contra meninas", divulgada no fim do ano passado pela ONG Serenas.

O levantamento apresenta dados sobre a violência de gênero no contexto educacional, que contribui para que meninas se sintam constrangidas, intimidadas e mesmo impotentes ante os episódios. Há vários recortes. Um deles aborda a violência baseada no gênero praticada por meninos contra colegas, que se manifesta na forma de comentários constantes sobre o corpo e o comportamento delas, xingamentos, contatos físicos forçados e exposição não consentida da intimidade.

Um quarto dos professores ouvidos no estudo afirmam que acontecem com frequência situações em que alunos — e até mesmo alunas — chamam colegas de "vagabunda", "vadia" ou similares. E 23%

dos docentes relatam o mesmo sobre estudantes sexualizando meninas por conta da roupa ou do comportamento delas. O assédio — diz a pesquisa — também é praticado por quem deveria orientar e proteger. "Não são raros os relatos de professores que se comportam de forma inadequada e abusiva com alunas."

De acordo com as informações, entre os meninos, a violência de gênero acontece por meio da imposição de normas rígidas de comportamento, sob pena de terem sua masculinidade colocada em dúvida. "Na prática, o que vemos é reprodução de comportamentos machistas e violentos e naturalização como 'brincadeiras'. Quem não participa dessas dinâmicas, assim como quem manifesta qualquer tipo de emoção ou sofrimento, por ser ofendido e até excluído do grupo", ressalta o texto.

A pesquisa ouviu 1.400 pessoas — estudantes, professores e lideranças educacionais — das cinco regiões do país. O intuito é fomentar o debate sobre prevenção de violências de gênero na educação. Segundo destaca a ONG, esse tipo de agressão "ainda é subestimada ou mal compreendida pelas redes de ensino; há resistência institucional em abordar temas considerados 'sensíveis'; e faltam preparo, apoio e diretrizes claras para que educadores se sintam seguros e amparados ao enfrentar essa realidade".



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: sredat.df@dab.com.br

Policlamento de trânsito

Temos visto diariamente casos de carros que, de forma imprudente, realizam manobras em alta velocidade, arrancadas, rachas e derapagens nas ruas do Park Sul, nas proximidades do Casa Park e da escola Aussie. Nossa região tem um colégio infantil, comércio e diversos prédios residenciais. O fato já foi motivo, inclusive, de matéria na imprensa. Nunca vimos uma viatura do Detran-DF na região, os pedestres correm risco de morte. Precisamos da fiscalização das forças de segurança ou da instalação de lombadas no local antes que uma tragédia aconteça. Precisamos de alguém que defende nossa região da irresponsabilidade de motoristas criminosos.

» **Eduardo Semeghini**
Paracêncio
Park Sul

Pode se repetir

Hitler tornou-se líder da sociedade que mais havia ganhado prêmios Nobel até a década de 1930. Uma sociedade que havia produzido Hegel, Kant, Schopenhauer e tantos outros brilhantes pensadores. Outros "Hitleres" aparecerão? Infelizmente, sim. Se surgiu um tirano seduzindo a sociedade inteligentíssima, não há nenhum impedimento para seduzir outras sociedades menos aptas intelectualmente. Se não preparamos a próxima geração para decifrar os quesitos da educação, da liberdade de expressão, do respeito à Constituição, da honestidade, da decência, da moralidade, permitiremos que outros psicopatas proponham ideias inumanas para resolver conflitos humanos. Os gemidos de centenas de milhares de crianças judias e de outras minorias mortas nos campos de concentração ainda ecoam pela nossa história. Não basta ler a história, é preciso ter a pedagogia da indignação, ter ouvidos altruístas para ouvir clamores inaudíveis. Somente a educação altruísta resgata valores éticos e é capaz de batalhar contra a prevalência do instinto humano no tecido social.

» **Renato Mendes Prestes**

Águas Claras

Falsa democracia

Até a chegada de Donald Trump, os Estados Unidos eram um modelo de Estado de Direito Democrático. Hoje, as ações do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) são de um esquadrão da morte atuando no estado de Minneapolis contra os imigrantes, um absurdo. As versões dadas pelo governo Trump são mentirosas, como mostram os vídeos assistidos por todos os países. Trata-se de um desrespeito ao Estado e ao governo de Minneapolis, eleito pelos norte-americanos que lá vivem. As vítimas são apontadas, pelo truculento Donald Trump, como bandidos, por não terem nascido naquele país. No último sábado, dia 24, Alex Pretti, de 37 anos, norte-americano e enfermeiro de cuidados intensivos, foi morto com mais de 10 tiros à queima-roupa por participar de um protesto contra os assassinos de farda. Mas não haverá punição. A submissão do Judiciário à truculência e à insanidade de Trump é inexplicável, embora saiba-se que a maioria dos integrantes da Alta Corte dos EUA sejam da extrema-direita, o que explica tal omisão.

» **Paula Vicente**
Lago Sul

Transporte precário

Aquilo que começou com um serviço de excelência, hoje não é mais. Carros velhos, malcuidados, sem ar-condicionado, interior sem higiene são a maioria nos serviços de transporte por aplicativo da Uber. A plataforma não tem um serviço de fiscalização das condições físicas dos veículos, somente documental. Vale-se do usuário para fiscalizar carros que não têm a mínima higiene ou segurança para tráfego. A plataforma, bilionária, deveria criar um sistema próprio de fiscalização física dos serviços prestados.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**
Santos (SP)

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Treva de norte a sul, de leste a oeste, e no centro! Espanta e admira a quantidade de postes apagados na cidade desde antes do início das chuvas.

Diego Barbosa Campos — Asa Sul

CB. Debate "Pela proteção das mulheres". Parabéns pelo evento. O debate deu voz a quem tem voz! Além da representatividade, vocês são mulheres que inspiram outras mulheres.

Abrahão F. do Nascimento
— Águas Claras

A defesa de uma CPI do caso Master, feita por parlamentares, não deveria ser vista como gesto político, mas como obrigação republicana. Investigações profundas, transparentes e conduzidas com rigor são o único caminho para separar fatos de insinuações e preservar a confiança pública nas instituições, inclusive no próprio sistema de Justiça.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

ERRAMOS

Diferentemente do que foi publicado na reportagem "Contra as práticas de desigualdade", publicada na página 15 da edição de 28 de janeiro, a secretária da Mulher do DF, Giselle Ferreira, afirmou ao *Correio* que o orçamento do DF para ações voltadas às mulheres aumentou 743%.

Diferentemente do que foi publicado na reportagem "R\$ 4 bi em obras até 2029", publicado na página 17 da edição de 28 de janeiro, Luís Antônio Reis é presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caest).

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ará
E se mais mundo houvera, lá chegara"

Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

VENDA AVULSA

Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 5,00 R\$ 7,00

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 1.187,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 WhatsApp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Correio e Correio de Brasília (3342-1000) ou (61) 99154.0415 WhatsApp, para mais informações sobre preços e condições de assinaturas, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em comprovação terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 WhatsApp

Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 WhatsApp

Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 WhatsApp

SA-CORREIO BRAZILIENSE— Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varella, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Redação Interna: 3214-1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 WhatsApp.

ANJ

Endereço na internet: <http://www.correioweb.com.br>

Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.

Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia

Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias;

SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF

de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:

E-mail: dapress@dab.com.br Site: www.dapress.com.br

Quando a ciência se organiza em rede, a resposta às epidemias ganha escala



» NATÁLIA GONÇALVES
Pós-doutora em ciências com foco em genética pela USP e superintendente de Pesquisa & Desenvolvimento e Novos Produtos na Dasa

As grandes ameaças infecciosas do nosso tempo não surgem com aviso prévio — mas deixam sinais. Febres inexplicadas, surtos localizados, vírus que ainda não têm nome. O que define se esses sinais vão se transformar em crises globais é a capacidade de enxergá-los cedo, interpretá-los corretamente e agir rápido.

É exatamente isso que o estudo intitulado *Robust mission-driven responses to infectious disease threats delivered by the Abbott Pandemic Defense Coalition* (Respostas robustas e focadas em missões contra ameaças de doenças infecciosas oferecidas pela Coalizão de Defesa à Pandemias da Abbott), publicado recentemente no *International Journal of Infectious Diseases*, mostra de forma concreta: a vigilância científica, quando organizada em rede e sustentada por parcerias de longo prazo, deixa de ser apenas um conceito e passa a produzir resultados mensuráveis.

Desde 2021, a coalizão internacional estruturou uma das maiores iniciativas globais de detecção precoce de ameaças infecciosas. Em apenas quatro anos, a rede composta por dezenas de instituições de saúde, públicas e privadas, em mais de 20 países, avaliou mais de 39 mil amostras clínicas, identificou seis surtos relevantes e caracterizou 23 vírus até então desconhecidos em humanos — um feito que, isoladamente, já redefine o

patamar da vigilância epidemiológica moderna. Mas, talvez, o dado mais revelador não esteja apenas nos números, e sim, no método.

Historicamente, a resposta a surtos de saúde sempre foi fragmentada: cada país com seus protocolos, cada centro de pesquisa com suas limitações técnicas e orçamentárias. O estudo mostra um movimento diferente. Ao integrar hospitais, universidades, laboratórios públicos e privados, centros de sequenciamento e ministérios da saúde, a iniciativa criou um modelo em que dados clínicos, genômicos e epidemiológicos circulam com velocidade, reduzindo o tempo entre a detecção e a ação.

Na prática, isso significou, por exemplo, identificar precocemente surtos de oropouche na Colômbia, de ebola em Uganda, e de hepatite E no Sudão do Sul, não apenas confirmando a presença dos agentes, mas permitindo respostas mais rápidas das autoridades sanitárias.

Esse tipo de articulação muda a lógica da saúde pública: a ciência deixa de atuar apenas de forma reativa e passa a operar de modo antecipatório.

Um dos aspectos mais relevantes do trabalho é a apostila sistemática em sequenciamento genômico de nova geração e em ferramentas de bioinformática aplicadas a casos que, à primeira vista, pareciam “negativos” nos testes convencionais. Foi justamente nesse espaço — o das amostras sem diagnóstico claro — que surgiram descobertas decisivas, como novos vírus e variantes com potencial de impacto global.

O desenvolvimento e a distribuição rápida de testes diagnósticos experimentais para patógenos emergentes, descritos no artigo, são um exemplo concreto disso. Em alguns casos, essas ferramentas foram decisivas para orientar respostas

de saúde pública e acelerar o entendimento sobre novos surtos.

Essa abordagem amplia o conceito de vigilância. Não se trata apenas de contar casos conhecidos, mas de mapear o desconhecido antes que ele se torne uma crise.

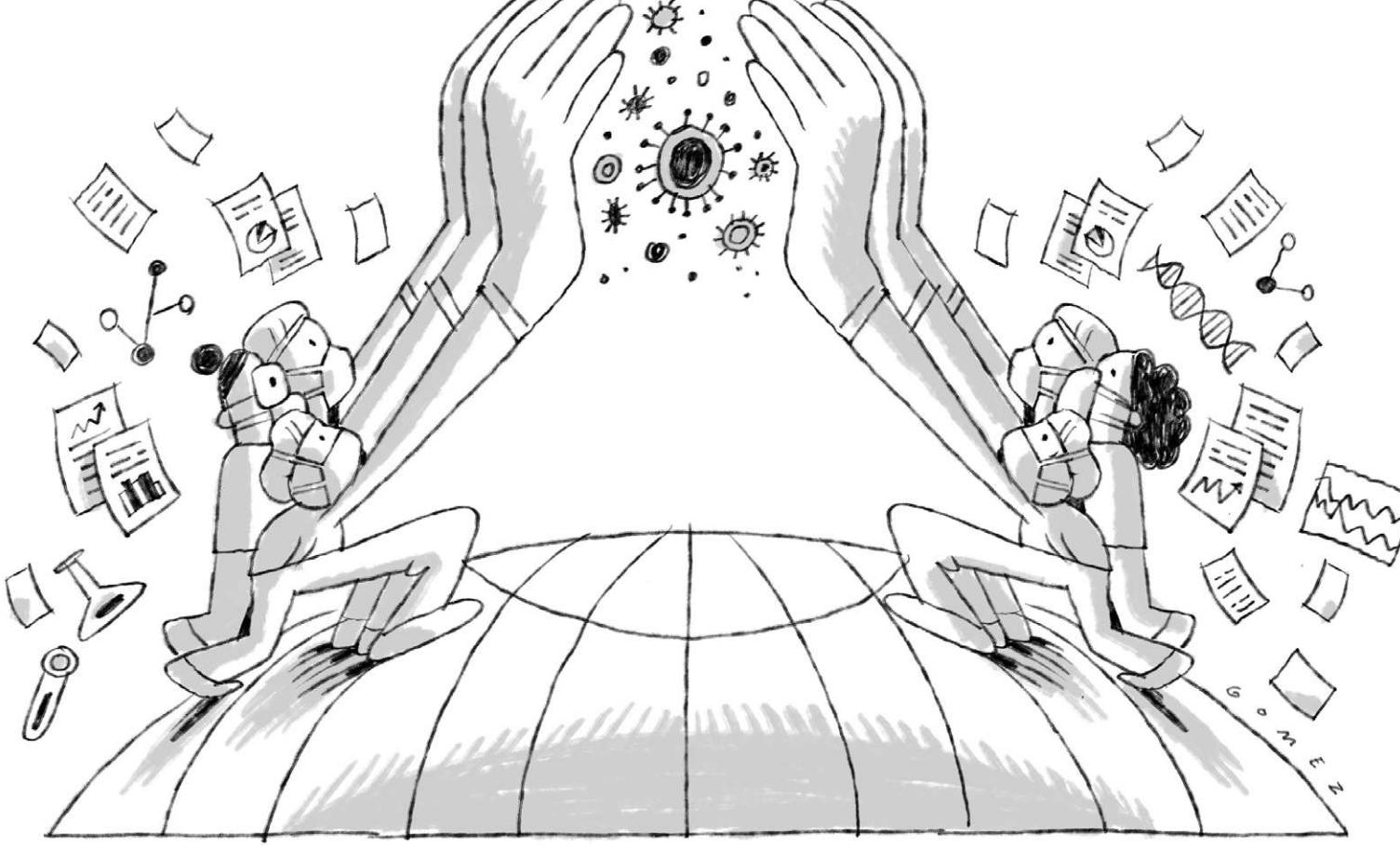
Ao mesmo tempo, o estudo mostra que ciência de ponta só é sustentável quando caminha juntos com formação de pessoas. Mais de 120 pesquisadores foram treinados em epidemiologia, diagnóstico molecular, sequenciamento e análise de dados, criando um legado que vai além dos artigos publicados: uma nova geração de profissionais capacitados para responder às próximas emergências.

O estudo deixa uma mensagem que vai além do campo das doenças infecciosas. Ele aponta para um caminho possível para a ciência contemporânea: menos silos, mais redes; menos dependência de respostas tardias, mais investimento em inteligência preditiva.

Em um mundo em que vírus atravessam continentes em horas, nenhuma estratégia nacional isolada é suficiente. A segurança sanitária passa, inevitavelmente, por alianças científicas internacionais, capazes de unir dados, tecnologia e pessoas em torno de um mesmo objetivo: reduzir o impacto das epidemias antes que elas se tornem pandemias.

Ao mostrar resultados concretos — surtos detectados, vírus descobertos, profissionais formados e sistemas fortalecidos —, o trabalho publicado agora oferece algo raro no debate sobre preparação para pandemias: evidência de que colaboração bem estruturada funciona.

E, talvez, essa seja a principal lição: quando a ciência se organiza em rede, ela não apenas reage melhor às crises. Ela chega antes delas.



Eleições: mais que nomes, o Brasil precisa de um plano



» ALFREDO COTAIT NETO
Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

O Brasil cresceu pouco e cresceu mal nas últimas décadas. Mesmo em períodos de relativa estabilidade macroeconômica, o país foi incapaz de transformar crescimento em melhoria consistente da qualidade de vida da população. Enquanto outras nações avançaram ao articular produtividade, educação, investimento e inovação, o Brasil se acomodou em um modelo que priorizou a estabilidade nominal como fim em si mesmo, sem enfrentar seus entraves estruturais mais profundos.

O contraste internacional é evidente. Coreia do Sul, Vietnã, China, Indonésia e Índia seguiram trajetórias distintas entre si, respeitando suas realidades políticas, sociais e culturais, mas com um ponto comum: todos trataram crescimento econômico, investimento produtivo e transformação estrutural como objetivos explícitos de Estado. Esses países entenderam que desenvolvimento não acontece por inércia nem como efeito colateral da estabilidade, mas exige planejamento, coordenação e escolhas claras em prol do desenvolvimento econômico, mas, principalmente, social. Compreenderam que a verdadeira riqueza de uma nação está na sua capacidade de produzir, inovar e

gerar oportunidades para sua população. É preciso ter claro que quem produz é quem sustenta a economia do país.

No Brasil, ao contrário, o desenvolvimento passou a ser tratado como secundário, quase acidental. A política econômica concentrou-se em controlar variáveis de curto prazo, enquanto temas como produtividade, formação de capital humano, segurança e modernização da estrutura produtiva ficaram em segundo plano. A ausência de um projeto nacional consistente cobrou seu preço: crescimento baixo, renda estagnada e desigualdades persistentes.

Esse desequilíbrio aparece com clareza na área social. Houve avanços importantes no acesso à educação, especialmente nas últimas décadas, mas o país fracassou de forma recorrente na qualidade do ensino. A formação oferecida é insuficiente para preparar cidadãos para o mundo do trabalho, elevar a produtividade e sustentar uma economia mais moderna e competitiva. Sem educação de qualidade, não há inclusão social duradoura, nem melhora consistente em saúde e segurança pública. O resultado é um ciclo vicioso em que baixa escolaridade, baixa renda e vulnerabilidade social se retroalimentam.

A falta de crescimento estruturado também limita a capacidade do Estado de investir onde mais importa. Juros persistentemente elevados drenam recursos públicos que poderiam ser direcionados à educação, à segurança, à infraestrutura social e à geração de emprego e renda. Estabilidade é necessária, mas não pode ser um fim em si mesma quando convive com serviços

públicos frágeis, desigualdades profundas e baixa mobilidade social.

Com a taxa básica de juros mantida em nível elevado ao longo de 2026, girando em torno de 12% até o fim do ano, o ambiente de negócios segue pressionado. Na prática, os juros altos reduzem consumo e investimentos, desaceleram a atividade econômica e tornam o capital de giro mais caro. Esse cenário afeta de forma ainda mais intensa as micro e pequenas empresas, que dependem mais de financiamento, têm menos garantias e enfrentam custos financeiros proporcionalmente maiores, comprometendo a geração de empregos e renda.

Além disso, tratar o controle da inflação como objetivo isolado ignora problemas estruturais do país, como baixa produtividade, desigualdade regional e carências históricas nas políticas sociais. O resultado é um país formalmente estável, mas socialmente vulnerável, em que milhões de brasileiros permanecem à margem das oportunidades econômicas.

O Brasil precisa repensar seu modelo de desenvolvimento. A política econômica deve estar integrada a um projeto que coloque as pessoas no centro das decisões, que transforme estabilidade em bem-estar e crescimento em qualidade de vida.

Mais do que discutir nomes ou governos, o país precisa de um plano. Um plano que articule crescimento econômico com desenvolvimento social, educação de qualidade e segurança pública eficiente — porque, no fim, a verdadeira riqueza de uma nação está na sua capacidade de produzir.

A perda da decisão técnica e a capacidade estratégica do Estado



» CÍCERO RAMOS
Engenheiro florestal e vice-presidente da Associação Mato-grossense dos Engenheiros Florestais (AMEF)

Durante boa parte do século 20, entre as décadas de 1930 e 1970, a engenharia ocupou posição central no modelo brasileiro de decisão pública. Inserida em um Estado orientado pelo planejamento, sua função ia além da execução de obras: consistia em organizar tecnicamente escolhas estratégicas relacionadas à infraestrutura, à energia, à indústria e à logística, concebidas como projetos de longo prazo e de escala nacional.

Essa referência histórica não implica idealização do período nem defesa de seu restabelecimento. Trata-se da descrição de um arranjo próprio de seu tempo, útil como parâmetro analítico para compreender a organização — e a posterior perda — da capacidade decisória do Estado.

Naquele contexto, o protagonismo técnico não significava autonomia corporativa. A decisão pública resultava da interação entre política, economia e direito. A política definia prioridades; a economia impunha restrições de viabilidade; o direito delimitava responsabilidades. À engenharia cabia a mediação técnica entre essas dimensões, traduzindo diretrizes políticas em soluções materialmente consistentes, com avaliação de riscos, prazos e coerência física. Essa mediação conferia previsibilidade à ação estatal e permitia que decisões políticas se materializassem no território.

Decidir era, em grande medida, projetar. Planejamento e execução integravam funções estratégicas do Estado, e engenheiros ocupavam posições centrais em instituições como o DNER, a Companhia Vale do Rio Doce, o BNDES, a Petrobras e a Eletrobras, além de órgãos vinculados à política agrícola e florestal. A lógica decisória estava orientada à solução de problemas estruturais e à capacidade de entrega no longo prazo, mais do que à gestão de riscos imediatos.

Esse arranjo começa a se alterar a partir dos anos 1980. A crise fiscal e o esgotamento do financiamento público reduziram o espaço da decisão estratégica. Nos anos de 1990, o processo se aprofundou com a centralidade de mecanismos procedimentais de controle. Em diversos setores, a ênfase deslocou-se da formulação de soluções para a conformidade jurídica. Decidir passou, progressivamente, a significar evitar responsabilizações.

Esse ambiente foi agravado pela não institucionalização da engenharia como carreira de Estado, apesar de sua elevada responsabilidade técnica. A ausência de salvaguardas decisórias favoreceu posturas defensivas e reduziu a presença da técnica no núcleo das escolhas públicas. Estados com maior capacidade estratégica tendem a proteger a decisão técnica, distinguindo o erro inerente à complexidade da ação pública da negligência ou da má-fé.

Os mecanismos de controle, fortalecidos após a Constituição de 1988, são essenciais à legalidade e à transparência. O problema surge quando o controle passa a operar como substituto da decisão, e não como instância de qualificação. Controle e decisão exercem funções distintas: enquanto o primeiro reduz abusos, o segundo organiza a ação estatal.

Hoje, essa tensão se manifesta de forma concreta em decisões públicas que exigem coordenação técnica complexa — como obras de infraestrutura, projetos de energia e processos de licenciamento ambiental. Nessas situações, a fragilidade da decisão técnica tende a produzir atrasos, elevação de custos e dificuldades do Estado em transformar decisões formais em resultados efetivos.

A experiência da Petrobras ilustra, de forma específica e não automaticamente generalizável, a possibilidade de equilíbrio. Mesmo sob intenso controle institucional, a preservação de um núcleo técnico robusto permitiu a continuidade de projetos de alta complexidade, como a exploração em águas profundas e o desenvolvimento do Pré-sal. O caso sugere que controle e capacidade técnica não são esferas excluídas, desde que suas funções estejam claramente delimitadas.

Quando se fala em perda de protagonismo da engenharia, não se trata de defender retorno ao passado, mas de reconhecer a diminuição de sua presença estruturante no processo decisório contemporâneo. Onde há projeto, a técnica reassume centralidade. Onde predomina exclusivamente a lógica procedural, ela é reduzida à execução fragmentada.

A conclusão é direta: não faltam engenheiros capazes de decidir; falta um ambiente institucional que valorize a decisão técnica. Reverter esse quadro exige articulação entre classe política, órgãos de controle e corpos técnicos, para que a decisão fundamentada volte a ocupar lugar central na formulação do futuro coletivo. Sem esse rearranjo, o Estado seguirá reagindo a crises, em detrimento de projetos estratégicos de longo prazo.

RISCO CARDÍACO começa mais cedo para HOMENS

A probabilidade de doenças cardiovasculares começa a aumentar no gênero masculino a partir dos 35 anos, mostra estudo. Pesquisadores afirmam que estratégias de rastreamento e prevenção devem começar mais cedo

» PALOMA OLIVETO

Aos 35 anos, o risco cardiovascular masculino acelera em comparação ao das mulheres, permanecendo mais alto até a meia-idade, diz um estudo com 5,1 mil pessoas publicado na *Revista da Associação Norte-Americana do Coração* (AHA). Segundo os autores, a descoberta sugere que estratégias de triagem e prevenção entre os homens devem ser antecipadas, pois se concentram em adultos com mais de 40 anos.

"Esse momento pode parecer precoce, mas as doenças cardíacas se desenvolvem ao longo de décadas, com marcadores precoces detectáveis na idade adulta jovem", comenta a autora sênior do estudo Alexa Freedman, professora assistente de medicina preventiva da Escola de Medicina da Universidade de Northwestern, nos Estados Unidos. "A triagem em uma idade mais precoce pode ajudar a identificar fatores de risco mais cedo, permitindo estratégias preventivas que reduzem o risco a longo prazo."

Segundo Freedman, estudos mais antigos já indicavam que os homens tendem a sofrer doenças cardíacas mais cedo do que as mulheres. Nas últimas décadas, contudo, fatores de risco — como tabagismo, pressão alta e diabetes — se tornaram mais semelhantes entre os sexos. "Então, foi surpreendente descobrir que a lacuna não diminuiu", disse Freedman.

Medidas

Para entender melhor por que as diferenças sexuais em doenças cardíacas persistem, Freedman destaca que é importante olhar além de medidas padrão, como colesterol e pressão arterial, e considerar diversos fatores biológicos e sociais.

O estudo analisou dados da pesquisa *Coronary Artery Risk Development in Young Adults* (Cardia), que inscreveu mais de 5,1 mil adultos negros e brancos entre 18 e 30 anos em meados da década de 1980 e os acompanhou até 2020. Todos eram moradores dos Estados Unidos.

Como os participantes eram jovens adultos saudáveis no momento da inscrição, os cientistas conseguiram identificar quando o risco de doenças cardiovasculares começou a divergir entre homens e mulheres. "Os homens atingiram 5% de incidência de doenças cardiovasculares (incluindo infarto, acidente vascular cerebral e insuficiência cardíaca) cerca de sete anos antes das mulheres — 50,5 versus 57,5 anos", conta Alexa Freedman.

Ateroscleroze

Em grande parte, a diferença foi impulsionada por doença arterial coronariana, caracterizada

PxHere/Divulgação



Para os autores do estudo, saber que risco cardiovascular em homens cresce aos 35 anos oferece importante oportunidade preventiva

MARCELO BERGAMO,
cardiologista dos hospitais Unimed e Santa Bárbara, responsável técnico da Clínica Coreclin, em Americana (SP)

Por que os homens desenvolvem doença cardiovascular mais cedo do que as mulheres?

Do ponto de vista biológico, os hormônios femininos, especialmente o estrogênio, exercem um efeito protetor sobre o sistema cardiovascular durante a fase reprodutiva da mulher, contribuindo para melhor função endotelial, perfil lipídico mais favorável e menor inflamação vascular. Já nos homens, esse mecanismo de proteção não existe. Além disso, homens tendem a se expor mais precocemente a fatores de risco clássicos, como tabagismo, consumo excessivo de álcool, sedentarismo e alimentação inadequada. Mesmo quando

os pesquisadores ajustaram os dados para diferenças no perfil de saúde cardiovascular, a vantagem feminina permaneceu, sugerindo que o sexo biológico, por si só, exerce papel relevante na cronologia da doença.

A proteção cardiovascular feminina pode gerar falsa sensação de segurança?

Sim, e esse é um ponto de grande relevância clínica. A chamada proteção cardiovascular nas mulheres é temporária e começa a se perder progressivamente a partir da quarta e, sobretudo, da quinta década de vida, especialmente após a menopausa. Essa percepção de menor risco na juventude pode levar tanto pacientes quanto

profissionais de saúde a subestimarem fatores de risco em mulheres jovens, atrasando intervenções preventivas importantes. O estudo mostra que as diferenças entre homens e mulheres começam a surgir já por volta dos 35 anos, reforçando que prevenção não deve ser postergada apenas com base no sexo. É fundamental deixar claro que mulheres não estão "imunes" às doenças cardiovasculares — elas apenas as desenvolvem mais tarde. E, quando desenvolvem, muitas vezes apresentam quadros mais graves e com maior mortalidade.

Homens abaixo dos 40 anos ainda são subavaliados na prática clínica?

Sim. Homens jovens são frequentemente considerados de "baixo risco" apenas pela idade cronológica, o que pode mascarar a presença de fatores de risco acumulados ao longo do tempo. Hipertensão leve, colesterol elevado, obesidade abdominal e histórico familiar muitas vezes são negligenciados nessa faixa etária. O que o estudo reforça é a necessidade de antecipar a avaliação de risco cardiovascular, especialmente em homens a partir da terceira década de vida. Isso inclui não apenas medir pressão e colesterol, mas avaliar estilo de vida, histórico familiar e fatores metabólicos de forma mais integrada. A mensagem central é clara: prevenção cardiovascular deve começar cedo, em homens e mulheres, mas com atenção especial aos homens jovens, que comprovadamente adoecem antes — muitas vezes de forma silenciosa. (PO)

Palavra de especialista

Arquivo pessoal



"Doença de idoso" não existe

Principalmente quando se trata de infarto agudo do miocárdio, durante muitos anos criou-se a mentalidade de que o perfil do paciente são pessoas mais idosas e que já tinham comorbidades cardiovasculares. Mas isso vem se alterando, em decorrência da mudança do estilo de vida, como hábitos alimentares, sedentarismo, vida mais exposta ao estresse, e ao consumo de substâncias cardiotóxicas. Hoje não se fala mais em "doença de idoso". Os pacientes jovens não devem ser subestimados ou subvalorizados em relação aos seus sintomas, principalmente quando há histórico familiar de doença arterial coronariana e uso de substâncias anabolizantes, além de reposição de testosterona em doses suprafisiológicas. Não podemos descartar nem subestimar nenhum paciente quanto ao risco de uma doença cardiovascular.

THAIENE MARTINS MIRANDA SEVERINO, cardiologista da Clínica Eccos (DF)

Representante regional do Departamento de Hipertensão Arterial da Sociedade Brasileira de Cardiologia em Goiás, a médica cardiologista Adriana Camargo Oliveira reforça que, segundo estudo, as informações publicadas na *Revista da AHA* podem ajudar a desenvolver estratégias de prevenção voltadas para adultos jovens, considerando as diferenças entre os sexos. "Estratégias de prevenção e avaliação de risco não devem ser adiadas apenas por se tratar de pacientes jovens e aparentemente saudáveis. A principal mudança apontada pelos autores é a necessidade de iniciar mais cedo a avaliação e a prevenção, especialmente entre os homens, antes que a doença se manifeste."

O impacto de ser notívago ou matutino

Adultos de meia-idade e idosos que são mais ativos à noite têm pior saúde cardiovascular em comparação àqueles de hábitos diurnos, segundo uma pesquisa publicada na *Revista da Associação Norte-Americana do Coração* (AHA). A relação foi observada especialmente entre as mulheres.

Os pesquisadores analisaram informações de mais de 300 mil adultos com idade média de 57 anos participantes do UK Biobank, um dos maiores bancos de dados de saúde do mundo. Eles avaliaram como os cronotipos — a preferência natural de um indivíduo pelo horário de sono e vigília — impactavam na integridade cardiovascular.

Cerca de 8% dos participantes disseram ser "pessoas noturnas", caracterizadas por dormir tarde

(por exemplo, às 2h da manhã) e ter o pico de atividade em horas mais avançadas do dia. Aquelas que se definiram como "pessoas matutinas" representaram cerca de 24% da amostra. Aproximadamente 67% foram classificados como "intermediário".

Métricas

A saúde cardiovascular foi avaliada de acordo com métricas da AHA, que consideram comportamentos e comorbidades associadas à integridade do coração. Os índices incluem alimentação saudável, atividade física regular, não fumar, boa qualidade do sono, além de níveis saudáveis de peso, colesterol, glicemia e pressão arterial.

Em comparação com os

sexos ao longo da vida. Já a aterosclerose coronariana tem início mais precoce e progressão mais rápida nos homens", diz Hober Fasciani, cardiologista da Clínica Fasciani, em Brasília.

Os cientistas também investigaram se diferenças na pressão arterial, colesterol, açúcar no sangue, tabagismo, dieta, atividade física e peso corporal poderiam explicar o início precoce de doenças cardíacas em homens. Embora alguns fatores tenham

explicado parte da lacuna, a saúde cardiovascular geral não foi totalmente responsável pela diferença, sugerindo que outros fatores biológicos ou sociais podem estar envolvidos. "Os homens permitem mais cedo a proteção vascular hormonal, acumulam fatores de risco mais jovens, como tabagismo, sedentarismo, obesidade visceral, e costumam procurar menos o sistema de saúde. É um efeito combinado de biologia e comportamento", destaca Hober.

cronotipos intermediários, os "vespertinos" ou notívagos apresentaram uma prevalência 7% maior de baixa pontuação geral de saúde cardiovascular, incluindo 16% mais chance de sofrer um ataque cardíaco ou acidente vascular cerebral no período de acompanhamento de 14 anos. Boa parte desse percentual elevado foi atribuído ao uso de nicotina e ao sono inadequado, especialmente entre mulheres.

Já as pessoas matutinas tinham uma prevalência 5% menor de baixos índices de saúde cardíaca em comparação aos demais. "Pessoas com cronotipo vespertino frequentemente apresentam desalinhamento circadiano, o que significa que seu relógio biológico interno pode não corresponder ao ciclo natural de luz do dia para a noite ou às suas rotinas diárias típicas", disse, em nota, o autor principal do estudo, Sina Kianers. "Os vespertinos não são inherentemente menos saudáveis, mas enfrentam desafios que tornam particularmente importante para eles manter um estilo de vida saudável."

O cirurgião cardíaco e professor de medicina da Faculdade Santa Marcelina Jamil Ribeiro Cade diz que o sono inadequado e o estresse crônico afetam diretamente o sistema cardiovascular, aumentando a pressão arterial e incentivando hábitos nocivos. "Dormir bem e cuidar da saúde emocional não são apenas recomendações, são necessidades. Dormir entre sete e oito horas, reduzir o uso de telas à noite, evitar café e adotar técnicas de relaxamento fazem diferença real para o corpo e a mente." (PO)



Dormir mais tarde pode prejudicar o coração

INVESTIGAÇÃO/ Polícia Civil do Distrito Federal realizou, ontem, a segunda fase da Operação Último Comando, desdobramento de uma ação em 2023, quando foi desarticulado um grupo criminoso ligado a uma facção carioca



O monitoramento da região foi retomado em 2024, com o uso de ferramentas como drones, e serviu para mapear a atuação dos criminosos. Moradores eram obrigados a guardar drogas dentro de casa

Quatorze traficantes presos na Vila Cauhy

» ANA CAROLINA ALVES
 » LUIZ FELIPE ALVES

Menos de dois anos após uma ação policial que levou dezenas de traficantes à prisão, a Vila Cauhy, no Núcleo Bandeirante, voltou a ser alvo da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). Ontem, a corporação executou a segunda fase da Operação Último Comando, com 18 mandados de prisão e 23 de busca e apreensão contra uma rede criminosa que atua na região.

O delegado Bruno Endo, da 11ª Delegacia de Polícia, explicou que a operação está diretamente ligada a uma ação anterior, realizada em dezembro de 2023. "À época, a delegacia deflagrou uma operação de enfrentamento ao tráfico de drogas na Vila Cauhy, na qual cumprimos 35 mandados de busca e 32 mandados de prisão preventiva. Foi uma operação exitosa, com resultados significativos, porque conseguimos retirar de circulação, de uma única vez, dezenas de traficantes vinculados à facção Terceiro Comando Puro (TCP), segunda maior organização criminosa do Rio de Janeiro", afirmou.

Segundo o delegado, apesar do impacto da primeira operação, a repressão não foi suficiente para cessar a atividade criminosa. "Poucos meses depois, nossa seção de repressão às drogas identificou que outros personagens ocuparam o espaço dos antigos traficantes, retirados de circulação em 2023. Por isso, em meados de 2024 abrimos uma nova investigação", explicou.

Durante o monitoramento, que contou com ferramentas investigativas mais invasivas, como monitoramento por drones com autorização judicial, a polícia conseguiu comprovar a atuação dos criminosos.

Na operação de ontem, 14 dos 18 mandados de prisão haviam sido cumpridos até o fechamento desta edição. Outros quatro investigados estavam foragidos. Também houve quatro prisões em flagrante. Armas, celulares,

drogas, dinheiro em espécie e balanças de precisão foram apreendidas com os suspeitos.

O delegado destacou que os presos na operação de ontem têm características diferentes do grupo desarticulado há cerca de dois anos. "Os criminosos presos em dezembro de 2023 eram muito mais articulados, tinham liderança, divisão de tarefas. O grupo preso ontem, na verdade, era um amontoado de traficantes que se juntaram para, de maneira colaborativa, se ajudarem no tráfico de drogas. Não existe uma hierarquia de um sobre o outro", detalhou.

Segundo Endo, essa colaboração ficou evidenciada durante a investigação. "Os traficantes instalaram câmeras em algumas casas, e as imagens dessas câmeras passaram a ser disponibilizadas num grupo de WhatsApp, onde só faziam parte os traficantes da região. Ali, era informada a presença de uma viatura policial na entrada da rua, na curva, o que caracterizou essa colaboração entre todos esses traficantes", relatou.

Um dos aspectos mais graves revelados pela apuração foi a coação de moradores da região. "De tudo apurado, essa é a pior situação. Os moradores da Vila Cauhy estavam reféns desses traficantes. Alguns procuraram a Polícia Civil para relatar que estavam sendo obrigados a guardar, a ocultar a droga desses traficantes dentro do seu lote, dentro da sua casa. Eles temiam pela própria vida e acabavam cedendo a esse tipo de situação", contou o delegado.

De acordo com ele, a prática era uma estratégia para dificultar o trabalho policial. "É uma manobra inteligente por parte dos traficantes, porque afasta deles a materialidade do crime e, por outro lado, dificulta ainda mais o trabalho da polícia", disse. Endo ressaltou, ainda, as dificuldades operacionais na região, marcada por ruas estreitas e vielas. "A Vila Cauhy tem uma característica que remete um pouco às favelas do Rio de Janeiro. São centenas de casas, barracos



Na ação de ontem, foram cumpridos 14 de 18 mandados de prisão e 23 de busca e apreensão



Nos muros da Vila Cauhy, os registros das ameaças aos moradores

geminados, o que dificulta uma abordagem. Só com trabalho de inteligência para realmente conseguir retirar de circulação esses elementos", ressaltou.

O delegado reforçou a importância da participação da população por meio de denúncias. "A questão da denúncia anônima, do canal 197 da Polícia



Delegado Bruno Endo reforçou a importância das denúncias

Civil, é importantíssima. Por vezes, são elas que nos trazem algum norte numa investigação ou fortalecem algo que a gente já sabe", assinalou. Segundo ele, houve

inclusive, denúncias recentes. "Temos denúncias anônimas da data de ontem (terça-feira), nas quais uma pessoa relata que há cerca de um ano três dos nossos investigados estavam aterrorizando a região, agredindo fisicamente quem não atendia aos seus comandos. A denúncia é sigilosa, é anônima e é um excelente canal de comunicação para ajudar os trabalhos da Polícia Civil", concluiu.

Memória

Em dezembro de 2023, a Vila Cauhy foi alvo de operações da Polícia Civil para prender traficantes vinculados ao TCP. Na época, foram designados 180 policiais civis, incluindo agentes, delegados e escrivães para a operação, que resultou na prisão de 32 pessoas.

A Rua da Glória abrigava um complexo esquema de organização criminosa, com organograma, sistemas de rondas e vigilância para garantir a segurança da rede de tráfico de drogas na região. A rua, apesar de pequena, foi inteiramente marcada com pichações que associavam a atividade criminosa do local à facção carioca.

A investigação, que também foi realizada pela 11ª DP, monitorou os passos dos criminosos durante um ano, determinando o modus operandi e a forma como a organização funcionava para garantir o comando do tráfico na região. Os criminosos utilizavam as redes sociais como principal forma de comunicação, e até promoviam transmissões ao vivo pelo Instagram para realizar conversas.

Luis Gustavo Cardia Vieira foi apontado como chefe da organização da Vila Cauhy. Em sua conta, o acusado postava fotos ostentando armas, dinheiro e drogas. As investigações foram determinantes para revelar a divisão de tarefas do grupo, além de esquemas para monitorar a polícia e a venda de drogas. Em atribuições menores, o grupo possuía fornecedores, soldados e fogueteiros.

QUATRO PERGUNTAS PARA | Marivaldo Pereira, secretário nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Quais métodos de investigação e ferramentas de inteligência são mais eficazes para mapear e desarticular redes de tráfico que se reorganizam rapidamente?

Há vários métodos que podem ser utilizados, mas o mais importante deles é o estudo das movimentações financeiras. Por isso, a importância de fortalecer o COAF e a integração entre os órgãos de segurança pública e as demais agências do Estado, para que as informações sobre movimentações financeiras atípicas possam chegar

rapidamente e ajudar na condução de investigações.

Como a análise de dados e a inteligência geoespacial contribuem para entender a dinâmica do tráfico de drogas em áreas urbanas complexas, como becos e vielas da Vila Cauhy?

A análise geoespacial permite identificar mudanças relevantes no território e permite, também, que os agentes de segurança pública possam se movimentar sem colocar

as suas vidas em risco. Daí a sua importância, sobretudo, para orientar a realização de operações com alto risco.

Quais indicadores e alertas a inteligência policial monitora para saber quando traficantes estão tentando se rearticular após uma operação de repressão?

A movimentação financeira e a movimentação de recursos materiais é um indicativo muito importante. Quando um grupo desses começa a se

organizar, há movimentação de armas, há movimentações atípicas na região. Todas essas movimentações são importantes de serem monitoradas. É fundamental que as armas eventualmente apreendidas façam parte de bases de dados integradas, porque outros estados podem ter informações importantes sobre elas. Há muitos grupos organizados que se especializaram no aluguel de armas. Então, muitas vezes, uma arma que está circulando no DF é uma arma que já passou

por outras cenas de crimes em outros estados e pode ser identificada a partir de uma base de dados integrada.

Como as novas tecnologias (como análise de redes sociais, vigilância por drones e processamento de grandes volumes de dados) estão revolucionando a inteligência policial contra o tráfico de drogas?

Essas novas tecnologias são fundamentais, pois permitem o processamento de um volume

gigantesco de informações e a identificação de determinados padrões de conduta de organizações criminosas, como o tipo de armamento e de droga utilizados. Esse avanço tecnológico é fundamental para orientar a atuação dos agentes de segurança pública. A tecnologia é uma grande aliada para o combate ao crime organizado. Aliada à integração da atuação dos estados com a União, ela tem um potencial ainda maior para aumentar a eficiência do Estado no combate às organizações criminosas.

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Senadora prestigiada

A senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) foi muito prestigiada pela plateia e demais participantes do debate promovido pelo **Correio Braziliense** intitulado "Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos". A parlamentar fala com paixão e desenvoltura sobre o combate à violência doméstica, com a experiência de ter liderado a Procuradoria

Especial da Mulher no Senado. Leila é autora do Projeto de Lei 4230/2019, que aumenta as penas de feminicídio quando a vítima for mãe ou responsável por criança ou adolescente menor de idade, e do PLP 248/2020 para dar mais transparéncia aos recursos públicos destinados à proteção de mulheres, crianças e adolescentes. Também é uma das autoras do Projeto de Lei 3418/2020, que amplia a licença-maternidade e licença-paternidade durante os períodos de calamidade pública e de emergência de saúde. Ela apresentou também o Projeto de Lei 116/2020 para aplicar as medidas protetivas na Lei Maria da Penha para as vítimas da violência eletrônica — aprovado pelo Senado.



Potência

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, que participou da abertura do evento, se referiu a Leila do Vôlei carinhosamente e disse: "Muito bom saber que temos uma mulher tão potente no Congresso Nacional".

Projeto prevê suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos do DF

Presidente da Comissão de Orçamento, Economia e Finanças (CEO) da Câmara Legislativa, o deputado Eduardo Pedrosa (União) quer suspender, até 31 de dezembro, o prazo de validade dos concursos homologados e vigentes no DF. Esse período não contará para efeito de contagem dos prazos desses processos de contratação de pessoal. Pedrosa justifica que a administração pública do Distrito Federal enfrenta, nos anos de 2025 e 2026, um cenário de severas restrições orçamentárias e financeiras, formalizadas pelos Decretos 47.386/2025 e 48.172/2026, com dificuldades de realizar novas contratações de pessoal. O projeto, então, seria uma forma de evitar prejuízos para quem está se preparando para os concursos. "Sem a suspensão ora proposta, diversos concursos públicos homologados teriam seus prazos de validade expirados sem que a administração pudesse aproveitar os candidatos aprovados, resultando em desperdício de recursos públicos investidos na organização dos certames e na frustração da legítima expectativa dos aprovados", ressalta.



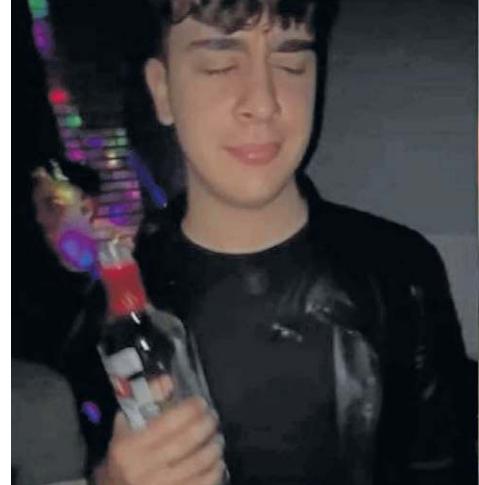
Bíblia, patrimônio de Brasília

Sancionada pelo governador Ibaneis Rocha, a Lei 7.804/2025 declara a *Bíblia Sagrada* patrimônio cultural e imaterial de Brasília. A norma, que entrou em vigor em dezembro, teve a iniciativa do deputado Pastor Daniel de Castro (PP).

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INVESTIGAÇÃO/ Além da agressão que deixou adolescente em coma, Pedro Turra enfrenta outras três acusações na Polícia Civil

Novas denúncias contra piloto



No primeiro vídeo, Pedro aparece dando tapas no rosto de um homem no meio da rua. No segundo, ele está em um grupo que força uma menor a ingerir vodca em uma festa

» CARLOS SILVA
» DAVI CRUZ
» PAULO GONTIJO

Além do ato violento que deixou um adolescente de 16 anos em estado grave na UTI na última sexta-feira, Pedro Arthur Turra Basso, 19 anos, passou a ser alvo de mais três investigações da Polícia Civil (PCDF). Entre os casos que vieram à tona estão a denúncia de agressões contra um homem de 50 anos, após um desentendimento relacionado a um acidente de trânsito, e um vídeo que mostra uma adolescente de 17 anos sendo aparentemente forçada a ingerir bebida alcoólica durante uma festa. Há, ainda, o registro de um episódio ocorrido em Águas Claras, em uma briga de trânsito. Agora, o piloto afastado da Fórmula Delta soma quatro queixas de violência e coerção.

O caso envolvendo o homem de 50 anos foi registrado ontem na 38ª Delegacia de Polícia (Vicente Pires). Segundo o denunciante, as agressões ocorreram em junho do ano passado, quando Pedro Turra e um amigo o acusaram de ser responsável por um acidente envolvendo os veículos dos dois jovens. A vítima nega qualquer culpa na colisão e afirma que, a partir da discussão, passou a sofrer agressões físicas, com tapas no rosto e empurões, por parte do piloto. Imagens obtidas pela TV Brasília mostram o momento do ataque. O registro foi

encaminhado para a 21ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Sul), que ficará responsável pela apuração.

Outra investigação em andamento apura a denúncia de que Pedro teria forçado uma adolescente a ingerir bebida alcoólica durante uma confraternização realizada no Jockey Club, também em junho de 2024. A ocorrência foi registrada na 38ª DP por uma jovem que tinha 17 anos à época dos fatos. De acordo com o relato, ela teria sido coagida a beber vodca durante a festa, episódio que agora integra um novo inquérito policial.

Além desses episódios, a polícia apura denúncia registrada em 28 de junho do ano passado, refe-

rente a uma agressão ocorrida em uma praça pública de Águas Claras. Conforme o boletim de ocorrência obtido pelo **Correio**, a vítima relatou ter sido agredida por cerca de cinco minutos, com socos e um golpe de mata-leão, em frente a um bar na quadra 301. O jovem afirmou que Pedro Turra chegou ao local acompanhado de quatro amigos e o atacou quando ele virou de costas para ir embora. A vítima disse que os demais apenas observaram as agressões.

Dante da repercussão dos casos, o jovem piloto foi desligado do quadro da temporada 2026 da Fórmula Delta, categoria-escola da qual fazia parte. Em nota, a organização refor-

cou que "não compactua com qualquer tipo de violência e tem como pilares o respeito, a responsabilidade e a formação humana e esportiva".

Contexto

As novas denúncias se somam ao caso que levou Pedro Turra à prisão em flagrante na madrugada de 23 de janeiro. Na ocasião, ele foi acusado de agredir um adolescente de 16 anos, que caiu, bateu a cabeça em um carro e segue internado em estado grave, em coma, na UTI do Hospital Brasília Águas Claras. Após audiência de custódia, o piloto foi liberado mediante pagamento de fiança no valor de R\$ 24.315.

Na terça-feira, o agressor divulgou um vídeo, por meio de sua defesa, em que pede desculpas à família da vítima. "Eu vim aqui pedir perdão à família dele. Nunca foi minha intenção deixar ele desse jeito, no hospital. Nunca imaginei que isso ia acontecer", disse.

O piloto declarou estar arrependido e afirmou rezar diariamente pela recuperação do jovem. "Eu não tenho palavras para descrever o quanto arrependido eu estou", afirmou. Segundo Pedro Turra, após a briga, ele acreditava que o adolescente não havia sofrido ferimentos graves. "Nós dois saímos andando. Achei que ele tinha machucado o lábio ou o nariz, mas não desse jeito", relatou.

Pedro também disse que, se soubesse da gravidade da situação, teria permanecido no local para prestar socorro. "Se eu soubesse que ele tinha se machucado desse jeito, eu nunca teria abandonado ele. Eu estaria lá para ajudar", afirmou. Em depoimento à Polícia Civil, ele já havia declarado que sua intenção durante a confusão "não foi machucar, e sim apartar".

Todos os episódios seguem sob investigação da Polícia Civil do Distrito Federal. O **Correio** tentou contato com a defesa de Pedro Arthur Turra Basso, mas não obteve retorno até a última atualização. O espaço permanece aberto para manifestações.



À QUEIMA-ROUPA

GERALDO MAGELA,
ex-deputado distrital e federal, ex-presidente da Câmara Legislativa e ex-secretário de Desenvolvimento Urbano



"A melhor forma de construir a unidade é com a participação da militância. Eu estou ouvindo e conversando muito. Devo tomar uma decisão na próxima semana"

A oito meses para as eleições, você ainda acredita que o PT-DF fará prévias para escolha do candidato ao Palácio do Buriti?

A prévia é democrática e uma garantia estatutária do PT. A direção nacional suspendeu a prévia, mas não cancelou. O PT-DF precisa cumprir o calendário nacional, que ainda não foi aprovado. Eu tenho convicção de que, não existindo consenso, o melhor caminho é a prévia.

Você tem recebido apelos para se unir à maioria e apoiar a pré-candidatura de Leandro Grass. Quando vai tomar uma decisão?

Eu sempre construí a unidade do PT. Já disputei duas prévias e fiz a unidade, ganhando ou perdendo. Na última eleição, eu abri mão de tudo para fazer a unidade do partido. A melhor forma de construir a unidade é com a participação da militância. Eu estou ouvindo e conversando muito. Devo tomar uma decisão na próxima semana.

A candidatura à Câmara dos Deputados é uma opção?

Eu estou sendo estimulado a disputar uma vaga de deputado federal. O PT já estabeleceu que uma das prioridades para este ano é aumentar a bancada no Congresso Nacional para fazer frente ao crescimento da ultra-direita. Com a grande experiência que tenho no Parlamento, acredito que posso ajudar no próximo governo do presidente Lula.

O que falta para decidir?

Quando a direção nacional suspendeu a prévia, solicitou ao PT-DF que buscasse um consenso por meio do diálogo. Infelizmente, esse consenso ainda não foi construído. A solução deve vir deste processo de conversas. A unidade não é construída apenas por uma parte fazendo concessões. Todos precisam dar a sua parcela de sacrifício para o acordo.

Essa demora em definir a candidatura atrapalha? Não vai acabar levando ao apoio ao candidato de outro partido da esquerda?

É claro que o ideal é que todas as decisões já estivessem tomadas. Mas, no início do ano passado eram poucas as lideranças que defendiam que o PT tivesse candidato ao GDF. Eu lancei a campanha Lula no Planalto, PT no Buriti. A militância abraçou esta ideia... Agora precisamos avançar nas definições. Temos duas possibilidades: o consenso ou as prévias. O consenso é mais rápido, certamente. Mas, não depende só de mim.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.d@abr.com.br

Profeta Gentileza

O Profeta Gentileza passou por Brasília nas décadas de 1970 e 1980. Em plena ditadura militar, ele trazia uma mensagem subversiva: gentileza gera amor e paz! Era possível ver e conversar com ele no Restaurante Coisas da Terra, nos semáforos ou no entorno da Rodoviária. Não era por acaso

que ele veio a Brasília. Tinha plena consciência da importância da repercussão que teriam suas mensagens na capital do país. A passagem de Gentileza por Brasília está registrada no documentário *A mensagem do profeta*, dirigido por Marcos Orsini, com fotografia de Marcelo Coutinho.

Na verdade, o filme era o trabalho final da matéria jornalismo cinematográfico, ministrada pelo cineasta Vladimir Carvalho, na Faculdade de Comunicação da UnB. Estavam no ano de 1978, e Orsini queria fazer algo relacionado ao aniversário dos 18 anos de Brasília.

Observou Gentileza na Rodoviária, fazendo pregação no meio dos carros, e começou a conversar com o profeta e a fazer as primeiras gravações. Gentileza ainda não era tão conhecido. Ele ficou muito satisfeito com o convite e com o fato de que alunos do curso de comunicação se interessassem pela mensagem dele. Ele tinha uma consciência muito clara de que queria atingir o núcleo do poder.

O roteiro do documentário funde a figura de Gentileza com o aniversário da cidade. O profeta participa de um gigantesco desfile das crianças no dia 21 de abril,

com a presença do então presidente da República Ernesto Geisel. Havia forte aparato de segurança e não foi possível chegar muito próximo.

A figura do profeta erra em planos gerais sob o fundo do Eixo Monumental e da cidade espacial. Não fazia referências diretas à repressão política do país embalado por um regime militar. Mas falava sobre amor, liberdade, gentileza. Achava que as pessoas estavam se agredindo. E uma das formas de gentileza era a liberdade, o amor, a delicadeza e o cuidado com o outro, lembra o cineasta.

Fiquemos com algumas mensagens do profeta da delicadeza: "A verdadeira gentileza é perfeito conforto e liberdade. Ela simplesmente consiste em tratar os outros exatamente como você adoraria ser tratado. Nenhum gesto de gentileza, por menor que seja, é perdido. Cobrou é traidor — o padre está esmolando, o pastor tá pastando e o Papa tá papando, papão do povo capital. Só por hoje, um dia de cada vez. Entendimento gera sabedoria. O estudo gera futuro. Não usem problemas. Não usem pobreza. Usem amor gentileza. Vocês são as flores do meu jardim".

OPERAÇÃO / Investigação começou há cerca de um ano, após um proprietário perceber que o carro havia sido transferido sem autorização. Criminosos faziam transferências fraudulentas de veículos por meio da senha de servidora

Grupo invade sistema do Detran

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil do Distrito Federal deflagrou, ontem, uma operação para desarticular um grupo suspeito de acessar ilegalmente os sistemas do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) e realizar transferências fraudulentas de veículos.

A investigação começou há cerca de um ano, após um proprietário perceber que o carro havia sido transferido sem autorização. Auditoria interna do Detran identificou

aproximadamente 300 transações irregulares vinculadas à matrícula de uma servidora, inclusive em períodos fora do expediente.

A funcionária procurou a polícia, e uma apuração conjunta com o Detran apontou acessos externos ao sistema para cadastrar processos de transferência sem documentação ou com papéis adulterados, além de aprovações fraudulentas.

Segundo o delegado Thiago Boeing, adjunto da 17ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Norte), três pessoas foram identificadas como

responsáveis pelo esquema. Duas delas já atuaram como despachantes junto ao Detran.

Nesta fase da operação, agentes cumprem quatro mandados de busca e apreensão em Planaltina (DF), Planaltina (GO), Valparaíso (GO) e Águas Brancas (PI), com apoio da Polícia Civil do Piauí.

Os investigados podem responder por invasão de dispositivo informático, estelionato e organização criminosa. As apurações continuam para identificar outros envolvidos.



Agentes da PCDF cumpriram quatro mandados de busca e apreensão

Divulgação/SSP-DF



8ª Delegacia de Polícia, na Estrutural, conduz a operação

Falsos policiais extorquem vítimas

» ANA CAROLINA ALVES

Um esquema de extorsão, no qual criminosos se passavam por policiais civis para intimidar vítimas e exigir transferências bancárias, foi alvo da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) durante a Operação Unmask, ontem.

A ação, conduzida pela 8ª Delegacia de Polícia (Estrutural), resultou na prisão temporária de três suspeitos, no cumprimento de quatro mandados de busca e apreensão e no bloqueio de mais de R\$ 250 mil vinculados ao grupo investigado.

Segundo a PCDF, os criminosos simulavam uma investigação policial em andamento e utilizavam o nome da própria 8ª DP para conferir credibilidade ao golpe.

O contato com a vítima era feito por telefone e aplicativos de mensagens, sempre com o uso de linguagem técnica, termos jurídicos e referências reais à rotina policial, criando um cenário capaz de gerar medo imediato.

Ao longo de vários dias, a vítima foi submetida a um intenso controle psicológico. Os investigados afirmavam que ela estaria envolvida em um suposto crime e orientavam que não procurassem advogados, familiares ou outras autoridades, sob ameaça de prisão preventiva ou agravamento da situação criminal. De acordo com a polícia, esse ambiente de pressão contínua caracterizou um verdadeiro sequestro psicológico, elemento central da extorsão apurada.

A retirada do dinheiro ocorria sob o falso argumento de cumprimento de medidas cautelares. A vítima era induzida a realizar transferências bancárias, principalmente via Pix, para contas indicadas pelos criminosos, sob pretextos como "regularização processual", "garantia patrimonial" ou "comprovação de colaboração com a investigação". As exigências financeiras eram reiteradas e progressivas, sempre acompanhadas de novas ameaças.

As investigações apontaram que os valores extorquidos eram movimentados por meio de contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas, indicando o uso de terceiros e empresas de fachada, além de possíveis mecanismos de lavagem de dinheiro. Quebras de sigilo

bancário e análises de dados digitais também revelaram uma atuação coordenada e permanente entre os envolvidos, com divisão de tarefas e uso sistemático de meios tecnológicos.

Os suspeitos podem responder, em tese, pelos crimes de extorsão, associação criminosa e lavagem de dinheiro. As apurações seguem em andamento para identificar outras vítimas e possíveis integrantes do esquema.

A Polícia Civil do Distrito Federal reforça que nenhuma unidade policial exige pagamentos ou transferências financeiras como parte de investigações e orienta que qualquer tentativa de contato com esse tipo de abordagem seja imediatamente comunicada às autoridades.

JANEIRO BRANCO

Correio debate saúde mental

» DAVI CRUZ

A saúde mental se tornou um dos principais desafios de saúde pública no mundo. Dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em setembro de 2025, apontam que mais de um bilhão de pessoas vivem com algum transtorno, sendo a ansiedade e a depressão as condições mais relevantes. Neste cenário, o Correio Braziliense realiza, hoje, o CB.Debate "Janeiro Branco: diálogos sobre a saúde mental no Brasil". O encontro acontece no auditório do jornal, a partir das 9h, e propõe uma reflexão sobre os fatores de adoecimento psíquico, os desafios da assistência e a construção de uma cultura de cuidado no país.

O evento reúne autoridades e especialistas para fomentar o debate sobre autoconhecimento, prevenção e a construção de uma cultura de cuidado em âmbito nacional. A programação será dividida em dois painéis. O primeiro discutirá os fatores que contribuem para o adoecimento mental e os desafios na assistência à população. No segundo painel serão apresentados caminhos possíveis a partir da criação de espaços de escuta qualificada e de cuidado contínuo.

A programação será transmitida ao vivo pelas redes sociais e pelo canal do jornal no YouTube. Ao final de cada painel, o público poderá participar com perguntas, tanto presencialmente quanto de forma on-line. As inscrições são gratuitas e estão disponíveis na plataforma Sympla, no QR Code acima.



Aponte a câmera e garanta seu ingresso para o evento

Palestrantes

O presidente do Correio Braziliense, Guilherme Machado, será o anfitrião do evento e fará a abertura do debate. Entre os palestrantes estão: a coronel Ana Paula Barros Habka, comandante geral da Polícia Militar (PMDF), Fernanda Falcomer, subsecretária de Saúde Mental do DF, Ana Luiza Coelho, doutora em psicologia, Leandro Freitas, pós-doutorado em Neurociências, Lucas Benevides, médico psiquiatra.

No segundo painel, os especialistas que vão discutir a temática são: Carla Fragomeni, psicóloga, Helena Moura, psiquiatra e professora de Medicina da Universidade de Brasília (UnB) e Marcos Medeiros, psicopedagogo na Clínica Verse in.

Além dos números mundiais serem alarmantes, no Brasil, o cenário também preocupa. Números do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) indicam um aumento de 143% nos afastamentos do trabalho por transtornos mentais em relação a 2024. Além disso, apenas 46% dos municípios brasileiros contam com políticas ou programas de atendimento voltados à saúde mental, segundo dados da Série SmartLab de Trabalho Decente 2025.

Coelho avalia que, apesar dos avanços conquistados, ainda há muito a ser feito. "Deveriam existir mais campanhas, mais investimentos e mais políticas públicas. Muitas vitórias vieram por conta de movimentos sociais e da atuação de profissionais e pesquisadores, mas é fundamental ampliar o acesso para que toda a população possa se cuidar", ressaltou.

Para ela, o foco precisa estar também na prevenção. "A saúde mental muitas vezes fica em segundo plano e só aparece quando há um trauma ou um quadro mais grave. É preciso investir em ações preventivas desde a infância, passando pela adolescência, fase adulta e envelhecimento, em todos os ambientes, como escola, trabalho e família", acrescentou.

Entre chuvas e relâmpagos

Após fim de semana marcado pela queda de raios na Praça do Cruzeiro, que resultaram no atendimento médico de 89 manifestantes que participavam da passeata liderada pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), a região central de Brasília voltou a observar trovoadas com pancadas de chuva no fim da tarde de ontem. Na foto, o Correio capturou o momento em que um raio caiu próximo ao Palácio do Buriti, a poucos metros do ocorrido no domingo. Um alerta da Defesa Civil, que é válido até 10h de hoje, sinaliza para a possibilidade de chuvas intensas na capital, entre 20 e 30mm acumulados por hora. No comunicado, o órgão aponta baixo risco de corte de energia elétrica, queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas. Apesar disso, a chuva deve se intensificar na tarde de hoje, quando poderá haver pancadas e trovoadas, com ventos fracos a moderados.

Reprodução



Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



A arte de interrogar não é tão fácil como se pensa. É preciso ter aprendido muitas coisas para saber perguntar o que não se sabe

Jean-Jacques Rousseau



Assista à playlist da Capital S/A no YouTube

Setor de TI ultrapassa o de Saúde em arrecadação de ISS

Uma análise de dados da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal revela um crescimento expressivo no setor de Tecnologia da Informação (TI), que subiu da terceira para a segunda posição no ranking de arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) entre 2024 e 2025. O volume de vendas de serviços de TI na capital federal, estimado a partir dos dados de arrecadação, pode ter alcançado a marca de R\$ 16,93 bilhões em 2025, um aumento significativo em relação aos R\$ 12,83 bilhões do ano anterior. O setor, que engloba empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Informática do DF (Sindesei-DF), é classificado como "Informática" nos relatórios fiscais, e demonstrou uma ascensão, ultrapassando o setor de "Saúde e Veterinária" e se consolidando como a segunda maior fonte de arrecadação de ISS no Distrito Federal, atrás apenas de "Instituições Financeiras e de Seguro".



Total de CNPJs ativos: 15.926

- Matrizes: 15.571
- MEIs: 25,24%
- Não MEIs: 74,76%

Empregos formais: 43.768

Salário médio: R\$ 5.772,17



Reeleição no Sindesei

Marco Túlio Chaparro Rodrigues Rocha foi reeleito, na sexta-feira passada, presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Distrito Federal (Sindesei-DF). "A reeleição reforça a continuidade de um trabalho que transformou a tecnologia em um dos pilares da economia do Distrito Federal: hoje, o setor de TI é o segundo maior arrecadador de ISS, movimentando quase R\$ 17 bilhões e gerando emprego, renda e competitividade para Brasília", afirmou Marco Túlio.

Fotos: Sincopécas



Sindicondomínio, Sincopécas e Sindercom também elegem presidentes

As eleições dos 27 sindicatos empresariais antecedem o processo eleitoral da Fecomércio-DF, marcado para maio, seguido pela eleição da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Os sindicatos empresariais que representam os condomínios residenciais, os representantes comerciais e o varejo de autopartes no Distrito Federal também definiram suas lideranças para mandatos até 2030. Antônio Carlos Paiva, à frente do Sindicondomínio-DF, e Sérgio Lúcio de Andrade, presidente do Sincopécas-DF, foram reconduzidos aos cargos. No Sindercom-DF, Milton Carlos da Silva assumirá a presidência no lugar de William Vicente Bernardes. As posses dos novos dirigentes estão previstas para março.

Setor industrial reage mal à decisão do Copom

Mais uma vez a CNI expressou estar inconformada com a manutenção da taxa de juros em 15%. A entidade informou que foi "com enorme preocupação que recebemos a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom)". "O Banco Central deveria ter iniciado o ciclo de redução dos juros há muito tempo. Ao manter a Selic em nível insustentável, o Copom prejudica a economia, aprofundando a desaceleração do crescimento. É indispensável que a flexibilização da política monetária comece já na próxima reunião", defende Ricardo Albal, presidente da CNI.



Projeções caminham para o centro da meta

De acordo com a avaliação da CNI, ao manter os juros em 15%, o Banco Central desconsidera diversos sinais que tornavam possível a redução da Selic de forma imediata. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por exemplo, subiu 4,26% em 2025; abaixo do teto de inflação (4,5%), e do IPCA de 2024 (4,83%). Já as expectativas de inflação caminham para o centro da meta, que é de 3%.



Três regiões administrativas vão ganhar polos de ensino profissional

O Senac-DF amplia, nas próximas semanas, sua presença na capital federal, com a inauguração de três novos polos de ensino em regiões estratégicas do DF. O primeiro novo polo será inaugurado em 12 de fevereiro, em Planaltina, região administrativa com forte potencial de crescimento econômico e demanda crescente por capacitação profissional. Na sequência, em 26 de fevereiro, será a vez do Recanto das Emas receber a nova unidade, ampliando a oferta de cursos em uma das regiões mais populosas do Distrito Federal. E o polo da Candangolândia será aberto em 3 de março, fortalecendo a atuação do Senac-DF em áreas centrais e estratégicas. A iniciativa integra o plano de expansão da instituição, voltado à democratização do acesso à qualificação e à formação alinhada às demandas do mercado de trabalho.

Informe Publicitário



Brasília

ANO IV nº 749

CIEE projeta a abertura de 3,4 mil vagas em Brasília ao longo de três meses

Oportunidades fazem parte das 68,2 mil vagas que o CIEE projeta no Brasil todo entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026

Os meses de dezembro a fevereiro são considerados o melhor momento para quem busca ingressar no mundo do trabalho. Nomeado como período sazonal, é marcado pelo encerramento de ciclos, em que muitos estagiários concluem os cursos ou atingem o tempo máximo de contrato (dois anos) e, consequentemente, surgem novas oportunidades.

Neste cenário, o CIEE, maior ONG de inclusão social e trabalho jovem da América Latina, projeta a abertura de 68,2 mil vagas em todo o país, e Brasília ganha destaque com a projeção de 3,4 mil oportunidades de estágio e aprendizagem.

No ano de 2025, até o mês de novembro, o CIEE alcançou a marca de 290 mil contratos de estágio e aprendizagem administrados em todo o Brasil (jovens e estudantes inseridos no mercado de trabalho). O número representa um aumento percentual de 7% no comparativo com o mesmo período de 2024.

Para acessar as oportunidades e conferir as áreas de atuação, é necessário acessar o Portal CIEE pelo link ou QRcode.



Expo CIEE 2025 em São Paulo/SP.



portal.ciee.org.br/quero-uma-vaga

SAÚDE/ Unidade contará com 60 leitos adultos, 30 pediátricos e 10 Unidades de Terapia Intensiva (UTI), com investimento total previsto de R\$ 165 milhões

LUCIO BERNARDO JR



Ordem de serviço para a construção da unidade foi assinada, ontem, pelo governador Ibaneis Rocha (MDB)

São Sebastião ganhará hospital com 100 leitos

» MILA FERREIRA

A ordem de serviço para o início da construção de um novo hospital em São Sebastião foi assinada pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) ontem. O projeto foi desenvolvido pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), e a obra vai durar 36 meses. O investimento total previsto é de cerca de R\$ 165 milhões.

A unidade contará com 100 leitos, sendo 60 adultos, 30 pediátricos e 10 Unidades de Terapia Intensiva (UTI). "Este hospital marca um novo momento da saúde no DF. O último hospital construído em Brasília tem 16 anos. Estamos reformando diversas unidades, reconstruindo hospitais, como é o caso de Brasília, ampliando em

Planaltina, reformando em Sobradinho", afirmou Ibaneis.

O hospital será erguido na Área Especial 5, no Alto Mangueiral, em um ponto considerado estratégico, próximo à entrada da cidade, na desida do Morro da Cruz. O espaço será feito com intuito de ser referência pediátrica em todas as linhas de cuidado na Região Leste e contará com a oferta de 14 serviços essenciais, ampliando a rede pública de saúde para uma cidade que, atualmente, não conta com hospital próprio.

A autorização foi concedida à empresa Porte Belo Engenharia e Comércio Ltda, vencedora da licitação, que ficará responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo. A previsão é de que essa etapa leve cerca de 12 meses. Após essa fase, iniciam-se, de fato, as obras. O presidente da Novacap, Fernando Leite, explicou o modelo adotado para o processo de construção do hospital: "A modalidade de contratação é o chamado RDC (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Hoje, a legislação permite que você faça a licitação do projeto e da obra juntos, em uma contratação integrada", esclareceu.

Segundo o governador, no decorrer deste ano, serão entregues sete Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) no Distrito Federal. "Ano passado, tivemos um avanço muito grande nos atendimentos. O Hospital de Base e o Hospital de Santa Maria bateram todos os recordes mensais de cirurgias. Só no Hospital de Base, mensalmente, foram realizadas cerca de 1.300 cirurgias em 2025", destacou.

» Entrevista | ANA PAULA MARRA | SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ao CB.Poder, gestora destacou a criação de mais um hotel para atender às pessoas em situação de rua em Taguatinga e em Ceilândia

Acolhimento no DF será ampliado

Andrea Nalini CB/DA Press

» MANUELA SÁ*

A criação do Hotel Social de Taguatinga foi um dos temas discutidos ontem, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. As jornalistas Adriana Bernardes e Samanta Sallum, a secretária de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes), Ana Paula Marra, também falou sobre atendimento à população, concurso público e uma possível candidatura a deputada distrital. Confira, a seguir, os principais pontos da entrevista.



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

tamanho desse gargalo e quais são os projetos para que as pessoas tenham, de fato, acesso a essa porta de entrada?

Quando falamos em fila presencial e on-line, gostaria de dizer que o problema não está na forma do agendamento, está na capacidade de atendimento da secretaria. Por isso, a melhor medida para resolver essa questão é a contratação de novos profissionais. Minha luta incessante é por um novo concurso para que tenhamos mais servidores e possamos abrir mais CRAs, de modo a alcançar mais a população. Conseguimos triplicar de R\$ 500 milhões para R\$ 1 bilhão, quase R\$ 1,5 bilhão, a execução na assistência social do DF. Mas a gente precisa de mais. Meu nome está sendo cogitado para deputada distrital, mas há muito o que alinhar. A candidatura não está descartada, porém, também ficaria muito feliz em terminar a gestão do governador Ibaneis Rocha, agora com a governadora Celina Leão. Vários partidos me sondaram, mas os que estão mais alinhados são o Pode-mos e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

do para um concurso e apostando a vida nos estudos.

Há perspectiva de uma candidatura sua?

Sou a secretária que ficou mais tempo na Sedes. Juntando o tempo que fui secretária adjunta da primeira-dama Mayara Rocha, estou na secretaria há quase seis anos. Se eu pudesse, escolheria continuar no meu cargo para sempre, porque me sinto muito realizada. Mas penso também que, ocupando uma cadeira no legislativo, talvez eu tenha mais autonomia para falar sobre orçamento. Conseguimos triplicar de R\$ 500 milhões para R\$ 1 bilhão, quase R\$ 1,5 bilhão, a execução na assistência social do DF. Mas a gente precisa de mais. Meu nome está sendo cogitado para deputada distrital, mas há muito o que alinhar. A candidatura não está descartada, porém, também ficaria muito feliz em terminar a gestão do governador Ibaneis Rocha, agora com a governadora Celina Leão. Vários partidos me sondaram, mas os que estão mais alinhados são o Pode-mos e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

*Estagiária sob supervisão de Eduardo Pinho

Qual vai ser a capacidade para acolhimento?

É muito similar à do hotel do SAAN. Em Taguatinga, teremos capacidade para 200 pessoas por noite. Lembrando que não recebemos só homens. Colocamos espaço individualizado para mulheres, para crianças, para idosos e para pessoas LGBTIAP+. Tivemos todo o cuidado para ser, de fato, um acolhimento para todos que hoje estão nas ruas do DF.

não precisam. O que fazemos é garantir o mínimo de dignidade para quem necessita. Tivemos uma elevação no número de pessoas em situação de rua na capital, mas também tivemos uma redução pela metade do número de crianças na mesma situação. Não tínhamos creches para todas quando assumimos e, hoje, estamos praticamente zerando a fila para esses espaços. Então, em uma ação conjunta da Sedes com a Secretaria de Educação, conseguimos priorizar essas crianças que estavam nas ruas.

existe um balanço de quantas pessoas o governo conseguiu tirar das ruas e dar autonomia para ter uma vida mais digna?

A assistência social tenta fazer a base para que essa pessoa tenha condição de se capacitar. No RenovaDE, foram mais de mil pessoas atendidas em 2025. No Serviço de Limpeza Urbana (SLU), contratamos mais de 100 pessoas ano passado. O próprio GDF deu exemplo ao contratar 15 cargos comissionados de pessoas que estão em processo de saída da rua.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) passaram a ter atendimento on-line, mas as pessoas ainda reclamam da fila. Qual é o

Onde entra o Conselho Tutelar para crianças em situação de vulnerabilidade?

É necessária uma ação integrada de todo o governo. A assistência social não resolve tudo. É difícil explicar esse serviço para aqueles que

O GDF tem programas sociais para capacitar quem quer uma vaga de emprego. Por meio desses programas e dessas ações,

Como vai ser a infraestrutura?

Temos o primeiro hotel social do Distrito Federal, localizado no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN), que, em menos de dois meses, atingiu a capacidade máxima de 200 pessoas por noite. É uma política pública que deu certo. Agora, vamos abrir um novo hotel social em Taguatinga para acolher as pessoas que estão não só nessa região administrativa, mas em Ceilândia também.

Obituário

Sepultamentos em 28/1/2026

» Campo da Esperança

Alberto Mercadante Neto, 64 anos
Antônio Calixto do Amaral Santos, 72 anos
Cátia Amado da Silva, 62 anos
Eunice Severina de Souza Silva, 77 anos
Gelsa Gonzalez Barcelos, 85 anos
Jacinto Ludugério Viana, 71 anos
Jorge Fernando Valente de Pinho, 83 anos

José Carlos Guimarães de Freitas, 79 anos
Leandro Soares Torquato Rincón, 25 anos
Lucas Amaral Silva, menos de 1 ano
Margarida Ribeiro Costa Pinto, 80 anos
Maria da Cruz Cunha Rocha, 52 anos
Maria do Rosário Cunha Dib, 60 anos
Marluce de Souza Ferreira, 85 anos
Nubia Moreira Martins, 55 anos
Pedro Paulo Alves, 58 anos
Plínio César Marinho de Castilho, 68 anos

Raul Teixeira Campos Cautela, 74 anos
» Taguatinga
Geralda Pereira Martins, 93 anos
Hélio Kardec Soares, 75 anos
Igor Mamedes de Araújo, 28 anos
Kléber do Nascimento Costa, 49 anos
Leon Firmiano Ribeiro, 84 anos
Luiz Carlos da Silva, 66 anos
Maria Aparecida da Silva Pereira, 51 anos

Marli Pereira Magalhães, 77 anos
Sebastião Ribeiro, 89 anos
» Gama
Júlio Alves Bezerra, 96 anos
Luiz Felipe Godóes da Silva Leal, menos de 1 ano
Manoel José de Oliveira, 67 anos
» Planaltina
Ondina dos Santos de Assis, 99 anos

» Sobradinho
Elias Marques Neto, 69 anos
Iza Pereira da Silva, 10 anos
» Jardim Metropolitano
Clarice da Costa Santos, 64 anos
Mateus Melo de Araújo, 34 anos
Ana Clara Estrela Bonfim, menos de 1 ano
Maria Lúcia de Azevedo, 69 anos

VEM AÍ...



O Correio Braziliense prepara uma cobertura completa do Carnaval de Brasília, com conteúdos especiais para você curtir cada momento da folia: dicas de fantasias, makes e looks, roteiros de blocos, matérias e informações essenciais.

E tem mais: chega a 9ª edição do Prêmio CB Folia. O público participa votando no bloco favorito e concorrendo ao melhor look de fantasia.

CONTEÚDO

ENTRETENIMENTO

INFORMAÇÃO

Nos acompanhe e não perca nenhum detalhe do Carnaval de Brasília.

@correio.braziliense

correiobraziliense.com.br

Realização:

**CORREIO
BRAZILIENSE**
PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO

**Clube
105.5 FM**

TV BRASÍLIA

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO

Aos 88 anos, o pioneiro José Cordeiro

Cavalcante guarda um tesouro. São centenas de fotos que tirou, desde que chegou à nova capital Brasília, em 1959, e que contam a história dele e da cidade que ama como a própria família



Missa na área externa do STF nas celebrações de inauguração

» MÁLCIA AFONSO

José Cordeiro Cavalcante tinha 21 anos quando pisou, pela primeira vez, na terra entre os paralelos 15° e 20°. Era 10 de agosto de 1959. Brasília, um imenso canteiro de obras. Funcionário do Bank of London, entrou na aventura de se transferir de São Paulo para a nova capital e ir preparando a instalação da instituição financeira na 507 Sul. Paulista, aqui Cavalcante criou raízes, conheceu Maria Teresinha, companheira com quem formou uma família e viveu por mais de 50 anos.

Por anos, ele reuniu um tesouro — centenas de fotografias que retratam a história dele e a transformação da cidade. Registros feitos com um equipamento analógico simples. "Era uma máquina muito boazinha, uma Beauty que comprei em Brasília, de um vendedor de produtos importados, e tenho muita história com ela, tirava fotos de tudo que aparecia. Antes, tinha uma Kodak", relembra Cavalcante, que também guarda um acervo de slides.

A construção das quadras, dos ministérios, dos monumentos arquitetônicos e da barragem do Lago Paranoá; a expansão demográfica; o avanço do comércio e dos serviços. Tudo foi acontecendo de forma acelerada, diante dos olhos de Cavalcante e de tantos outros que apostaram em um sonho. "Eu gostaria de ter chegado um ano antes, pegaria ainda mais o início de muitas construções, era tudo de ferro, cimento armado", diz o pioneiro, que nunca se arrependeu da empreitada de uma mudança tão significativa, ao contrário, agradece a Deus.

Aos 88 anos, Cavalcante recebeu o **Correio** em sua chácara, no Lago Sul. Aos poucos, com nostalgia e alegria, foi mostrando registros que remetem, especialmente, à coragem e à ousadia de um homem, Juscelino Kubitschek, por quem o octogenário cultiva imensa admiração, apesar de não ter tido contato direto com o mineiro. "Hoje, olhando, lembro da pessoa dele e penso: não é possível, uma coisa que vinha desde José Bonifácio. Na construção do Império, já se falava em ter a capital. Houve as expedições da Missão Cruls, e foi Juscelino quem fez."

Na semana de inauguração da cidade, ele capturou momentos icônicos. Havia eventos para todo lado, como a primeira apresentação da Esquadrilha da Fumaça, a missa na área externa do Supremo Tribunal Federal (STF), o palanque de JK e o Grande Prêmio Juscelino Kubitschek — ambos no Eixão Sul. Convidado especial do presidente, o argentino Juan Manuel Fangio, um dos maiores pilotos de Fórmula 1 de todos os tempos, não correu, mas prestigiou a disputa. E Cavalcante se aproximou do pentacampeão, que chamava atenção. No ano seguinte, ele não podia perder a posse de Jânio Quadros. Na ocasião, um feito pelo qual vibra até hoje — o registro daquele dia de um ângulo privilegiado, no Parlamento, de dentro para fora, através do vidro. "Naquele empurra-empurra na rampa, queriam fechar a porta e empurraram tanto que eu entrei. Não sei se é porque estava com pinta de jornalista, com a máquina na mão."

União

Por muito tempo, o centro da vida social em Brasília era o Hotel Nacional, inaugurado em 1961, onde havia comércio e serviços. Por ali, as pessoas passeavam, divertiam-se. Antes de o Lago Paranoá existir, Cavalcante se lembra de cortar caminho para o aeroporto em um trecho hoje coberto pela água.

A grande companheira de vida e de aventuras de Cavalcante foi Maria Teresinha, com quem se casou em 1962 e esteve ao lado dele até 2018, quando faleceu. Natural de Manaus, Teresinha era auditora fiscal do Ministério da Fazenda. Lotada no Rio de Janeiro, foi uma das primeiras servidoras públicas a se transferir para Brasília. O casal construiu uma bela família, e o patriarca está sempre cercado de amor. São dois filhos. José Haroldo, 59, pai de Mariana Graça, 13, fruto do relacionamento com Camilla Maia; e Maria Odete, 56, casada com Wenner

Fotos: Ed Alves/reprodução/acervo pessoal de José Cordeiro Cavalcante



José Cordeiro Cavalcante mostra mural feito com fotos históricas tiradas por ele



Posse do presidente Jânio Quadros, em janeiro de 1961

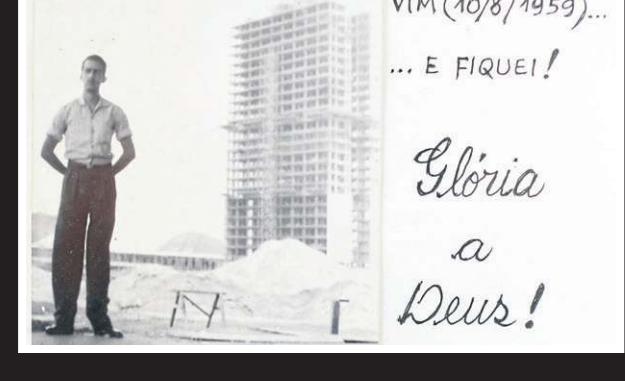


Palanque presidencial de JK no Eixão Sul

Legado de amor a Brasília



Cavalcante com os filhos, Maria Odete e José Haroldo, e as netas, Mariana e Mariana Graça



Registro da chegada do pioneiro ao Planalto Central

Cantanhêde, mãe de Maria Luísa, 28, Pedro Ângelo, 25, e Mariana, 22, grávida de gêmeos que chegaram em agosto.

Depois do Bank of London, Cavalcante passou por outros trabalhos — na Mailine Móveis, onde foi contador, chefiando o escritório; na extinta Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal); na antiga Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), na qual atuou como advogado; e no Governo do Distrito Federal.

Unidos em tudo, Cavalcante e Maria Teresinha se formaram juntos na primeira turma de Direito do Ceub, em meados dos anos 1970. A fé católica foi marcante nessa união de Teresinha e Cavalcante. Conheceram-se em Brasília, no Movimento Legião de Maria.

Atuantes na Igreja, contribuíram para sua consolidação na nova capital. Na Rádio Nova Aliança, apresentaram o programa semanal Sintonia com o Senhor, de 1989 (fase experimental da emissora) até 2018. Eram entrevistas sobre temas religiosos, saúde, questões sociais, sempre relacionando aos aspectos espirituais. No programa, Teresinha promovia uma sala de estudos com reflexões sobre o Evangelho. Todo acervo está disponível no canal do YouTube da Nova Aliança.

Cidade jardim

Hoje, Cavalcante vê a cidade quase como um milagre. "O que acho extraordinário é o verde pra todo lado, esse verde que deslumbra, pistas com árvores dos dois lados, é uma cidade jardim."

Mesmo com esse encantamento, ele faz ponderações quando perguntado sobre a Brasília de 2026. "Quem pegou a cidade no começo, a gente tinha aquele prazer de se movimentar mais, de se locomover, tinha a sensação de

facilidades. Agora, a gente se perde com o trânsito, tem que saber a hora que vai sair, o que é que vai fazer, por causa do tumulto de carros. Então, tem muito carro, muita gente."

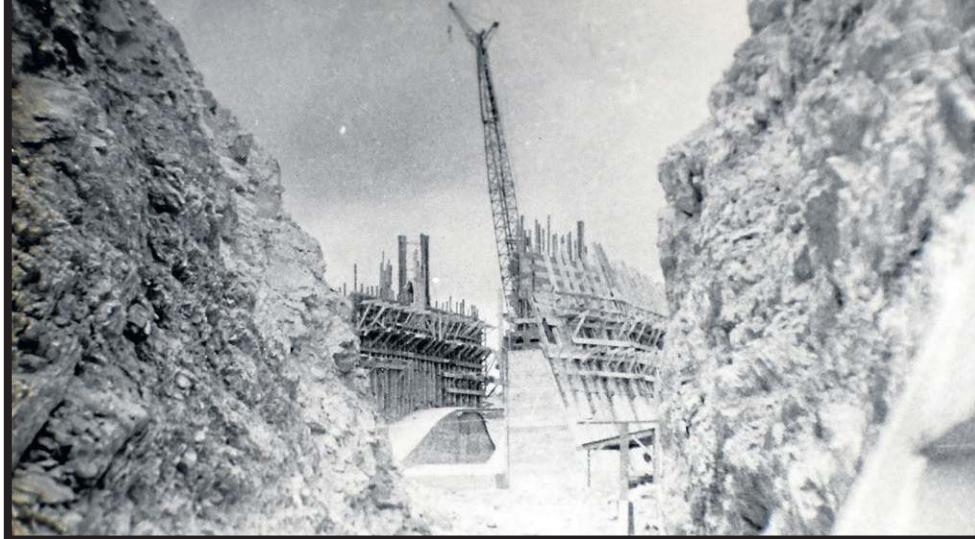
Mas nada se sobrepõe ao amor pela capital. "O mesmo querer bem que a gente tem da minha família, é o que a gente sente por Brasília."

Os filhos têm orgulho desse afeto. "Meu pai se realiza muito em compartilhar suas lembranças de nossa capital. Tive o privilégio de ouvir essas e muitas outras histórias," diz Maria Odete. "E que sejam sempre valorizadas essas pessoas que, como meu pai, protagonizaram esses acontecimentos, esses sonhos que fizeram se tornando realidade e nos trouxeram até aqui", completa.

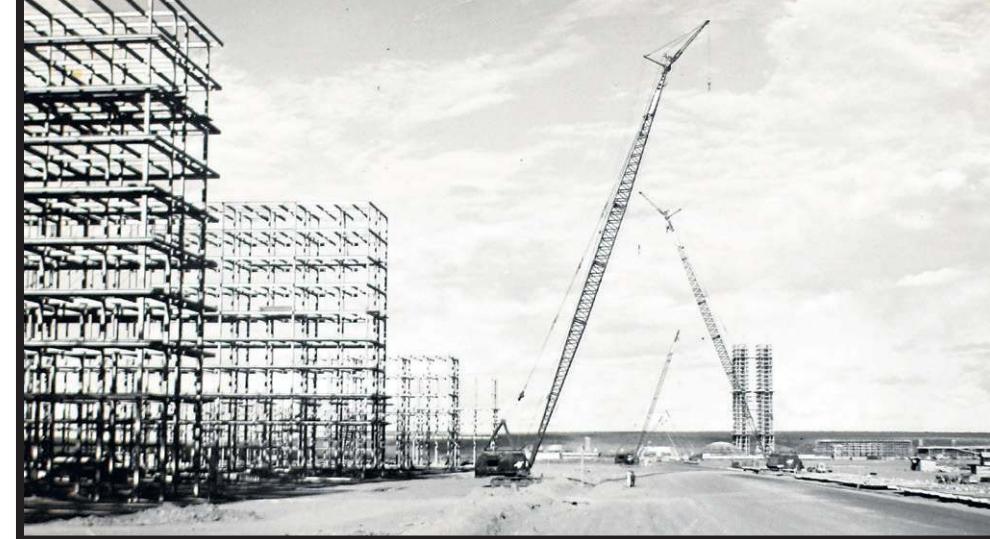
Maria Odete conta outro fato que não escapa aos olhos do pai na atualidade, além de "muito carro, muita gente": pessoas em situação de rua. Por anos, ele ajudou o quanto podia. "Trazia pra tomarem banho na chácara, alimentava, arrumava emprego. Teve um que, quando adoeceu seriamente, morreu numa casa menor que tem aqui."

A percepção de Maria Odete sobre o legado do octogenário é compartilhada por José Haroldo. "Quando chega o aniversário da vinda dele para Brasília, ele sempre faz questão de lembrar, de comemorar. Tem relatos que pouca gente conhece, e ele não só experimentou, mas vivenciou. Aquilo que aconteceu quando eu não tinha nascido ainda e, portanto, não vivenciei, por meio das fotos consigo me sentir ali também."

Com as facilidades tecnológicas, os filhos pretendem recuperar todo esse material histórico. "Devemos escanear as fotos em casa. Os slides, em um laboratório. Depois, usar inteligência artificial para recuperar a qualidade de tudo", antecipa José Haroldo.



Obra da construção da barragem do Lago Paranoá



Estruturas do Congresso e dos ministérios

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima. E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Fluminense vence o Grêmio

O Brasileirão 2026 começou com festa tricolor no Maracanã. Na abertura da competição nacional, o Fluminense recebeu o Grêmio, no Maracanã, e com gols de Nonato e Lúcio Acosta, superou o time gaúcho por 2x1. Carlos Vinícius fez o gol gaúcho na parte final do jogo. Com o resultado, o time carioca foi a três pontos e se colocou no pelotão de cima da tabela, ao menos de forma provisória, enquanto a equipe de Porto Alegre, inicia o torneio sem conseguir pontuar na classificação.

BRASILEIRÃO Na última apresentação antes de se enfrentarem pelo título da Supercopa em Brasília, Flamengo e Corinthians não entregam efetividade, perdem de virada para São Paulo e Bahia na estreia da Série A e chegam à capital de cabeça inchada

Ficaram devendo...

DANILO QUEIROZ

A última apresentação antes da decisão da Supercopa do Brasil, em Brasília, causou calafrios nas duas maiores torcidas do Brasil. Com encontro marcado para o Estádio Nacional Mané Garrincha, no domingo, às 16h, Flamengo e Corinthians começaram a Série A do Campeonato Brasileiro com o pé esquerdo e perderam nas estreias de ontem de virada, por 2x1. O rubro-negro caiu diante do São Paulo, no Morumbi, e o alvinegro sofreu derrocada frenética ao Bahia, atuando como mandante na Vila Belmiro.

Diante do ineditismo da elite nacional começar no final de janeiro, as oscilações naturais de início de temporada custaram caro para flamenguistas e corintianos. As duas equipes tiveram bons momentos nas partidas, a ponto de largarem em vantagem no marcador. No entanto, apagões defensivos provocaram a reviravolta dos adversários em poucos minutos e decretaram a largada bastante negativa no Brasileirão.

O Corinthians optou por jogar em Santos para ter o mesmo tempo de descanso do Flamengo antes da final em Brasília e encontrou uma Vila Belmiro abarrotada de torcedores. O cenário provocou um início de jogo impositivo dos paulistas diante do Bahia e Breno Bidon marcou o primeiro do clube no Brasileirão. O alvinegro teve muito volume no primeiro tempo e possibilidade de ampliar. Porém, como quem não faz leva, viu o Bahia igualar com golço de fora da área de Jean Lucas e virar antes do intervalo em cobrança de pênalti convertida por Willian José. Os gols foram marcados em um espaço de 14 minutos.

Aberto, o jogo registrou boas chances para os dois lados. No abafa em busca do empate, o Corinthians parou no goleiro Ronaldo. O Bahia, do outro lado, desperdiçou excelentes oportunidades de matar o jogo e não sofrer até o apito final. Utilizado por Dorival Jr. durante toda a partida na Vila Belmiro, o volante Raniel reforçou a importância de calibrar



O atacante Luciano foi o principal incômodo para a zaga do Flamengo, marcou o primeiro gol do São Paulo e iniciou a reação tricolor no Morumbi

PLACAR

SÉRIE A	P	J	V	E	D	GP	GC	SG	LIBERTADORES	1ª RODADA	Ontem
									Rebaixados		
1º Chapecoense	3	1	1	0	0	4	2	2			Atletico-MG 2x2 Palmeiras
2º Vitória	3	1	1	0	0	2	0	2			Internacional 0x1 Athletico-PR
3º São Paulo	3	1	1	0	0	2	1	1			Coritiba 0x1 Bragantino
4º Fluminense	3	1	1	0	0	2	1	1			Vitória 2x0 Remo
5º Bahia	3	1	1	0	0	2	1	1			Fluminense 2x0 Grêmio
6º Atlético-PR	3	1	1	0	0	1	0	1			Corinthians 1x2 Bahia
7º Bragantino	3	1	1	0	0	1	0	1			Chapecoense 4x2 Santos
8º Palmeiras	1	1	0	1	0	2	2	0			São Paulo 2x1 Flamengo
9º Atlético-MG	1	1	0	1	0	2	2	0			
10º Botafogo	0	0	0	0	0	0	0	0			
11º Cruzeiro	0	0	0	0	0	0	0	0			
12º Mirassol	0	0	0	0	0	0	0	0			
13º Vasco	0	0	0	0	0	0	0	0			
14º Flamengo	0	1	0	0	1	1	2	-1			
15º Grêmio	0	1	0	0	1	1	2	-1			
16º Corinthians	0	1	0	0	1	1	2	-1			
17º Internacional	0	1	0	0	1	0	1	-1			
18º Coritiba	0	1	0	0	1	0	1	-1			
19º Santos	0	1	0	0	1	2	4	-2			
20º Remo	0	1	0	0	1	0	2	-2			

1ª RODADA

Ontem
Atletico-MG 2x2 Palmeiras
Internacional 0x1 Athletico-PR
Coritiba 0x1 Bragantino
Vitória 2x0 Remo
Fluminense 2x0 Grêmio
Corinthians 1x2 Bahia
Chapecoense 4x2 Santos
São Paulo 2x1 Flamengo

Hoje

Hoje
20h Mirassol x Vasco
21h30 Botafogo x Cruzeiro

Carrascal, e não aproveitou. O placar zerado não fazia jus ao desempenho rubro-negro e a rota se corrigiu na etapa final com um golaço: Pedro recebeu na grande de área, ajeitou de peito para Plata dar toque suficiente para encobrir o goleiro Rafael.

O gol premiava quem era melhor, mas o Flamengo apagou em campo. Pouco depois, Luciano empatou ao completar cruzamento com cabeçada forte. Dez minutos depois, a defesa rubro-negra deu pane e Pulgar deu "assistência" para Danielzinho finalizar na área e virar. A bola voltou de maneira predominante aos pés dos cariocas, mas a pressa de definição esbarrou na entrega do São Paulo.

Afobados, os flamenguistas não fizeram a superioridade técnica se impor e amargaram a derrota no início da defesa do título de campeão nacional.

Divulgação



Paquetá se despediu do West Ham após 139 jogos, 23 gols e 15 assistências

histórico. Um marco do mercado no futebol mundial, do tamanho do Flamengo", destacou o clube em comunicado.

Na primeira passagem pelo Flamengo, de 2016 a 2018, Paquetá disputou 95 partidas, marcou 18 gols e distribuiu sete assistências.

Paquetá se torna a contratação mais cara do país

O Flamengo oficializou, ontem, horas antes da estreia no Brasileirão contra o São Paulo, a contratação de Lucas Paquetá, do West Ham. O meio-campista de 28 anos volta ao time que o revelou para o futebol após oito anos de Europa.

O clube rubro-negro ofereceu 42 milhões de euros (cerca de R\$ 260 milhões na cotação atual) aos ingleses. Assim, a contratação de Paquetá torna-se a mais cara da história do futebol brasileiro.

O vínculo entre Flamengo e Paquetá é de cinco anos. O clube carioca fará o pagamento ao West Ham de forma parcelada até o ano de 2028. No início da temporada de 2026, a contratação de Gerson pelo

Cruzeiro tinha ocupado a primeira posição entre as mais caras da história do futebol nacional. A Raposa desembolsou 27 milhões de euros (cerca de R\$ 168,8 milhões) para tirar o meio-campista do Zenit, da Rússia.

Na terceira colocação do ranking está a transferência do atacante Vitor Roque, do Barcelona para o Palmeiras, em 2025, por cerca de 25,50 milhões de euros.

No top 10 das contratações mais caras do futebol brasileiro, quatro pertencem ao Flamengo: Lucas Paquetá, Samuel Lino (22 milhões de euros), Carlos Alcaraz (18 milhões de euros) e Gabigol (17,5 milhões de euros).

NA ARENA CONDÁ

A incômoda sequência do Santos de cinco jogos sem triunfos ganhou mais um episódio. Ontem, depois de flertar com o triunfo ao virar para 2x1 no segundo tempo, o Peixe levou três gols da Chapecoense em 17 minutos e largou com revés de 4x2 no Brasileirão. O próximo jogo é contra o São Paulo, no sábado, às 20h30, no Morumbi, pelo Paulistão.

NO BEIRA-RIO

Depois de escapar na última rodada do rebaixamento em 2025, o Inter comece a Série A de forma decepcionante. O time gaúcho foi superado pelo Athletico-PR, recém-promovido da Série B, por 1x0. O gosto amargo ficou maior após o time ter um gol anulado pelo VAR. O colorado volta a campo no sábado, às 16h30, contra o Caxias, pelo estadual.

NO COUTO PEREIRA

Jogando com um a mais desde o primeiro tempo, o Red Bull Bragantino não teve vida fácil, mas venceu o Coritiba por 1x0. O único gol foi marcado por Juninho Capixaba, nos acréscimos do segundo tempo da partida. A partida marcou o retorno do clube paranaense à elite nacional após três anos, e com o título da Série B 2025.

NO MAIÃO

Mirassol e Vasco se enfrentam, hoje, às 20h. Embora tenham mantido os treinadores Rafael Guanaes e Fernando Diniz, passam por reformulação. Os paulistas perderam um time inteiro após a campanha de 4º lugar em 2025, e os cariocas arrumaram a casa depois das saídas dos atacantes Vegetti e Rayan. Premiere e SporTV transmitem o jogo.

NO NILTON SANTOS

Pressionado, o Botafogo enfrenta o Cruzeiro, hoje, às 21h30, no Estádio Nilton Santos, duelo que fecha a 1ª rodada da Série A. O confronto reúne Sociedades Anônimas do Futebol em momentos distintos, mas cercadas por pressão e expectativa neste início de temporada. O streaming Amazon Prime Video transmite o duelo.

NO BARRADÃO

O Vitória estreou vencendo no Campeonato Brasileiro ao derrotar por 2x0 o Remo. Diante de um adversário que voltou à elite após mais de três décadas, o time baiano foi mais eficiente nos momentos decisivos e construiu o resultado com gols de Renato Kayzer e Gabriel Baralhas, no segundo tempo.

NO BEIRA-RIO

O time carioca foi a três pontos e se colocou no pelotão de cima da tabela, ao menos de forma provisória, enquanto a equipe de Porto Alegre, inicia o torneio sem conseguir pontuar na classificação.

ESPORTES

COPA DO BRASIL CBF desenha as duas fases iniciais do mata-mata nacional com jogos de Gama, Ceilândia e Capital

Rota rumo ao pote de ouro

DANILO QUEIROZ

Fator central no planejamento financeiro dos clubes do Distrito Federal com calendário cheio para 2026, a Copa do Brasil está com a rota rumo ao pote de ouro definida. Ontem, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) sorteou, em evento no Rio de Janeiro, os confrontos da primeira e da segunda fase da competição nacional. Em campo desde a largada do torneio, o Gama enfrenta o Monte Roraima-RR. Aguardando na etapa anterior, Ceilândia e Capital vão começar a trajetória contra os baianos Jacuipense e Juazeirense, respectivamente. Além do êxito esportivo, as vitórias significam caixa cheia no decorrer da temporada.

Em temporada marcada por calendário nacional completo e compromissos financeiros de janeiro a, na melhor das hipóteses, setembro, Gama, Ceilândia e Capital enxergam o torneio como principal fonte de arrecadação e apostam em campanhas sólidas para fortalecer os cofres. Reformulada para abrigar 126 clubes na temporada 2026, a competição reúne visibilidade esportiva, partidas eliminatórias e premiações capazes de alterar o cenário financeiro de equipes com menor orçamento.

As premiações oficiais da edição atual ainda aguardam definição e posterior divulgação por parte da CBF, mas os números do ano anterior ilustram a importância do torneio para qualquer equipe envolvida na disputa. Na primeira fase, clubes de menor investimento receberam R\$ 830 mil. Na segunda, o valor destinado ao Grupo III chegou a R\$ 1 milhão. A terceira fase garantiu R\$ 2.315.250. A entidade costuma

Rafael Ribeiro/CBF



Criada pela CBF em 1989, Copa do Brasil chega à edição de 2026 com recorde de participantes, 126, e formato inédito de final em jogo único

aplicar reajustes anuais com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — imposto cobrado em cima das premiações —, tendência observada nas últimas temporadas.

Ontem, o Gama teve a primeira "vitória" no duelo contra o Monte Roraima-RR. As bolinhas do sorteio na CBF definiram o alviverde como mandante do confronto de 18 ou 19 de fevereiro. O duelo abre

a trilha financeira mais longa entre os representantes candombos. Em caso de classificação, o desafio seguinte cresce de forma significativa. Os gamenses encarariam o Goiás na segunda fase, confronto regional de peso no Centro-Oeste. Superado esse obstáculo, a terceira etapa reserva embate direto do vencedor do confronto entre Trem-AP e Fluminense-PI, fase responsável por inflar de maneira

considerável a premiação recebida pelo clube.

Por estar melhor ranqueado na CBF, o Ceilândia entra na Copa do Brasil a partir da segunda fase. O Gato Preto mede forças com a Jacuipense, em datas previstas para as janelas de 25 e 26 de fevereiro ou 4 e 5 de março. A entrada direta reduz o número de jogos, mas mantém alto grau de exigência técnica desde a estreia. Avanço do Gato

Preto leva o clube a novo duelo desafiador. Na terceira fase, o adversário sai do confronto entre Santa Catarina ou IAPE-MA contra o Cuiabá. O cenário reforça o grau de dificuldade imposto aos candombos, mas também amplia o potencial de retorno financeiro em caso de classificação.

Terceiro representante do Distrito Federal na edição de 2026 da Copa do Brasil, o Capital também

estreia na segunda fase. O Corujão enfrenta a Juazeirense-BA fora de casa, em confronto único. Caso avance, o clube encara o vencedor do duelo entre Betim-MG ou Piauí x Operário-PR, mantendo a trilha eliminatória em nível nacional elevado. Em 2025, por exemplo, o tricolor foi a única equipe do Distrito Federal a chegar na terceira fase, na qual acabou eliminada pelo Botafogo.

CHAMPIONS

Real leva gol de goleiro e não avança às oitavas

Recordista de títulos da Uefa Champions League com 15 troféus, o Real Madrid ainda não aprendeu a jogar a primeira fase do principal torneio da Europa desde a reformulação na temporada 2024/2025. Classificam-se ao round entre os 16 melhores os oito primeiros colocados. Na temporada anterior, os Galáticos terminaram em 11º. Na atual edição, começaram a última rodada na 3ª posição, mas a derrota de virada para o Benfica, por 4 x 2, e combinação de resultados derrubaram os merengues para a 9ª colocação.

O duelo entre Benfica e Real Madrid em Lisboa teve de tudo: muita chuva, dois gols de Mbappé, bola rolando até quase 100 minutos devido aos acréscimos e cabeçada certeira do goleiro do Anatoliy Trubin no último ato para decretar 4 x 2 no momento em que os espanhóis se aproxima-

mavam do empate. O resultado manteve os portugueses vivos no torneio, com a sobrevida no mata-mata prévio.

O Real Madrid não será o único poderoso no playoff. Atual campeão, o Paris Saint-Germain empatou por 1 x 1 com o Newcastle e terá um mata-mata a mais na campanha de defesa do título. Finalista de duas das últimas quatro edições, a Internazionale venceu o Borussia Dortmund por 2 x 0, mas o resultado a deixou em 10º, duas posições abaixo da zona de classificação. A maior surpresa no G-8 é o Sporting, que derrotou o Athletic Bilbao por 3 x 2, também com gol nos minutos finais.

A Uefa sorteará amanhã os confrontos da fase de 16 avos. As partidas de ida e volta estão agendadas para fevereiro, em 17 e 18 e 24 e 25 de fevereiro. A final do torneio será realizada em 30 de maio, em Budapeste, na Hungria.



Gol do goleiro Trubin, de 24 anos, foi o primeiro da carreira profissional

Os classificados

Oitavas de final

Arsenal	Newcastle
Bayern de Munique	Juventus
Liverpool	Atlético de Madrid
Tottenham	Atalanta
Barcelona	Bayer Leverkusen
Chelsea	Borussia Dortmund
Sporting	Olympiacos
Manchester City	Club Brugge

16 avos

Real Madrid	Monaco
Internazionale	Qarabag
Paris Saint-Germain	Bodo/Glimt

Manchester United	Benfica
-------------------	---------

Atletico Madrid	Galatasaray
Paris Saint-Germain	Monaco
Paris Saint-Germain	Qarabag
Paris Saint-Germain	Bodo/Glimt
Paris Saint-Germain	Benfica

MUNDIAL FEMININO

Timão terá Arsenal na final

Adrian Dennis/AFP



Partida de ontem foi a primeira do Corinthians na temporada

O Corinthians está na final do Mundial de Clubes feminino da Fifa. Em um jogo dramático, ontem no estádio Brentford, em Londres, brilhou a estrela da meia-atacante Gabi Zanotti que, com um chute rasteiro, no final do segundo tempo, definiu a vitória por 1 x 0 sobre o Gotham FC, dos Estados Unidos, pela semifinal do torneio.

Atuais tricampeões da Libertadores da América feminina, as Brabas superaram o vencedor da Liga dos Campeões da Concacaf e agora enfrentam o Arsenal, da Inglaterra, que atropelou o Asfar, do Marrocos, por 6 x 0, em partida válida pela outra semifinal. O jogo do título está marcado para o domingo, às 15h, no Emirates Stadium.

Com o vice-campeonato do Mundial Feminino da Fifa assegurado, o Corinthians tem garantido R\$ 5,29 milhões de premiação. Em caso de título, o time paulista leva para casa o montante de R\$ 12,17 milhões.

MARATONA BRASÍLIA 2026

INSCREVA-SE JÁ!
brasílcorrida.com.br

4 DIAS DE COMPETIÇÃO
18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

Apoio: Free center, Guará, VIVA, shopping conjunto nacional, POSITIVA, CORREIO BRAZILIENSE, Clube, TV BRASÍLIA, Realizações: APTO PROFISSIONAL

INSCREVA-SE JÁ!

brasílcorrida.com.br

4 DIAS DE COMPETIÇÃO

18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

Apoio: Free center, Guará, VIVA, shopping conjunto nacional, POSITIVA, CORREIO BRAZILIENSE, Clube, TV BRASÍLIA, Realizações: APTO PROFISSIONAL

18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

Apoio: Free center, Guará, VIVA, shopping conjunto nacional, POSITIVA, CORREIO BRAZILIENSE, Clube, TV BRASÍLIA, Realizações: APTO PROFISSIONAL

Diversão & Arte

» GIOVANA KUNZ

Ocinema brasileiro atravessa um de seus momentos mais simbólicos no cenário internacional, e *O Agente secreto* se tornou o centro dessa engrenagem. Indicado ao Oscar, ao Bafta e ao César, e celebrado por salas lotadas no Brasil e no exterior, o longa de Kleber Mendonça Filho amplia o alcance de um cinema profundamente autoral, enraizado no Recife, mas com leitura universal.

Na temporada de prêmios, o filme soma reconhecimento da crítica, adesão do público e uma carreira sólida nas salas de exibição, ultrapassando a marca de 2 milhões de espectadores. Em meio a esse percurso, Kleber reflete sobre o significado dessas indicações para o cinema nacional, a importância da experiência coletiva nas salas, a relação com o streaming e a expectativa em torno da corrida pelo Oscar.

A subeditora da *Revista do Correio*, Sibele Negromonte, falou com exclusividade com Kleber Mendonça Filho, o roteirista, produtor e diretor de *O agente secreto*, durante o probraga para o CB Poder — parceria do *Correio* e da TV Brasília.

No Oscar, o filme foi indicado a Melhor Seleção de Elenco, Melhor filme internacional, Melhor ator para Wagner Moura; e Melhor filme. No Bafta (Reino Unido), concorre a Melhor filme de língua não inglesa e Melhor roteiro original. Já a indicação ao César 2026 (França), anunciada na última quarta-feira, foi para a categoria de Melhor filme internacional.

Entrevista / Kleber Mendonça Filho

O filme acaba de receber novas indicações internacionais. O que esse reconhecimento representa para o cinema brasileiro e para você pessoalmente?

Eu acho que tem uma simbologia forte de cada premiação e indicação. Acho que *O agente secreto* tem um prestígio internacional bom, o que reflete também no interesse pelo filme aqui, no nosso país. O longa está chegando agora a 2 milhões de espectadores, que é um número absolutamente extraordinário. Se ele fizesse feito 400 mil, seria um número extraordinário, mas 2 milhões é algo que eu não esperava, um arrasa-quarteirão brasileiro-pernambucano. Considero que cada indicação nova e cada destaque que o filme ganha é uma peça de um quebra-cabeça que forma o panorama completo d'*O agente secreto* em direção ao Oscar e toda essa temporada de prêmios, no qual o filme tem interpretado um papel muito importante.

A indicação ao Bafta de Melhor Roteiro Original te surpreendeu? Você tinha dimensão da força desse texto quando começou a escrevê-lo?

Eu passei muitos anos querendo escrever *O agente secreto*, e sempre acontece esse momento, que é o momento certo de você sentar para escrever um roteiro. Mas, para responder à sua pergunta, eu não tenho como esperar uma reação tão extraordinária a um filme como *O agente secreto*, porque cada filme é uma batalha, cada filme é muito trabalho. Tive experiências muito boas e muito fortes com *O som ao redor*, *Aquarius*, *Bacurau* e *Retratos fantasmagônicos*, mas cada filme tem um perfil. Eu acho que *O*

KLEBER MENDONÇA FALA COM EXCLUSIVIDADE AO CORREIO SOBRE A TRAJETÓRIA DO FILME, AS INDICAÇÕES AO OSCAR E SALAS LOTADAS PELO BRASIL E O MUNDO. "DOIS MILHÕES DE ESPECTADORES É ALGO QUE EU NÃO ESPERAVA", REVELA

"O AGENTE SECRETO É O MEU MAIOR FILME"

Reprodução/YouTube

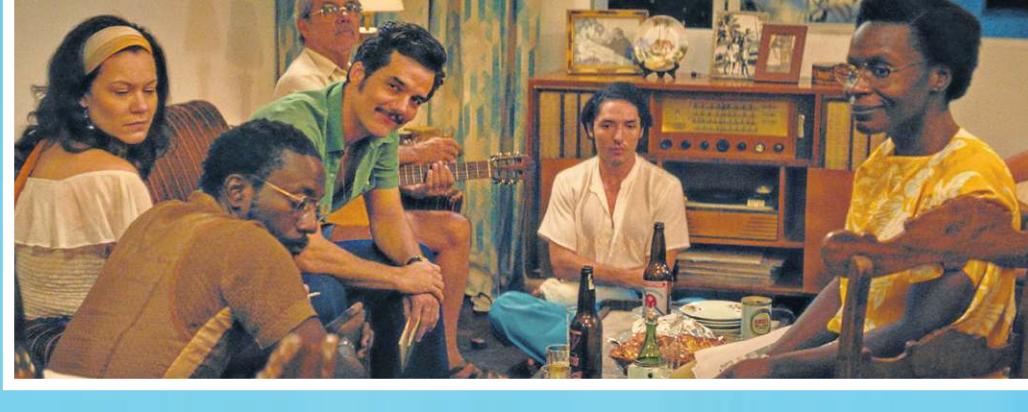


Kleber Mendonça Filho fala ao CB.Poder especial, com Sibele Negromonte

Acredito que o tema do poder ser usado para esmagar pessoas, infelizmente, não sai de moda. Isso está acontecendo agora, no mundo inteiro"

Kleber Mendonça Filho, diretor

Vitrine Filmes/Divulgação



Mesmo com expectativas altas, o público parece sair do cinema com leituras muito diferentes do filme. Você percebe isso?

Eu tenho avaliado *O agente secreto* quase como um observador de fofa, porque desde maio, quando ele estreou no Festival de Cannes, eu ouço e leio reações ao filme. Eu acho que os melhores livros, filmes, música também, são aqueles que oferecem um espelho para

você. Dependendo de quem você é, como você está, em que estado você está, você vai transformar aquela obra de expressão artística no que você consegue enxergar nela. O agente secreto parece muito universal e, ao mesmo tempo, muito local. Isso é um equilíbrio que não é muito comum. Eu falo isso até com certo espanto, porque eu escrevi o filme e fiz o filme sem pensar muito. Para mim, é muito natural ter uma personagem como Dona Sebastiana, porque eu já conheci muitas 'donas Sebastianas' na minha vida. Para mim, é muito natural ter uma 'perna cabeluda' no filme, porque eu venho de uma cidade onde as lendas urbanas, as assombrações e as histórias contadas, narradas, escritas, têm uma dinâmica muito grande.

O Recife está novamente no centro da narrativa. O que essa cidade representa para o seu cinema?

Recife é uma cidade que tem uma personalidade muito forte. Ela é complexa, é uma cidade muito longe de ser perfeita, mas o caldo cultural do Recife é muito instigante para mim.

Mesmo com essa projeção internacional, seus planos seguem ligados ao Brasil?

Meu próximo filme, até onde eu sei, é um filme brasileiro, que deverá ser rodado no Recife, de novo. Eu, até agora, preferi sentar e escrever meus próprios projetos e ver como eles podem ser desenvolvidos.

O elenco de *O agente secreto* tem sido muito celebrado. Essa construção coletiva foi intencional?

Eu gosto muito de gente. Eu gosto desses personagens que eu escrevi, eu adoro, amo esses atores. Eu quero que o filme seja bom pra todos eles e elas, das personagens maravilhosas aos personagens horrorescos, que eu amo do mesmo jeito.

Você é um defensor histórico das salas de cinema. Como enxerga a relação com o streaming?

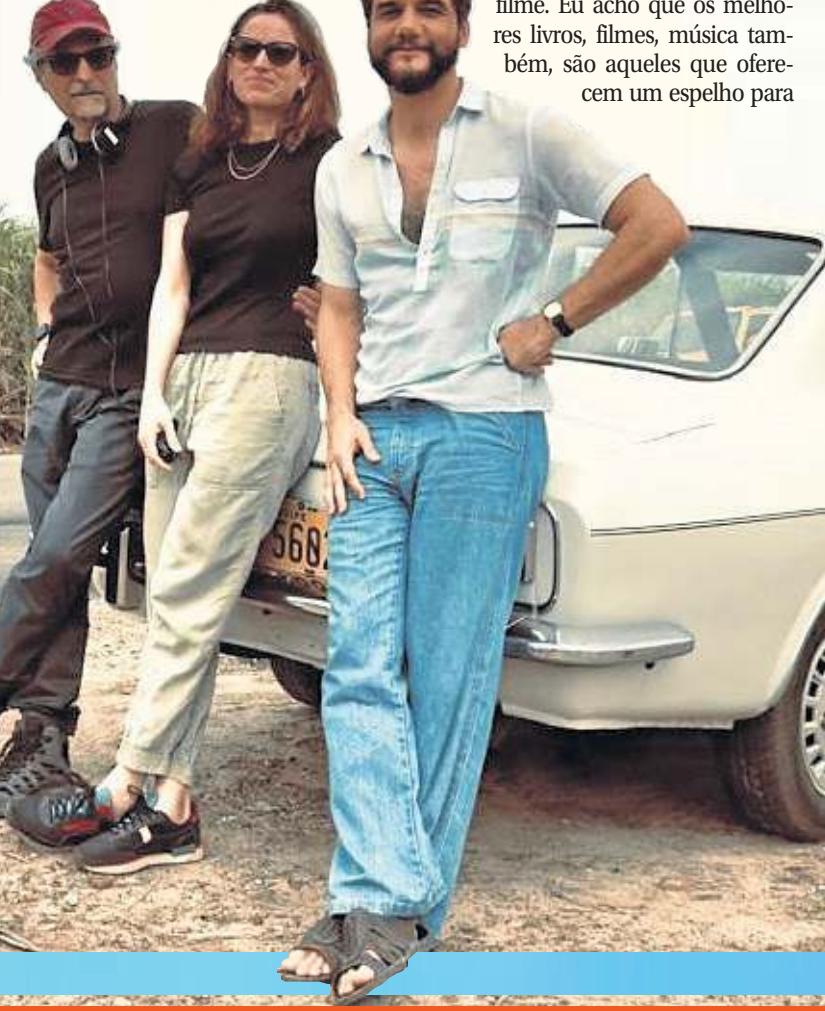
Eu sou um grande defensor das salas de cinema. O agente secreto está tendo a melhor carreira que ele pode ter nas salas de cinema no Brasil, nos Estados Unidos, na França, em Portugal, estreia na Itália e vai estrear em toda a América Latina, na Espanha e na Inglaterra. O streaming é uma tecnologia sensacional e, para mim, para os meus filmes, é o renascimento do filme depois da sala de cinema. Eu estou querendo muito que chegue o momento desse filme entrar na Netflix e, na hora que entrar, vai ser uma oportunidade do filme ser descoberto, ser revisto pelo público. Eu acho também que o Brasil precisa seriamente observar uma lei que defende a produção brasileira a partir do trabalho com o streaming. Os grandes streamers, as big techs estrangeiras, precisam colaborar com a indústria brasileira, porque a gente está baixando muito a cabeça como país, como nação.

Com a votação do Oscar começando, como está a expectativa?

As expectativas são as melhores. A gente tem feito um trabalho de viajar com o filme, de divulgar *O agente secreto*, que começou no Festival de Cannes em maio (de 2025), e agora começa uma nova fase dessa campanha. Eu estou indo para Holanda, Inglaterra, Estados Unidos e outros países. Eu estou muito feliz, cheio de energia. Eu gosto muito de fazer o que eu faço.

agente secreto é o meu maior filme, do ponto de vista de tamanho mesmo, e é uma história muito brasileira, com uma lógica universal e, ao mesmo tempo, uma lógica brasileira. Acredito que o tema do poder ser usado para esmagar pessoas, infelizmente, não sai de moda. Isso está acontecendo agora, no mundo inteiro. Ainda acontece no nosso país, claro. E eu escrevi um filme muito sobre isso, mas tendo como pano de fundo a história do nosso país, 50 anos atrás. Esse roteiro,

escrito em português, está agora indicado no prêmio britânico Bafta, o que fala muito. É quase como um romancista brasileiro ter uma obra traduzida, publicada em outro país e ser destacada com uma premiação. Eu fico muito honrado e muito impressionado também com essa indicação. Estou muito feliz com ela.



Equipe de *O agente secreto*: o diretor Kleber Mendonça Filho, a produtora Emilie Lesclaux e o ator Wagner Moura



Editora

Ana Maria Campos

anacampos.df@dab.com.br

Tel. 3214-1344

Influenciadores digitais ganham regulamentação

Maria Eduarda Lavocat

Os influenciadores digitais tornaram-se figuras centrais no cotidiano de milhões de pessoas. Presentes nas redes sociais, eles ocupam um espaço que vai além do entretenimento: opinam sobre comportamento, consumo, política, saúde, beleza e estilo de vida, moldando tendências e influenciando a construção de percepções sobre o mundo. Com o crescente poder de influência desses profissionais, surgiu também a necessidade de regulamentar essa atividade, que está longe de ser amadora — podendo, sem dúvidas, ser considerada uma profissão como qualquer outra.

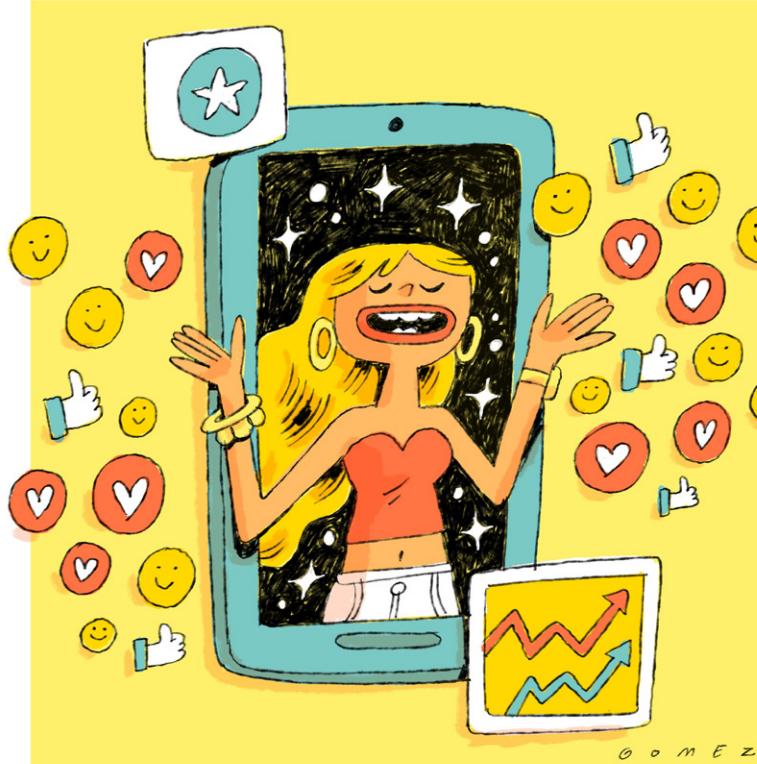
Neste mês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 15.325/2026, popularmente conhecida como a “Lei dos Influenciadores”, que regulamenta o exercício desses profissionais. Apesar do nome, o alcance da legislação é significativamente mais amplo e não se restringe à atuação de criadores de conteúdo nas redes sociais.

Segundo a advogada do escritório Benito Muniz Advocacia e especialista em direito digital, Maria Eduarda Nunes, a ascensão dos influenciadores digitais criou um vácuo jurídico, pois esses profissionais passaram a ter enorme impacto sobre a opinião pública e os hábitos de consumo, sem estarem claramente enquadrados em normas profissionais específicas.

Assim, a Lei 15.325/2026 surge justamente para reconhecer formalmente essa atividade e estabelecer parâmetros mínimos de responsabilidade profissional. “Em outras palavras, a lei preenche a lacuna de reconhecimento formal: antes, criadores de conteúdo se identificavam de várias formas — como empresários, artistas etc. — e não havia clareza sobre seus deveres e direitos específicos”, detalha.

A advogada explica que a legislação passa a reconhecer o influenciador como um profissional de “multimídia”, ou seja, alguém que exerce, de forma habitual ou profissional, atividades de criação, produção, edição ou veiculação de conteúdo em múltiplos formatos digitais. Esse enquadramento abrange produções com finalidade publicitária, informativa, educativa ou de entretenimento, incluindo youtubers, streamers, social media, entre outros criadores de conteúdo.

Embora a norma não estabeleça um código de ética detalhado, ela reforça os princípios de responsabilidade e transparência na



publicidade. Conteúdos patrocinados devem ser claramente identificados, sem margem para confusão com publicações espontâneas. Em casos de danos decorrentes de publicidade enganosa, pode haver corresponsabilização do influenciador em conjunto com o anunciante.

A lei também estimula uma maior formalização da atividade, com a adoção de contratos, a emissão de nota fiscal (como PJ ou MEI) e uma tendência de aumento na fiscalização das receitas oriundas de publicidade digital.

Nesse cenário, a omissão da natureza publicitária do conteúdo deixa de ser apenas uma infração ética ou um descumprimento de regras de autorregulação do setor e passa a configurar uma violação legal, com possíveis consequências nas esferas civil e administrativa.

Maria Eduarda Nunes afirma que a regulamentação tende a trazer mais segurança jurídica e profissionalização tanto para influenciadores quanto para as marcas e empresas que se relacionam com eles. “Há também o aspecto trabalhista: com o reconhecimento na lei, fica mais fácil para um criador de conteúdo comprovar formalmente sua atividade profissional”, explica.

Para marcas e agências, os benefícios também são relevantes. A tendência é a exigência de contratos mais claros, com definição de entregas,

regras sobre uso de imagem, cláusulas de compliance e penalidades, o que reduz a informalidade e a possibilidade de litígios.

Outro ponto destacado pela especialista é a maior credibilidade e previsibilidade que a regulamentação traz ao mercado de influência. “A regulamentação proporciona um ambiente mais claro e confiável, no qual tanto criadores quanto contratantes entendem melhor quais são as regras do jogo, reduzindoseguranças jurídicas que antes cercavam essa profissão emergente”, afirma.

No cotidiano, a lei tende a alterar menos o conteúdo produzido e mais a postura profissional. O movimento é de maior formalização: parcerias e publicidades que antes eram feitas de maneira informal passam a ser firmadas por contrato, com entregas, prazos, pagamentos e responsabilidades bem definidas. Muitos criadores também devem optar por atuar como MEI ou pessoa jurídica para emitir nota fiscal e manter a regularidade da atividade.

Influência negativa

A conduta de parte dos influenciadores digitais frequentemente se torna alvo de polêmicas, especialmente quando envolve a divulgação de conteúdos ou produtos de credibilidade

dúvida. Entre os casos mais recorrentes estão a promoção de casas de apostas, supostas “curas milagrosas”, suplementos sem eficácia comprovada, desinformação na área da saúde e a venda de produtos de qualidade questionável.

Além disso, há situações em que influenciadores são remunerados para emitir “opiniões” que, na prática, configuram publicidade disfarçada. Esse fenômeno também se estende ao campo político, com a chamada “opinião patrocinada” — conteúdos que parecem ser posicionamentos pessoais, mas que, na realidade, integram estratégias de comunicação política paga, sem a devida transparência para o público.

Em um caso recente de grande repercussão, a Polícia Federal (PF) abriu um inquérito para investigar a possível contratação de influenciadores digitais com o objetivo de atacar o Banco Central após a liquidação extrajudicial do Banco Master. A investigação foi autorizada pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), e busca apurar se houve uma ação coordenada — e possivelmente remunerada — para difundir críticas à atuação do Banco Central e favorecer a instituição financeira liquidada.

Os influenciadores Rony Gabriel e Juliana Moreira Leite afirmaram publicamente ter recebido propostas para publicar, em seus perfis, conteúdos favoráveis ao Banco Master e contrários à decisão do Banco Central, que encerrou as operações da instituição no fim de 2025.

Nesse sentido, Maria Eduarda explica que a lei não traz um “código de ética” detalhado, mas reforça a exigência de transparência e amplia, na prática, a cobrança por condutas responsáveis na publicidade feita por influenciadores.

“Na prática, campanhas de maior risco (como apostas e serviços financeiros) passam a exigir cuidado redobrado, pois a lei aumenta o custo jurídico e reputacional de ‘fazer propaganda a qualquer preço’ e tende a estimular um ambiente digital mais claro, em que o público consiga diferenciar opinião genuína de anúncio.”

Para casos como o de críticas ao Banco Central supostamente pagas, a Lei 15.325/2026 também não cria uma categoria específica para “publicidade política disfarçada”, mas reforça um ponto central: se há conteúdo pago, o patrocínio deve ser claramente informado. Esconder a relação comercial pode caracterizar publicidade velada e, a depender do caso, prática enganosa à luz do Código de Defesa do Consumidor. “Isso tende a endurecer a postura de marcas e influenciadores, com contratos exigindo sinalização explícita de conteúdo patrocinado”, conclui a advogada.

Protestos no Roblox e a segurança digital infantil

Maria Eduarda Lavocat

Neste mês, a plataforma de jogos on-line Roblox tem sido palco de uma onda de protestos entre seus usuários da Geração Alpha — aqueles nascidos entre 2010 e 2025. As reclamações começaram após a empresa adotar regras mais rígidas para o uso do chat entre crianças, como parte de uma série de medidas de segurança.

Roblox é uma plataforma on-line em que usuários criam e jogam diversos jogos diferentes dentro de um mesmo ambiente virtual, oferecendo experiências de estilos, como aventura, corrida, simulação e RPG. Os jogadores utilizam avatares personalizáveis, podem conversar com amigos e participar de comunidades.

As manifestações chamaram atenção e provocaram risos nas redes sociais pelas placas peculiares exibidas pelas crianças, muitas vezes com mensagens inusitadas e escritas fora do padrão da norma culta, considerando que a maioria dos participantes ainda não completou a alfabetização.

Segundo a advogada e sócia do Salles Nogueira Advogados, especialista em direito digital e proteção de dados, Amanda Celli Cascaes, as novas medidas do Roblox não decorrem diretamente de uma imposição legal brasileira. "A empresa declarou que as mudanças fazem parte de um padrão global de proteção, criado em resposta aos riscos reconhecidos em ambientes de interação on-line", diz.

Entre as novas medidas está a exigência de verificação de idade para permitir o uso do chat entre jogadores. "O sistema utiliza estimativa de idade por inteligência artificial (a partir de selfie) ou o envio de documento para classificar os usuários em faixas etárias que determinam com quem podem conversar. O objetivo é limitar interações diretas entre menores e adultos, permitindo o chat apenas entre usuários de faixas etárias próximas," explica.

Uma das principais mudanças foi a inativação automática do chat de voz para crianças menores de 9 anos, podendo ser liberado apenas com autorização dos responsáveis mediante verificação. Já as conversas fora das experiências de jogo continuam limitadas para usuários com menos de 13 anos.

Além dessas medidas, a plataforma anunciou que vai reforçar o controle sobre links externos, aumentando as exigências de verificação para o acesso a conteúdos que direcionem para redes sociais.

Apesar de não estarem relacionadas, essas mudanças ocorrem pouco depois da sanção do chamado ECA Digital (Lei 15.211/2025).



Segundo Amanda Celli Cascaes, a nova legislação estabelece um marco regulatório específico voltado à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, impondo obrigações às plataformas digitais e aos provedores de serviços de tecnologia da informação, inclusive no que diz respeito à remoção de conteúdos.

A advogada explica que, com o ECA Digital, as plataformas são obrigadas a identificar, remover e reportar conteúdos que indiquem, direta ou indiretamente, situações como exploração ou abuso sexual de crianças e adolescentes, sequestro ou aliciamento ou outros conteúdos que violem direitos fundamentais dos menores no ambiente digital. "Isso diferencia a nova lei do Marco Civil da Internet, já que não é necessária uma ordem judicial para que as plataformas adotem providências", ressalta.

O Marco Civil da Internet define a regra geral de responsabilidade dos provedores, prevendo que conteúdos publicados por terceiros só devem ser removidos, em regra, após determinação judicial. A principal exceção envolve violações à intimidade — como a divulgação não autorizada de imagens, vídeos ou outros materiais com cenas de nudez ou atos sexuais de caráter privado — casos em que a retirada do conteúdo deve ocorrer mediante simples notificação à plataforma, sem necessidade de decisão judicial.

Na avaliação da advogada criminalista

Emanuela de Araújo Pereira, especialista em crimes digitais, a nova legislação transforma boas práticas em deveres legais, impondo responsabilidade objetiva às plataformas. Entre as exigências estão a prevenção de riscos, a adoção de padrões de segurança por padrão, regras mais rigorosas de acesso, transparência nas políticas e dever de resposta, além de previsão de sanções e mecanismos de fiscalização.

Riscos

Amanda Celli Cascaes afirma que, embora plataformas como Roblox, TikTok e outras redes sociais façam parte do cotidiano de crianças e adolescentes, elas expõem esse público a riscos relevantes. Entre os mais evidentes, segundo a especialista, estão o grooming (alicamento sexual) por meio de chats, jogos e mensagens privadas; a extorsão e o vazamento de imagens íntimas; a exploração sexual infantil; o contato com adultos mal-intencionados; e a exposição a desafios perigosos.

"Ambientes com interação síncrona, como Roblox, Discord e transmissões ao vivo no TikTok, ampliam esses riscos devido à comunicação direta e à falsa percepção de que se trata de um espaço seguro 'entre amigos', explica.

Ela também destaca que os algoritmos de recomendação podem intensificar vulnerabilidades emocionais. "Quando um usuário

interage com conteúdos relacionados à tristeza ou sofrimento, por exemplo, o sistema tende a aprofundar essa trilha, podendo também ampliar materiais extremos, como automutilação, transtornos alimentares ou violência", detalha.

A advogada ressalta que esses riscos não são hipotéticos, mas estruturais ao modelo de funcionamento das plataformas. "Não se trata apenas de falhas pontuais de moderação, e sim de um ecossistema digital orientado por incentivos econômicos que priorizam engajamento, retenção e monetização da atenção", afirma. Quando esse modelo atinge um público em desenvolvimento, as vulnerabilidades assumem uma dimensão jurídica diferenciada, reforçando a expectativa de adoção de medidas preventivas mais robustas por parte das empresas.

Nesse contexto, o debate jurídico contemporâneo deixa de se concentrar apenas na responsabilização por conteúdos ilícitos específicos e passa a exigir um dever estrutural de cuidado, compatível com o princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

Na Austrália, por exemplo, foi fixada a idade mínima de 16 anos para acesso de adolescentes às redes sociais. Apesar de representar uma resposta regulatória rigorosa, a especialista pondera que a eficácia de uma vedação etária absoluta depende de fatores como a capacidade de fiscalização, os mecanismos de verificação de idade e o nível de cultura digital da sociedade. Banimentos amplos podem reduzir a exposição a riscos, mas também enfrentam desafios práticos e podem deslocar o problema para ambientes menos regulados.

"A proteção ao desenvolvimento infantojuvenil pressupõe também preparar os menores de idade para os desafios que enfrentarão na vida adulta. A inclusão e a educação digital são aspectos muito relevantes", conclui.

Na visão de Amanda, o ECA Digital representa um avanço ao estabelecer deveres preventivos às plataformas, como segurança por padrão e maior transparência, mas o principal desafio não é a falta de leis, e, sim, a dificuldade de aplicá-las com rapidez e eficácia diante da velocidade dos crimes digitais contra menores.

"O debate regulatório, portanto, precisa sair do foco apenas na remoção de conteúdos após o dano e avançar para um modelo de proteção por design, em que a própria estrutura das plataformas e seus algoritmos priorizem a segurança de crianças e adolescentes", explica.

Ainda assim, ela destaca que nenhuma lei é suficiente isoladamente: a efetividade depende de regulamentação, fiscalização, cooperação das empresas e educação digital para famílias e escolas, em um cenário de constante evolução tecnológica.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

OAB-SP propõe Código de Conduta para ministros do STF

Se o Código de Conduta proposto pela OAB-SP entrasse em vigor, muita coisa mudaria no dia a dia dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Magistrados da Corte Superior teriam de se afastar de processos que passem perto de parentes de até terceiro grau ou que tenham relação, inclusive, com amigos pessoais — ou estes ficariam impedidos de advogar. Outro ponto sugerido pela OAB-SP: se um ministro viaja a convite de uma pessoa física ou jurídica para participar de debates, congressos ou seminários, a exigência é que o anfitrião não tenha interesses diretos em processos em julgamento na Corte. E é preciso dar transparência: as despesas precisam ser divulgadas publicamente. O documento, elaborado pela Comissão de Estudos para a Reforma do Judiciário da Ordem paulista, também veda que ministros, no exercício da atividade docente, não possam ocupar cargo ou função de coordenação, administração, direção ou controle societário de entidade de ensino. A ideia dificilmente vai passar na íntegra. No momento, não há sequer maioria para a criação de um Código de Ética. Quanto mais restritivo, mais difícil fica de sair do papel.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Comissão experiente

A Comissão que elaborou o Código de Conduta é composta pelos ex-presidentes do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie (**foto**) e Cezar Peluso; pelos ex-ministros da Justiça José Eduardo Cardozo e Miguel Reale Jr., além de Maria Tereza Sadek, Oscar Vilhena e Alessandra Benedito, representantes da Academia com estudos relativos ao tema; e dois ex-presidentes da OAB: Patricia Vanzolini (OAB-SP) e Cezar Britto (OAB Nacional).



Entidade questiona renovação automática de CNH

A Associação Brasileira de Psicologia do Trânsito (Abrapsit) questiona no STF a Medida Provisória que estabelece novas regras para a obtenção e a renovação da



Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A entidade questiona a previsão de renovação automática da CNH para motoristas que não tenham recebido multas de trânsito nos 12 meses anteriores à renovação. Segundo a Abrapsit, essa liberdade coloca em risco a vida e a segurança no trânsito, além de abrir brechas para que condutores burlem o sistema — por exemplo, transferindo multas para terceiros. Além disso, segundo a associação, a carteira poderá ser renovada mesmo em casos de alterações no estado de saúde do condutor. A ação foi distribuída ao ministro Flávio Dino (**foto**).

Missão Angola

Com o objetivo de fortalecer a cooperação judicial entre Brasil e Angola, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) realiza nesta semana uma visita institucional inédita ao país



africano. A delegação conta com o presidente do tribunal, ministro Herman Benjamin, o diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), ministro Benedito Gonçalves, e a juíza federal Mara Lina Silva do Carmo. É a primeira vez que um presidente do STJ faz uma visita oficial a Angola. Os encontros acontecem na capital Luanda a convite do presidente do Tribunal Supremo de Angola, juiz conselheiro Norberto Sodré João, e incluem reuniões de trabalho em órgãos do Judiciário de diferentes instâncias, como o próprio Tribunal Supremo — que exerce, em parte, atribuições semelhantes às do STJ.

TJDFT faz homenagem póstuma a desembargador Maurício Miranda

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) realizou nesta terça-feira (27/01) sessão Especial do Tribunal Pleno em homenagem ao desembargador Maurício Miranda, que morreu em 4 de janeiro deste ano. A sessão foi conduzida pelo 1º vice-presidente, desembargador Roberval Belinati, que destacou a relevância da trajetória do magistrado. “Maurício partiu aos 60 anos; tinha muito a viver, muito a ensinar e muito a contribuir. Sua partida precoce entristeceu esta Corte, o Ministério Pùblico, toda a comunidade jurídica, seus amigos e, sobretudo, sua família”, afirmou.



MPDFT/Divulgação

Lado humano

Oriundo do Ministério Pùblico do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Maurício Miranda foi promovido a desembargador pelo quinto constitucional em 2023. Durante a sessão, foi lembrado por colegas pela simplicidade, lealdade e espírito colaborativo. Designado para redigir e ler o texto em nome da Corte, o desembargador Diaulas Ribeiro — que também é oriundo do MPDFT — fez uma homenagem que mencionou, além das conquistas profissionais, o lado humano de Maurício Miranda. Participaram também da homenagem póstuma a esposa do homenageado, Andréa Araújo de Andrade; as filhas, Marcela e Rafaela Miranda; além de magistrados, familiares e servidores do gabinete do magistrado.



Divulgação/TJDFT

Ano começa com estoque (um pouco) menor de processos

Com 75 milhões de processos pendentes, o Poder Judiciário entrou em 2026 com o menor volume de processos em tramitação dos últimos seis anos, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O número é inferior ao registrado no fim de 2024 quando o estoque somava pouco mais de 79 milhões de processos. Nesse período, o ano campeão em trabalho pendente foi 2023, com 84,3 milhões. A redução do estoque ocorreu mesmo com leve aumento no número de novas ações. Em 2025, o Judiciário recebeu 39.699.731 novos processos. Foram 39.613.793 registrados no ano anterior. No mesmo período, a Justiça julgou cerca de 44 milhões de processos, desempenho semelhante ao do ano anterior, que havia registrado 44,7 milhões de julgamentos.



Antonio Augusto/STF



“O enfraquecimento do direito internacional e do multilateralismo são realidades, e realidades que se aprofundam com um impulso e velocidade que às vezes são desconcertantes”

Ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

Visão do Direito



Ives Gandra da Silva Martins

Advogado, professor universitário com 45 títulos acadêmicos no Brasil e exterior

Quando o sigilo vira regra

Quero trazer hoje uma situação que tem me preocupado muito como professor de direito constitucional. Inicialmente, transcrevo o artigo 37 da CF/88, que prevê os fundamentos maiores da administração pública: a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

A moralidade administrativa é um princípio básico, pois governos imorais não representam o povo. A legalidade exige que tudo seja feito conforme a lei, e não segundo a vontade de quem está no poder. A eficiência impõe que o recurso público seja gerido com zelo, não *pro domo sua*, para interesses privados ou benefício pessoal. Ora, especialmente o princípio da publicidade (ou transparéncia) se justifica porque, como cidadão administrado pelo governo — e considerando que foram os cidadãos que o elegeram e pagam como contribuintes para que os governantes lá estejam —, quero saber o que está sendo feito em meu nome. Todos os cidadãos têm o direito de saber como seus representantes estão governando.

O sigilo deveria ser a exceção absoluta, como manda a Constituição, mas, hoje, parece ter

se tornado a regra. Observamos no Congresso Nacional a imposição de sigilo inclusive sobre emendas parlamentares que envolvem valores elevados. Da mesma forma, sob a gestão do presidente Lula, a falta de transparéncia impera: não se pode obter informações sobre os gastos de dinheiro público em viagens internacionais dele e da primeira-dama. O que deveria ser público é tratado sob segredo.

No Poder Judiciário também: não se pode dizer, por exemplo, para onde viajaram os aviões da FAB que, aliás, são pagos por nós, contribuintes. O mesmo ocorre em relação a inúmeros processos. De repente, ações judiciais que deveriam ser do conhecimento do povo por envolverem corrupção — algo fundamental para que ela seja efetivamente combatida —, entram em sigilo, razão pela qual, repito: o que deveria ser a exceção absoluta passou a ser a regra. Sendo assim, a eficácia das leis que determinam transparéncia praticamente deixou de existir, porque tudo entra no campo do sigilo.

Por fim, pelo princípio da impessoalidade, sempre entendi que o agente público jamais agiria em nome próprio, ou seja, não deveria haver interesses pessoais por parte daqueles que compõem a administração pública. Por essa razão, quando meu filho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, tornou-se ministro do Tribunal Superior

do Trabalho, afirmei que jamais voltaria a atuar em questões trabalhistas, visando manter a impessoalidade que a Constituição Federal impõe a todos os que exercem o poder.

Como professor que acompanhou o debate do artigo 37 da CF/88 durante os 20 meses da Assembleia Constituinte, dialogando permanentemente com Bernardo Cabral e Ulysses Guimarães — relator e presidente da Constituinte, respectivamente —, tinha a sensação de que aqueles cinco princípios significavam que, a partir de então, tudo seria transparente: viveríamos, pois, em uma democracia na qual o povo governaria por meio de seus representantes, razão pela qual deveria saber tudo o que acontece dentro do governo e no âmbito dos Três Poderes.

Afinal, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência representam o que o legislador constituinte estabeleceu como pilares fundamentais da democracia brasileira, para que todos vivam plenamente, com liberdade de expressão para dizer o que pensam e criticar o Poder, se entenderem que este não está agindo de acordo com a Constituição Federal.

Tenho a sensação de que, ou eu já não sei mais ler a Constituição, ou o que nela consta já não vale para os atuais dirigentes do País e seus três Poderes. Por outro lado, resta-nos — a nós,

advogados e representantes do povo — continuar lutando para que prevaleça o artigo 37 e seus cinco princípios fundamentais. Diante desse cenário, percebe-se um distanciamento preocupante entre o espírito democrático de 1988 e a prática institucional contemporânea. A erosão da transparéncia não apenas fere a letra da lei, mas desfigura a própria relação entre o Estado e o cidadão, transformando a coisa pública em um reduto de decisões inacessíveis ao verdadeiro detentor do poder: o povo. Além de faltar com o respeito aos princípios constitucionais, tal postura compromete o alicerce da nossa República.

É, portanto, uma situação difícil para um professor de direito constitucional. Reconheço-me como um modesto professor provincial, pois São Paulo não passa de uma província se comparado a Brasília, que é quem manda no Brasil, sendo que os estados são provincianos e não têm força nenhuma. Em Brasília, todos são autoridades. Vivemos, portanto, como na Idade Média, época em que havia os senhores feudais e a plebeia.

Eu, um velho professor, venho compartilhando aquilo que presenciei: como os constituintes preparam o terreno para restabelecer a democracia no Brasil, como a Constituição foi escrita e como ela não vem sendo cumprida pelos Três Poderes.

Visão do Direito



Guilherme Veiga

Advogado, especialista em direito constitucional internacional pela Università di Pisa/UNIPI, Itália. Mestre em direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Doutorando em direito constitucional pelo CEUB/Brasília. Pós-graduado pelo Mackenzie de Brasília em processos nas cortes superiores. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual

Recesso forense e prazos no STJ: o que muda na contagem

Na última semana das férias forenses do Superior Tribunal de Justiça, reabre-se, com especial relevância prática e teórica, o debate acerca do regime jurídico aplicável aos prazos processuais durante o período de recesso e de férias coletivas. Nesse cenário, a análise da Portaria STJ/GP 941/2025, que estabelece a suspensão dos prazos processuais entre 20 de dezembro e 31 de janeiro de 2026, revela-se especialmente oportuna para esclarecer os efeitos jurídicos do recesso, prevenir equívocos na contagem temporal e reafirmar a centralidade da segurança jurídica e da previsibilidade no exercício do contraditório e da ampla defesa.

A suspensão dos prazos decorre das disposições dos artigos 81 e 106 do Regimento Interno do STJ. Trata-se de medida tradicional no calendário forense brasileiro, associada ao recesso judiciário e às férias coletivas do mês de janeiro, com o objetivo de compatibilizar o funcionamento institucional da Corte com a garantia

de adequada preparação das partes e de seus procuradores.

Importa destacar que a suspensão dos prazos não implica paralisação absoluta da atividade jurisdicional. Durante o recesso e as férias coletivas, os ministros e a Presidência do Tribunal podem proferir decisões, as quais são publicadas regularmente no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), em todos os dias úteis. As publicações de natureza administrativa, por sua vez, continuam a ser veiculadas no Diário da Justiça Eletrônico (DJE). Ademais, a Secretaria Judiciária e a Secretaria de Processamento de Feitos funcionam em regime de plantão judiciário, entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, das 13h às 18h, exclusivamente para a apreciação de medidas urgentes, com horários diferenciados nos dias 24 e 31 de dezembro.

Do ponto de vista dogmático, a correta compreensão desse regime exige a distinção conceitual entre prazos suspensos e prazos interrompidos, categorias frequentemente confundidas na prática forense, mas dotadas de consequências

jurídicas distintas. A suspensão do prazo processual implica a paralisação temporária de sua contagem, preservando-se o tempo já transcorrido. Encerrado o período suspensivo, o prazo retorna sua fluência a partir do ponto em que havia sido interrompido, computando-se apenas os dias restantes. Trata-se, portanto, de uma técnica de congelamento da contagem, que respeita o tempo já decorrido antes da superveniência da causa suspensiva.

A interrupção do prazo, por sua vez, produz efeito mais intenso: ela desconsidera, integralmente, o período anteriormente transcorrido, fazendo com que o prazo seja reiniciado por completo após o término da causa interruptiva. Em outras palavras, a interrupção apaga a contagem anterior e devolve à parte a integralidade do prazo legal ou judicial. No sistema processual civil brasileiro, a interrupção constitui exceção, sendo admitida apenas nas hipóteses expressamente previstas em lei, como ocorre, por exemplo, com a oposição de determinados recursos ou com a ocorrência de atos processuais específicos.

No caso do recesso forense e das férias coletivas no STJ, o regime adotado é, claramente, o da suspensão, e não o da interrupção. Assim, os prazos que já estavam em curso antes do dia 20 de dezembro têm sua contagem paralisada e são retomados a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do período suspensivo, computando-se apenas o saldo remanescente. Essa distinção possui relevância prática significativa, sobretudo para a correta gestão de prazos em processos de alta complexidade e para a prevenção de equívocos na contagem temporal.

Conclui-se, portanto, que a suspensão dos prazos processuais no STJ, além de encontrar sólido fundamento normativo, revela-se compatível com os princípios da segurança jurídica e da razoável duração do processo. A clara diferenciação entre suspensão e interrupção dos prazos não apenas contribui para a precisão técnica da atuação profissional, mas também reforça a razoabilidade do sistema processual, evitando distorções interpretativas que possam comprometer o exercício efetivo do direito de defesa.



Visão do Direito



Natan Baril

Advogado e CEO da Baril Advogados. Com mais de 25 anos de experiência no setor, também é diretor jurídico da Associação Brasileira de Franchising (ABF) e da Federação Iberoamericana de Franquias (Fiaf)

As distinções das novas formas de trabalho: franquias, pejotização e plataformas digitais

O mundo do trabalho e da economia passou por transformações que levaram à consolidação de diferentes formas de organização da atividade produtiva no mercado. Esse é um debate central no Brasil, com agentes políticos e econômicos buscando contribuir para o avanço consciente da distribuição da força de produção.

Nesse contexto, os contratos empresariais de franquias diferem-se da maioria das discussões sobre organização do trabalho, como vem ocorrendo em torno da "pejotização" e das plataformas digitais. Notadamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem se debruçado sobre o assunto no julgamento do Tema 1.389, de Repercussão Geral.

Além disso, está em análise pela Suprema Corte a ADPF 1.149, sob relatoria da ministra Cármem Lúcia, que tem o intuito de reconhecer a competência da Justiça Comum para julgar contratos comerciais de franquias, o que reafirma a necessidade de respeitar a natureza civil e autônoma dessa relação empresarial.

O sistema de franquias (franchising) é uma relação empresarial estabelecida pela Lei 13.966/2019, sendo expressamente vedada a configuração de vínculo de emprego entre franqueador e franqueado. Por meio desse sistema, o franqueador (dono da marca e do modelo de negócio) cede ao franqueado o direito de usar a marca, produtos e serviços, mediante ao pagamento de taxas e royalties.

O franqueado é um empreendedor autônomo, que investe recursos próprios e assume todos os riscos ao longo do empreendimento. Além disso, é responsável por garantir estrutura jurídica e administrativa independente da empresa franqueadora. Outro aspecto relevante é que o franqueado pode contratar equipe, fornecedores e consultorias próprias, atuando sem a subordinação à empresa franqueadora, mas devendo manter os padrões e normas estabelecidos no contrato de franquia.

Dessa forma, o reconhecimento do vínculo empregatício entre franqueador e franqueado seria um erro de enormes proporções. Criaria insegurança jurídica, retração de investimentos,

aumento de litigiosidade e desorganização de toda a cadeia produtiva.

Levantamento realizado com base em 78 Reclamações Constitucionais no STF envolvendo contratos de franquia revelou que 90% dos ex-franqueados possuem Ensino Superior (53% têm especialização ou mestrado), experiência prévia em gestão de empresas e faturamento expressivo. A grande maioria mantém equipes de marketing, assessores e empregados contratados, atuando com autonomia decisória e responsabilidade financeira.

Dados da Associação Brasileira de Liberdade Econômica (ABLE) mostram, ainda, que menos de 5% das reclamações trabalhistas tratam de relações comerciais, como franquias ou parcerias empresariais – e apenas 0,6% envolvem contratos de franquias, aproximadamente 4,7 mil ações. Ou seja, a imensa maioria das reclamações englobam outros universos trabalhistas, não fazendo sentido envolver o setor de franquias nesse problema.

O franchising brasileiro faturou R\$ 273 bilhões em 2024, representando mais de 2% do

PIB. São mais de 3.300 redes que geram 1,7 milhão de empregos diretos e impactam mais de cinco milhões de trabalhadores em toda a cadeia produtiva. A taxa de sobrevivência das franquias é quatro vezes maior do que a dos negócios independentes. Isso significa mais estabilidade, mais empregos formais e maior geração de riqueza.

Os três modelos de trabalho em discussão no STF (franquias, pejotização e plataformas digitais) apresentam diferenças significativas. Por isso, devem ser considerados distintos e exigem um tratamento jurídico diferenciado. A correta identificação de cada um é condição necessária para preservar direitos, estimular o empreendedorismo e garantir a segurança jurídica dos empreendedores.

Quando a legislação não reconhece essas diferenças, abre-se brechas para processos sem fundamento e confusão entre as variadas formas de trabalho que coexistem na sociedade. Preservar o sistema de franquias é preservar um modelo que sustenta empregos, fomenta o empreendedorismo e projeta o Brasil no cenário mundial.



Giovanna Ferreira Moreira da Silva

Advogada da área trabalhista, sindical e remuneração de executivos da Innocenti Advogados Associados

Consultório Jurídico

Existe alguma norma para vetar o uso do celular no ambiente de trabalho? Quais as responsabilidades do empregado e do empregador?

Embora não exista vedação expressa na CLT, o empregador possui o chamado poder direutivo, que autoriza a organização e fiscalização da prestação dos serviços. Assim, é lícito estabelecer regras que limitem ou proíbam o uso do celular durante a jornada, desde que essas normas sejam claras, razoáveis e previamente comunicadas aos empregados, podendo estar descritas no contrato de trabalho do empregado, ou, alternativamente, as empresas podem elaborar um Regimento Interno ou uma Cartilha para o Colaborador. Além disso, normas regulamentadoras de segurança do trabalho, como aquelas aplicáveis a atividades de risco, reforçam a legitimidade de restrições quando o uso do celular puder comprometer a segurança. Ao empregado compete cumprir as normas internas, observar as orientações da empresa e adotar condutas

compatíveis com a função exercida, especialmente no que diz respeito à segurança. Já o empregador tem a responsabilidade de criar regras claras, orientar os trabalhadores e garantir um ambiente de trabalho seguro, adotando medidas preventivas para evitar riscos e acidentes.

De que forma o empregador poderia impor limites para o trabalhador? Ele pode fiscalizar?

Os limites devem ser formalizados por meio de regulamento interno, política corporativa ou cláusula contratual, sempre com ciência prévia do empregado, pois a inexistência de formalização compromete a segurança jurídica da norma e pode enfraquecer a validade de eventuais penalidades aplicadas. A fiscalização é possível, desde que exercida de forma moderada e proporcional. O empregador pode observar o comportamento do trabalhador e coibir o uso do celular em locais ou momentos proibidos, mas não pode acessar o conteúdo do aparelho, como mensagens, ligações ou aplicativos, sob pena de violar direitos fundamentais à intimidade e ao sigilo das comunicações.

Com relação a segurança e produtividade, a empresa pode exigir que o aparelho fique no armário? Ela pode recolher o aparelho? Há exceção, como situações de risco?

A empresa pode exigir que o aparelho celular permaneça guardado em armários ou locais específicos e seguros durante a jornada de trabalho, sobretudo quando a medida estiver relacionada à segurança ou à produtividade. Isso se justifica pelo fato de que, ao contratar o empregado, o empregador contrata o seu esforço físico e mental naquele período, podendo limitar o uso de objetos que desviam a atenção e comprometem a execução das atividades. O recolhimento do aparelho, contudo, deve ser adotado com cautela. Essa medida só se mostra juridicamente segura em situações excepcionais, especialmente em atividades que envolvam risco acentuado, e desde que seja aplicada de forma geral, impersonal e previamente prevista em norma interna ou no contrato de trabalho, evitando constrangimentos ou abusos. É recomendável, ainda, que a política empresarial preveja exceções para situações emergenciais, como casos de saúde ou

necessidade de contato familiar urgente, a fim de garantir razoabilidade, proporcionalidade e reduzir o risco de demandas judiciais.

Quando o uso do celular pode gerar demissões? Há decisões do TST nesse sentido?

O uso indevido do celular pode gerar penalidades disciplinares quando houver descumprimento das normas internas, prejuízo ao desempenho das atividades ou risco à segurança. Em regra, deve-se observar o princípio da graduação das penas, com aplicação de advertências e suspensões. A demissão por justa causa é possível em hipóteses mais graves, especialmente quando o empregado insiste na conduta proibida, mesmo após orientações e penalidades anteriores, caracterizando ato de indisciplina ou insubordinação, nos termos do artigo 482 da CLT. O Tribunal Superior do Trabalho já possui decisões reconhecendo a validade da justa causa em casos de uso reiterado do celular em atividades de risco, desde que comprovadas regras claras, o uso excessivo a ciência do empregado e a proporcionalidade da penalidade aplicada.



Visão do Direito



Kiko Omena

Advogado, especialista em direito tributário do escritório Veloso de Melo

A Reforma Tributária e a tributação dos aluguéis

A Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional 132/2023 e detalhada pela Lei Complementar 214/2025 inaugura um dos capítulos mais relevantes das últimas décadas para o mercado imobiliário. Ao redefinir a lógica de tributação das operações econômicas, o novo sistema produziu efeito direto sobre a locação de imóveis, que deixa de ser tratada, exclusivamente, como rendimento de natureza patrimonial e passa, em determinadas hipóteses, a ser tributada como atividade econômica habitual.

Até então, os aluguéis geravam apenas a incidência de Imposto de Renda — IRPF para pessoas físicas ou IRPJ para pessoas jurídicas. A introdução do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), porém, altera substancialmente essa dinâmica. A locação pode, agora, ser equiparada a prestação de serviços quando houver habitualidade, caracterizando fato gerador dos novos

tributos sobre consumo.

ALC 214/2025 estabeleceu critérios objetivos para definir quando um locador passa a ser tratado como agente econômico. São eles: possuir mais de três imóveis alugados simultaneamente; ou auferir receita bruta anual superior a R\$ 240 mil. O enquadramento em qualquer desses critérios já é suficiente para atrair a incidência de IBS e CBS, independentemente de estrutura empresarial formal ou profissionalização da atividade. Essa mudança atinge, especialmente, pessoas físicas que, até então, lidavam com uma rotina tributária simplificada, restrita à apuração anual do IRPF.

Com a reforma, a carga tributária pode superar 35% ou até ultrapassar 40% da renda bruta, dependendo da faixa de IR e da base de cálculo adotada. Isso decorre da estimativa de alíquota combinada de cerca de 26,5% para IBS/CBS — sendo, aproximadamente, 18% referentes ao IBS e 8,5% à CBS. Somada ao IRPF progressivo, a tributação pode se tornar significativamente superior àquela tradicionalmente aplicada às

pessoas jurídicas.

Nesse contexto, instala-se uma contradição entre o discurso de simplificação e o efeito prático observado. Embora a unificação dos tributos e a adoção da não cumulatividade tenham sido justificadas como medidas de racionalização, a realidade impõe maior burocracia ao contribuinte, que passa a lidar com declarações periódicas, novos cadastros e sistemas de apuração complexos.

A partir deste ano, inicia-se a transição para esse novo modelo. É essencial que locadores reavaliem sua estrutura operacional, seus contratos e sua exposição tributária. Em muitos casos, a constituição de pessoa jurídica pode ser mais vantajosa, seja por permitir enquadramento em regimes com menor carga, seja por possibilitar melhor organização patrimonial.

Além disso, contratos de locação — especialmente comerciais — devem ser revisados. Cláusulas de repasse de tributos, reajustes e responsabilidades precisam refletir o novo ambiente

regulatório, garantindo segurança jurídica para ambas as partes. Para locações residenciais, o desafio será equilibrar a impossibilidade de repasse integral da carga tributária com a manutenção da atratividade do imóvel.

A Reforma Tributária, portanto, não apenas altera a forma de recolhimento dos tributos, mas ressignifica o próprio enquadramento jurídico da atividade de locação. O três que antes era visto como mero investimento ou complemento de renda passa a ser considerado, em muitos casos, uma atividade empresarial tributável.

Para contribuintes com múltiplos imóveis ou receitas expressivas, o aumento de complexidade e de carga fiscal é inevitável, tornando indispensável um planejamento tributário cuidadoso, criterioso e antecipado. O momento exige análise de impacto, reestruturação, busca por alternativas legais e acompanhamento contínuo da evolução normativa. Mais do que nunca, o planejamento tributário deixa de ser uma opção e se transforma em verdadeira necessidade estratégica.

Visão do Direito



Anna Lucia Berardinelli Castello Branco

Sócia de Ativos Digitais, Blockchain e Web3 do Villemor Amaral Advogados

Novo marco dos criptoativos: maturidade regulatória em tempos de desconfiança

Em 2 de fevereiro, entram em vigor as novas regras do Banco Central para o mercado de criptoativos. As Resoluções 519, 520 e 521 encerram um ciclo prolongado de incerteza regulatória e inauguram uma fase de supervisão efetiva. Em um momento marcado por episódios recentes que abalaram a confiança no sistema financeiro tradicional, como os casos Reag e Banco Master, é natural que o regulador tenha optado por um modelo mais conservador e rigoroso.

Nesse contexto, a discussão já não gira em torno da necessidade de regulação. Esse ponto está superado. A questão relevante é outra: o desenho adotado foi equilibrado? Do ponto de vista institucional, o avanço é inegável. O Brasil passa a tratar os criptoativos como parte integrante do sistema financeiro, abandonando a lógica de exceção que predominou nos últimos anos. Isso gera previsibilidade, fortalece a capacidade de supervisão estatal e responde a uma demanda legítima da sociedade por maior controle, especialmente após episódios que reacenderam o debate sobre governança e gestão de riscos no setor financeiro.

O debate se aprofunda quando analisamos os efeitos econômicos do modelo escolhido. Os requisitos de capital mínimo foram fixados em

patamares muito superiores aos inicialmente propostos pelo próprio Banco Central durante a fase de consulta pública. O resultado prático é um mercado “nívelado por cima”. Grandes bancos e fintechs já capitalizadas passam a operar com relativa tranquilidade, enquanto startups, empresas em fase inicial e projetos inovadores enfrentam barreiras relevantes de entrada.

Em um país que precisa estimular inovação e competição, esse movimento merece reflexão. É compreensível que, diante de falhas graves de governança no sistema financeiro tradicional, o regulador tenha endurecido. Ainda assim, existe o risco de que o remédio seja mais forte do que a doença, produzindo concentração de mercado e reduzindo a diversidade de modelos de negócio, o que, no médio prazo, pode afetar a própria dinâmica concorrencial do setor.

Outro ponto sensível está no endurecimento das regras de compliance. O Brasil adotou uma das versões mais rigorosas da chamada travel rule, inclusive mais severa do que a europeia prevista no MiCA. As transações passam a exigir ampla identificação das partes, inclusive em operações realizadas com carteiras próprias, as chamadas self-custody.

A luz do contexto recente, esse movimento é compreensível. Casos como REAG e Banco Master reforçaram a percepção de que falhas de

controle geram custos sistêmicos elevados. O regulador respondeu com mais rastreabilidade e maior rigor informacional. O risco, contudo, é criar um ambiente excessivamente oneroso, sobretudo para empresas menores e projetos tecnológicos ainda em fase de amadurecimento.

No âmbito tributário, o cenário também mudou de patamar. A articulação entre as regras do Banco Central, a Instrução Normativa 1.888 da Receita Federal e a plataforma Decripto inaugura um ambiente de fiscalização significativamente mais robusto. O cruzamento de dados amplia a capacidade estatal de monitoramento de fluxos internacionais, ganhos de capital e ativos mantidos no exterior.

Isso, por um lado, aumenta a segurança jurídica e a transparência. Por outro, inaugura uma nova realidade para empresas e investidores, na qual erros formais passam a gerar consequências fiscais relevantes, estruturas mal planejadas se transformam em passivos ocultos e operações internacionais realizadas sem assessoria adequada se convertem em riscos concretos. Fica claro que a fase de “zona cinzenta” dos criptoativos no Brasil foi definitivamente superada.

É justamente nesse ponto que o novo marco regulatório revela sua principal ambivalência. Ao mesmo tempo em que estrutura

o mercado e amplia a confiança institucional, ele eleva significativamente o custo de conformidade e redefine, de forma mais restritiva, as condições de acesso ao setor.

Nada disso significa, contudo, que o país tenha se tornado hostil aos criptoativos. O Brasil passa, na verdade, a operar sob um regime mais estruturado e previsível, ainda que mais exigente. Inserido em um contexto recente de maior cautela regulatória, o Banco Central optou deliberadamente por um modelo conservador de supervisão, que redefine as condições de entrada e permanência no mercado.

O recado, portanto, é de equilíbrio. O Brasil não se apresenta como um paraíso regulatório, mas tampouco como um ambiente inviável. O novo marco impõe filtros mais rigorosos, eleva o padrão de governança e obriga os agentes econômicos a reavaliar, com realismo, custos, riscos e oportunidades.

Em um momento em que a confiança no sistema financeiro foi colocada à prova, a mensagem do regulador é clara: a inovação continua possível, desde que venha acompanhada de responsabilidade. Nesse cenário, a atuação jurídica deixa de ser meramente reativa e passa a exercer papel estrutural na organização, na conformidade e na sustentabilidade dos negócios.



Visão do Direito



Luiz Cláudio Allemand

Advogado, mestre em direito, diretor jurídico da Fiesp, membro do conselho superior de direito da Fecomercio-SP e presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Federação das Indústrias do Espírito Santo

Arbitragem em tempos de algoritmos

A arbitragem consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como um dos pilares da solução moderna de conflitos. Sua força reside na previsibilidade, na especialização dos árbitros e na confiança das partes em um procedimento técnico, eficiente e no sigilo.

Em um cenário com disputas cada vez mais complexas e internacionalizadas, esse modelo ganhou protagonismo justamente por oferecer decisões qualificadas, construídas a partir de método, experiência e responsabilidade.

Esse ambiente, no entanto, não está imune às transformações do nosso tempo. A Quarta Revolução Industrial, marcada pela circulação intensa de informações e pela aceleração dos processos decisórios, também alcançou a arbitragem, auxiliando na gestão dos procedimentos, na pesquisa, na análise das provas, na redação de documentos da secretaria de uma Câmara de Arbitragem, na tradução e transcrição de documentos, bem como

na transcrição das audiências.

Esses recursos contribuem para reduzir custos e otimizar etapas do processo, sem dúvida alguma, com ganhos relevantes de tempo em um ambiente econômico, globalizado e altamente competitivo.

O ponto de atenção surge quando eficiência passa a ser confundida com substituição da função do julgador. A arbitragem se distingue justamente por permitir decisões formuladas por especialistas, atentos às particularidades técnicas, jurídicas e econômicas de cada controvérsia.

Essa preocupação é concreta. A dificuldade está em garantir transparência dos algoritmos e auditabilidade, somada à possibilidade de reprodução de vieses presentes nos dados utilizados, comprometendo a arbitragem no que lhe é mais essencial: a imparcialidade e independência do árbitro.

Quando o caminho até o resultado se torna opaco, a confiança — ativo essencial

da arbitragem — começa a se fragilizar. Por isso, a incorporação da inteligência artificial na arbitragem exige critérios claros e balizas normativas consistentes. Iniciativas internacionais, como os Princípios de Asilomar, oferecem referências importantes ao defender transparência, responsabilidade, possibilidade de auditoria e controle humano. A proposta não é conter a inovação, mas assegurar que a tecnologia atue como ferramenta de apoio, e não como instância decisória invisível.

Nesse contexto de busca por equilíbrio entre inovação e preservação das garantias fundamentais da arbitragem, algumas experiências internacionais ajudam a iluminar caminhos possíveis. A China, por exemplo, tem se destacado por uma postura judicial “pro-arbitragem” e um processo de modernização legislativa que busca assegurar, em especial, o direito de as partes convencionarem sobre o uso da inteligência artificial, que deverá atuar como uma ferramenta auxiliar e não poderá substituir a função do árbitro.

Esse debate ultrapassa o círculo dos especialistas e alcança a sociedade como um todo. Decisões arbitrais influenciam contratos, investimentos, cadeias produtivas e relações econômicas sensíveis. À medida que tecnologias inteligentes passam a integrar esses procedimentos, a questão central deixa de ser apenas o desempenho das ferramentas e passa a ser a preservação da segurança jurídica e da confiança no sistema.

A inteligência artificial não elimina a necessidade de decisão; ela a torna mais exigente. No fim, em um cenário no qual algoritmos participam cada vez mais dos procedimentos de tomada de decisão, a pergunta que dá título a este debate permanece atual e decisiva: quem vai auditar os algoritmos?

A resposta a essa questão definirá se a arbitragem seguirá sendo um espaço de confiança, previsibilidade e responsabilidade ou se caminhará para zonas de opacidade incompatíveis com sua própria razão de existir.

Visão do Direito



Alexandre Piquet

Advogado licenciado nos Estados Unidos e especialista em direito imigratório da Piquet Law Firm

Suspensão de vistos indica novo perfil de imigrante para os EUA

Mudar-se para os Estados Unidos em definitivo é algo que por décadas alimentou o sonho de milhões, talvez bilhões de pessoas em todo o mundo. Esse desejo tornou-se ainda mais forte a partir das décadas de 1920 e 1930, justamente entre a I e a II Guerra Mundial, quando o American Way of Life impulsou a ideia de que morar nos EUA seria sinônimo de trabalho, prosperidade e qualidade de vida.

Era um prato cheio para uma Europa em ruínas, e, claro, para cidadãos de outros continentes, bastante atrasados em relação à economia dos EUA. O sonho americano gerou expectativas tão poderosas que nem mesmo a crise de 1929 conseguiu frear a imigração. A quebra da Bolsa de Nova York foi apenas uma vírgula no histórico vigor econômico do país.

Os anos se passaram, e o desejo de residir nos EUA nunca abandonou os potenciais

imigrantes, exceto em cenários de adoção de políticas mais rígidas contra a multidão de pessoas entrando em definitivo no país. E é esta a realidade atual, com um governo afeito a diretrizes mais conservadoras. Isto explica o saldo negativo de imigrantes pela primeira vez em 50 anos, segundo um relatório do centro de estudos Brookings Institution. Ou seja, os imigrantes que deixaram o país em 2025 foram maioria em relação aos que entraram.

A medida mais recente de controle migratório entrou em vigor no dia 21 de janeiro. O Departamento de Estado norte-americano anunciou que fará uma pausa na emissão de vistos para cidadãos de 75 países, incluindo o Brasil, interessados em fixar residência nos EUA. O motivo: evitar a entrada de pessoas que ofereçam risco potencial de utilizar benefícios públicos (public benefits ou public charge), fechando a torneira dos gastos do governo com os imigrantes.

A promessa é de manter a suspensão até que haja uma revisão das políticas e regulamentos migratórios em relação a esses benefícios. Até lá, cidadãos oriundos de países como Brasil, Congo, Cuba, Egito, Nigéria e Uruguai terão dificuldades para emitir o visto de residência permanente. Os requerentes até poderão realizar solicitações e entrevistas no consulado, mas não conseguirão a autorização. A exceção é para quem tem dupla cidadania e está tentando o acesso usando o passaporte de um país que não esteja listado. Os vistos emitidos anteriormente não serão revogados. Outra exceção é para os vistos de turismo, negócios e estudo. A emissão dessas autorizações continuará funcionando normalmente, sem impacto da suspensão.

O que o governo dos EUA faz deixar bem claro é que haverá uma mudança de perfil dos imigrantes com residência permanente. A ideia é barrar pessoas que potencialmente

venham a ser usuárias das políticas sociais e dar sinal verde a cidadãos estrangeiros autossustentáveis. Por isso, embora as mudanças ainda passem por estudos criteriosos, é possível prever que a concessão será dada somente àqueles que possuam condições econômicas mais favoráveis, que sejam mais novos, em plena idade produtiva e fluência plena da língua inglesa.

Há um século, o American Way of Life abriu as portas da América para o mundo e revolucionou a percepção global em torno da vida nos Estados Unidos. Mas os excessos provocados por essa imagem forçaram o país a estancar a sangria orçamentária e a rever suas políticas. Definitivamente, não é o fim da linha para quem sonha em morar nos EUA. Mas, da parte do governo, é preciso reconhecer que se trata de um grito de independência: ‘estamos abertos a todos, mas a contrapartida de cada um é o crescimento – não o empobrecimento – da América’.



Visão do Direito



Tiago Lobão Cosenza

Advogado especializado em energia e sócio fundador do LCFC+ Advogados. Vice-presidente para assuntos de energia da Comissão de Infraestrutura da OAB/SP

O retorno da energia como soberania nacional no tabuleiro geopolítico

A geopolítica internacional atravessa um momento de inflexão e está se redefinindo em ritmo acelerado. Após a Ordem Internacional pós-Guerra Fria, agora assistimos a tensões crescentes entre potências mundiais que competem por influência, recursos e liderança econômica e tecnológica. Operações militares recentes na América Latina — notadamente a intervenção dos Estados Unidos em território venezuelano — reacenderam debates sobre soberania, interesses estratégicos e reconfiguração de esferas de influência.

Esse movimento tem sido metaforicamente comparado a um “Novo Tratado de Tordesilhas”: não desenhando meridionalmente um mapa colonial, mas delimitando zonas de interesse sobre recursos naturais e capacidades tecnológicas que definirão o poder no mundo que emerge.

O mundo voltou a falar a linguagem do poder. Depois de décadas em que a globalização foi apresentada como um caminho inevitável de integração econômica e cooperação internacional, a realidade impôs um ajuste: recursos estratégicos, infraestrutura crítica e energia voltaram ao centro da geopolítica. Não por acaso, os principais conflitos e tensões atuais orbitam em torno de petróleo, minerais críticos, cadeias de suprimento e capacidade industrial.

É nesse contexto que a ideia de um “novo Tratado de Tordesilhas” deixa de ser apenas uma metáfora provocativa e passa a funcionar como

lente de leitura do presente. Assim como no século XVI o mundo foi dividido entre potências a partir de interesses estratégicos, hoje assistimos a uma divisão informal, silenciosa e pragmática do poder global. Não se traçam mais linhas em mapas coloniais, mas sobre quem controla energia, tecnologia, minerais críticos e infraestrutura.

Durante parte das últimas décadas, o debate energético foi conduzido majoritariamente sob a ótica ambiental, regulatória ou de mercado. Esses elementos permanecem relevantes, mas tornaram-se insuficientes. A energia, nesse novo tabuleiro, voltou a ser instrumento de soberania nacional. Prova disto é o retorno do debate sobre energias firmes, inclusive com a volta do debate sobre a energia nuclear. Em um mundo mais fragmentado e sujeito a choques — climáticos, geopolíticos ou tecnológicos —, a capacidade de gerar energia de forma contínua, previsível e em larga escala passa a ser um ativo de Estado.

A energia nuclear, em particular, ressurge como elemento estratégico não apenas por sua densidade energética, mas por seu papel indutor de tecnologia, capacitação industrial e soberania regulatória.

Trata-se menos de uma escolha ideológica e mais de uma decisão estrutural sobre resiliência nacional.

É nesse tabuleiro que o Brasil precisa se posicionar com clareza. Poucos países reúnem tantas vantagens estruturais: uma matriz elétrica predominantemente limpa, abundância de

recursos naturais, escala territorial, agricultura robusta, uma indústria ainda relevante e uma diplomacia historicamente respeitada. Ainda assim, essas vantagens não se convertem automaticamente em influência geopolítica.

O risco brasileiro não é a escassez, mas a ausência de uma estratégia integrada que transforme abundância em poder efetivo. O país corre o risco de permanecer como espectador de um rearranjo global que exige protagonismo.

Os acontecimentos recentes no cenário internacional nos oferecem lições claras. A primeira é que energia precisa ser tratada como política de Estado, e não apenas como política setorial. Segurança energética, hoje, é indissociável de segurança nacional. Isso implica planejamento de longo prazo, proteção de infraestrutura crítica e capacidade de resposta a crises. Implica, também, reconhecer que uma matriz excessivamente dependente de fontes intermitentes, sem lastro firme adequado, fragiliza a economia e expõe o País a riscos desnecessários.

A segunda lição diz respeito à necessidade de uma política nacional consistente para minerais estratégicos. O Brasil tem a oportunidade de deixar de ser apenas fornecedor de matéria-prima e assumir papel relevante na agregação de valor, na industrialização e na construção de cadeias tecnológicas associadas à economia do futuro. Isso exige coordenação institucional, ambiente regulatório previsível e visão de longo prazo.

A terceira lição é diplomática, que precisa

ser enfrentada com maturidade. O Brasil sempre construiu sua política externa com base no diálogo e no multilateralismo — um ativo importante, mas que não pode ser confundido com passividade. Em um mundo menos normativo e mais transacional, autonomia estratégica não significa isolamento, mas capacidade de decidir com base em interesses nacionais claros, especialmente em temas como energia, tecnologia e infraestrutura.

Por fim, há uma dimensão regional incontornável. A estabilidade da América do Sul é um ativo estratégico para o Brasil. Crises prolongadas no entorno regional tendem a gerar efeitos econômicos, migratórios e de segurança que impactam diretamente o País. Liderança regional, nesse contexto, não é ideológica; é estratégica. Países que não estabilizam seu entorno acabam importando crises.

O chamado “novo Tratado de Tordesilhas” não será formalizado em acordos ou discursos. Ele se consolida todos os dias, à medida que alguns países transformam recursos em poder e outros se limitam a fornecê-los. Para o Brasil, a escolha está posta. Tratar energia como soberania, estruturar políticas industriais associadas aos seus ativos estratégicos e assumir postura pragmática no cenário internacional não é uma agenda de governo — é uma agenda de Estado.

A pergunta, portanto, não é se o mundo mudou. Ele já mudou. A pergunta real é se o Brasil pretende ocupar uma posição relevante nesse novo tabuleiro ou se aceitará, mais uma vez, que outros tracem as linhas.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo Civil e direito de família, desde 1999, sócio-fundador do escritório Arantes de Mello Advocacia

Consultório Jurídico

Uma pessoa que mantém notória, contínua e duradoura união estável com seu (sua) companheiro(a) adquire a condição de herdeiro(a) no caso de falecimento deste(a)?

O Tema 809 da Repercussão Geral do STF (RE 878694, relator ministro Luís Roberto Barroso), tornou inconstitucional a regra do Código Civil que previa a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, igualando-se os(as) parceiros(as) em uma união estável ao cônjuge sobrevivente para todos os efeitos da ordem da sucessão hereditária.

Feita essa observação inicial, é preciso indicar duas situações importantes para a resposta à pergunta. Primeiro cenário: se os(as) companheiros(as) fixaram no contrato de união estável, de forma incontestável, o regime de bens (comunhão, comunhão parcial ou separação de bens), valerá o regime que estiver expresso no documento. Segunda situação: se os(as) companheiros(as) não fixaram o regime patrimonial da união, manda o Código que se aplique ao caso o regime da comunhão parcial de bens.

Nesse segundo cenário, a configuração da possível qualidade de herdeiro(a) do companheiro(a) sobrevivente dependerá ainda de outras circunstâncias. A união estável precisa estar plenamente configurada pela convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de

constituir família, como manda a lei. Isso porque, mesmo formalizada de forma expressa por escritura pública, a união estável é passível de ser contestada por herdeiros(as) do falecido(a). São situações que exigem, muitas vezes, longa discussão judicial.

Fica fácil resolver a questão se o(a) falecido(a) não tiver deixado descendentes. Se o companheiro(a) falecido tiver deixado descendentes, o cenário se complica. Uma vez comprovada a união estável, o direito à sucessão será concedido ao parceiro(a) sobrevivente em concorrência com os descendentes, a não ser que o regime aplicável para a união seja o da comunhão universal ou separação de bens.

Mas a qualificação do(a) companheiro(a) sobrevivente é complexa. No caso de haver o(a) falecido(a) deixado descendentes, se o regime

aplicável à união for o da comunhão parcial, por expressa previsão contratual ou por decisão judicial, os(as) companheiros(as) adquirem a qualidade de meeiros(as), e não herdeiros(as), dos bens comuns. No entanto, também assumem a condição de herdeiros(as) dos bens particulares do falecido(a) em conjunto com os descendentes.

A resposta à indagação não é direta e fácil. Obviamente, tudo dependerá das particularidades de cada caso. No entanto, é possível afirmar que, desde que comprovada a união estável, o(a) companheiro(a) sobrevivente ostenta dupla qualidade jurídica: a de meeiro(a) do(a) parceiro(a) falecido(a), em relação ao patrimônio comum apurado durante a união estável; e também a de herdeiro(a) dos bens particulares do falecido(a) em concorrência com seus descendentes.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 29 de janeiro de 2026

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

- 1**
- IMÓVEIS COMPRA E VENDA**
- 1.1 Apart Hotel**
- 1.2 Apartamentos**
- 1.3 Casas**
- 1.4 Lojas e Salas**
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas**
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário**

1.1 APARTHOTEL
CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVICO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apartamento 34m² c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apartamento 34m² c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS
ÁGUAS CLARAS
1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 IMÓVEIS ALUGUEL

1.2 ÁGUAS CLARAS
2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suite 2 vagas, coz. c/armas planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVICO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5
ASA NORTE
QUITINETES

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVICO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

1.2 APARTAMENTOS
ÁGUAS CLARAS
1 QUARTO

PLANO EMPREENDEDOR
IMOBILIARIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 VEÍCULOS

1.2 GUARÁ
2 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Aptos 78m² 3qtos 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS
SGAN 708 Bloco P 3qtos (sendo 01 suite), vazio, 4 andar, reformadíssimo, 135m². Aceito 2qtos no Noroeste. 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA SUL
3 QUARTOS

QI 09 Bl P. Vendo Apartamento 3 qtos, sala, cozinha, 2banh. 3vgs gar. 740 mil. 99906-0041

LAGO NORTE
3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qtos 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE
3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m² 3 qtos 2 vagas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m² 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

CRUZEIRO
3 QUARTOS

711 ELEVADOR vazio, reformado DCE desocupado oportunidade phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND.
QD 409 Aptos 3qtos Bairro novo 79m² 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

4 CASA & SERVIÇOS

1.2 SUDOESTE
2 QUARTOS

GUARÁ
QUITINETES

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE
3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apartamento 3qtos 109m² 2 vagas. Tr: 98311-5595

PARK WAY
4 OU MAIS QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS
ÁGUAS CLARAS
4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m² área construída 2 vagas 2 banhos 3344-4112

GAMA
3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
PON TE ALTA Norte, 3 qtos, 3 banhs. 1 ste, área lade, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE
4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m², terreno 2.000m², 3 suites 2 c/ closet cj5211 33223443

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

1.3 NÚCLEO BANDEIRANTE
3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qtos 120m², área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excelente casa 280m² cond fechado, porto 24 horas 3552-4358 c/12179

ANUNCIE AQUI!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVICO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPCÃO 5

RITA LANDIM VENDE
3º AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhos 99673-2538

PARK WAY
4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m² 504m² const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c1533

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m² de á.constr. terreno de 2.500m² 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO
2 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m², 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m², 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m², 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m² c/ 9 banhs 6qtos 98313-0206 cj5179

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1.4 ÁGUAS CLARAS
SALAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m² c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte duassalas juntas reformadas phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m² área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m² área comercial 3344-4112

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA QOF conj G loja 40m² para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO Salas, Loja comercial e prédio no Gama . Tr. 99976-4334

GUARÁ

QE 38 Al Loja 96m² c/ subsolo 1wc Ref. piso granitina frente p/nasc \$ 1.400 991577766 c9495

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA SHLS 716 sala 54m² no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

CHERY

CELER 15/16 Sedan 1.5 16V Flex 5p Ano/Modelo: 2015/2016 - 108.844 km. O carro é completo, incluindo ar condicionado, direção, retrovisores e vidros elétricos, sistema de som com entrada USB e Bluetooth, controle de estabilidade, Airbags frontais, 4 pneus novos, portamalas com capacidade para 500 litros, ideal para viagens e transporte de bagagens. Além disso, as manutenções foram realizadas em concessionária, está com IPVA/2025-pago, trazendo ainda mais tranquilidade ao novo proprietário. Para mais informações, entre em contato: Walter Peres - Cel: (61) 99924-8010.

3.6

CONSÓRCIO

3.6 PEÇAS E SEVIÇOS

CONSÓRCIO

CONSÓRCIO AUTOMÓVEIS OU IMÓVEIS . Compro sua carta de crédito contemplada, não contemplada ou cancelada. Informações Zap: (61) 98664-7280 ou (61) 98400-1681.

CONSÓRCIO AUTOMÓVEIS OU IMÓVEIS . Compro sua carta de crédito contemplada, não contemplada ou cancelada. Informações Zap: (61) 98664-7280 ou (61) 98400-1681.

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

DIGITAÇÃO

FAÇO ARTIGOS, MONOGRAFIAS, PROjetos DE PESQUISA, PROjETO de qualificação para o mestrado, dissertação de mestrado defesas, formatação c / perfeição , experiente c / universidades Projecção, UnB, Católica, USP e outras . (Passo ferramenta anti-plágio). Zap (61) 99149-8430

4.7 DIVERSOS

DECORAÇÃO E ANTIGUIDADES

LEILÃO ON-LINE de Colecionismo . Dias: 30/01 e 2 e 3/02 às 14h No site: www.delanasleiloes.com.br Leiloeiro :Fernando Pelloni JCDF n 083

LEILÃO ON-LINE de Colecionismo . Dias: 30/01 e 2 e 3/02 às 14h No site: www.delanasleiloes.com.br Leiloeiro :Fernando Pelloni JCDF n 083

LEILÃO ON-LINE de Colecionismo . Dias: 30/01 e 2 e 3/02 às 14h No site: www.delanasleiloes.com.br Leiloeiro :Fernando Pelloni JCDF n 083

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Infomática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

ACHADOS E PERDIDOS

EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE

LIVRO OU DOCUMENTO

OCORRÊNCIA N° 2/2026-0 Protocolo N 253890/2026. Compareceu a esta Delegacia de Polícia o Sr. Paulo Ricardo Oliveira Lima, informando ser representante da empresa Marques e Nunes Consultoria e Representação, inscrita no CNPJ sob o nº 18.066.952/0001-73, ocasião em que relatou o extravio do ECF (Emissor de Cupom Fiscal), de número de série 0 0 B E 0 5 1 4 7 5 6 10000216183.

ACOMPANHANTE

ANUNCIE CONOSCO !

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) 3342-1000

Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE